

RELATÓRIO DE GESTÃO **2023**

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE



GOVERNO DO
PARÁ

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador do Estado do Pará

HANA GHASSAN TUMA
Vice-Governadora do Estado do Pará

JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Semas

LILIA MÁRCIA RAMOS REIS
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias – SAGAT

RODOLPHO ZAHLUTH BASTOS
Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental – SAGRA

RAUL PROTAZIO ROMÃO
Secretário Adjunto de Gestão de Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas – SAGRH

RILDO ANTÔNIO MARÇAL CALDAS
Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DGAF

CARLA ALESSANDRA LIMA REIS
Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

MARCELO AUGUSTO MORENO DA SILVA ALVES
Diretoria de Licenciamento Ambiental – DLA

KARLINE ALVES HOLANDA SALES
Diretoria de Ordenamento, Educação e Descentralização da Gestão Ambiental –
DIORED

ANTÔNIO RICARDO VILLAÇA VANETTA
Diretoria de Gestão Florestal e Agrossilvipastoril – DGFLOR

MAXIMIRA COSTA DA SILVA
Diretoria de Geotecnologias – DIGEO

TOBIAS BRANCHER
Diretoria de Fiscalização Ambiental – DIFISC

RAFAEL DA SILVA CRUZ
Diretoria de Gestão dos Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental – DINURE

LUCIENE MOTA DE LEÃO CHAVES
Diretoria de Gestão de Recursos Hídricos – DIREH

RENATA RIBEIRO SOUZA NOBRE
Diretoria de Bioeconomia, Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais – DIMUC

HAYDÉE MÁRCIA DE SOUZA MARINHO
Diretoria de Gestão Socioeconômica – DGSocio

BRENDA MELISE MORBACH PAREDES HACHEM
Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos – DPC

PEDRO HENRIQUE CASSEB PRADO
Chefia de Gabinete – GAB

CAMILLA PENNA DE MIRANDA FIGUEIREDO
Diretoria Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes – NEPMV

JAKELINE DA SILVA VIANA
Comitê de Monitoramento e Planejamento Estratégico para Fiscalização

TÁTILLA BRITO PAMPLONA
Consultoria Jurídica – CONJUR

LÍVIO CÍCERO CAMPBELL PONTES
Corregedoria Ambiental – CORREG

MARIA DE BELÉM SOARES RIBEIRO DA SILVA
Ouvidoria Ambiental – OUV

IVONE DA CONCEIÇÃO FERREIRA COELHO
Núcleo de Controle Interno – NCI

REBECA DE FÁTIMA MONTEIRO OLIVEIRA REITZ
Núcleo de Estudos Legislativos – NEL

IGOR PATRICK SOUZA DO NASCIMENTO
Assessoria de Comunicação – ASCOM

VICTOR MANFRINI CORREA BRAGA
Assessoria Especial de Segurança e Inteligência Corporativa – AISC

Sumário

1	Apresentação.....	2
1.1	Criação, Missão e Objetivos Estratégicos.....	2
1.2	Missão Institucional.....	2
1.3	Objetivos Específicos.....	2
2	Principais destaques de 2023.....	4
3	O que fizemos em 2023.....	9
3.1	Programa Governança pública.....	11
3.1.1	Execução orçamentária.....	11
3.1.2	Ações.....	12
3.1.2.1	Capacitação de agentes públicos.....	12
3.1.2.2	Construção e conservação de imóveis públicos estaduais.....	16
3.1.2.3	Edição e publicação de atos da administração pública.....	19
3.1.2.4	Gestão de tecnologia da informação e comunicação.....	20
3.2	Programa Manutenção da gestão.....	22
3.2.1	Execução orçamentária.....	23
3.2.2	Ações.....	23
3.2.2.1	Abastecimento de unidades móveis do estado.....	23
3.2.2.2	Concessão de auxílio alimentação.....	24
3.2.2.3	Concessão de auxílio transporte.....	24
3.2.2.4	Operacionalização das ações administrativas.....	24
3.2.2.5	Operacionalização das ações de recursos humanos.....	25
3.3	Programa Meio ambiente e ordenamento territorial sustentável.....	26
3.3.1	Execução orçamentária.....	31
3.3.2	Compromissos regionais.....	32
3.3.3	Ações:.....	33
3.3.3.1	Apoio e fortalecimento da municipalização da gestão ambiental e da educação ambiental.....	34
3.3.3.2	Fomento à bioeconomia.....	39
3.3.3.3	Gestão dos recursos hídricos, clima e serviços ambientais.....	44
3.3.3.4	Implantação do parque de bioeconomia.....	62

3.3.3.5	Licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.....	63
3.3.3.6	Regularização e ordenamento ambiental de imóveis rurais.....	84
3.3.4	Outras ações transversais para a gestão de meio ambiente.....	101
3.3.4.1	Conselho estadual de meio ambiente – COEMA.....	101
3.3.4.2	Tribunal Administrativo De Recursos Ambientais (TRA).....	103
3.3.4.3	Ações De Conciliação Ambiental.....	104
3.3.4.4	Controle interno.....	105
3.3.4.5	Corregedoria.....	106
3.3.4.6	Consultoria jurídica - CONJUR.....	108
3.3.4.7	Gestão socioeconômica de projetos e de políticas públicas – DGSocio	109
3.3.4.8	Gestão de planejamento estratégico e de projetos corporativos – DPC	112
3.3.4.9	Assessoria de comunicação – ASCOM.....	114
4	O que pretendemos fazer em 2024.....	122

Lista de Figuras

Figura 1 - Servidores no curso de língua estrangeira.....	12
Figura 2 - Servidores realizando a capacitação.....	13
Figura 3 - servidores em comemoração ao dia dos pais.....	13
Figura 4 - Ambientação de novos servidores.....	14
Figura 5 - Doação de sangue na SEDE Semas, uma campanha de doação voluntária de sangue, a fim de abastecer o estoque da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará (Hemopa).....	14
Figura 6 - Jogos internos da Semas.....	15
Figura 7 - Participação do Coral da Semas na trasladação do Círio de Nazaré.....	16
Figura 8 - Revitalização do prédio do núcleo regional de Paragominas.....	17
Figura 9 - Entrega da 2º etapa da revitalização do prédio da Semas Bosque.....	17
Figura 10 - Locação do novo prédio do núcleo de Redenção.....	18
Figura 11 - Inauguração da plenária no prédio da Semas Lomas.....	19
Figura 12 - Quantidade de atos publicados em 2023.....	20
Figura 13 - Setor de Tecnologia da Informação Semas.....	21
Figura 14 - BI Atos Autorizativos.....	22
Figura 15 - Painei Plano Estadual de Bioeconomia.....	22
Figura 16 - Itens adquiridos pela Semas em 2023.....	24
Figura 17 - Oitivas realizadas para co-construção do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa - PRVN.....	28
Figura 18 - 1ª Seminário da Municipalização ocorrido em maio de 2023.....	29
Figura 19 - Municípios habilitados para análise do CAR.....	30
Figura 20 - Capacitação em Geoprocessamento e Sensoriamento- Altamira/PA.....	30
Figura 21 - Levantamento de informações sobre o repasse do ICMS verde.....	36
Figura 22 - Agendas de educação ambiental.....	37
Figura 23 - Equipe de organização do I Encontro dos territórios quilombolas com CAR/PCT.....	38
Figura 24 - Plano de Logística Sustentável - PLS - Caracterização gravimétrica dos resíduos.....	39
Figura 25 - Projeto Inova Sociobio-resumo das ações.....	41
Figura 26 - Oficina InovaSociobiodiversidade.....	42
Figura 27 - Biobusiness Pará 2023: exposição de bioprodutos e desfile de moda.....	42
Figura 28 - Biobusiness Tapajós: Workshop de Empreendedorismo da Bioeconômica.....	43
Figura 29 - Representantes do Pará na GCF Task Force em Mérida, no México.....	44

Figura 30 - Cerimônia de abertura dos Diálogos Amazônicos.....	44
Figura 31 - Participantes do curso de Qualidade de Águas Superficiais, ofertado pelo Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos.....	46
Figura 32 - Público participante do Workshop de Outorga.....	46
Figura 33 - Registros das Reuniões.....	49
Figura 34 - Atores-chave (Produtores rurais e técnicos de assistência técnica público/privada).....	52
Figura 35 - Inscrição dos produtores (as) interessados em aderir ao Valoriza Territórios Sustentáveis.....	53
Figura 36 - primeiro treinamento no estado do Pará para validadores do Programa Monitor de Secas.....	54
Figura 37 - treinamento para utilização da Sonda Multiparâmetro YSI – Modelo EXO-1.	54
Figura 38 - Capa do relatório Estadual de Segurança de Barragens 2022.....	55
Figura 39 - Instalação de equipamentos para monitoramento hidrometereológico.....	56
Figura 40 - Painel de seções temáticas disponíveis no Portal SEIRH.....	57
Figura 41 - lances de réguas limnimétricas para monitoramento de nível de rio.....	58
Figura 42 - campanhas de coleta e análise de água em ponto de monitoramento do Qualiágua.....	59
Figura 43 - Reunião técnica entre o CBM/CEDEC-PA e NMH para apresentação das condições atmosféricas e situações de estiagem no estado. Abaixo imagem da Nota Técnica que subsidiou o decreto do Governo do estado de Situação de Emergência.	60
Figura 44 - Banner de divulgação do III Seminário Estadual de Segurança de Barragens.....	62
Figura 45 - Reunião de apresentação do projeto do Centro de Inovação e visita aos galpões do Porto do Futuro II.....	63
Figura 46 - atuação em campo das atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.....	65
Figura 47 - Empreendimentos cadastrados no CEPF/SISFLORA conforme a classificação, em 2023.....	67
Figura 48 - Análises de 70 PMFS em 15 municípios do Estado do Pará.....	69
Figura 49 - Operação Amazônia Viva.....	71
Figura 50 - Operação Curupira.....	73
Figura 51 - Fiscalização de Barragens.....	74
Figura 52 - Operação Estância Virola - Atuação conjunta em serrarias ilegais - AISC/Semas, DIFISC/Semas e Polícia Federal.....	76

Figura 53 - Formato da captura de tela do aplicativo.....	77
Figura 54 - Reuniões para formalização dos acordos de pesca.....	78
Figura 55 - Curso de Sensoriamento - Projeto EUROCLIMA.....	79
Figura 56 - Realização de Capacitações no âmbito da Fiscalização Ambiental.....	80
Figura 57 - 8ª edição da capacitação em gestão ambiental na região do lago de Tucuruí.....	80
Figura 58 - Diálogo interestadual Pará-Amazonas UNODC.....	81
Figura 59 - Primeiro Diagnóstico Socioambiental no Estuário Amazônico, Afuá/PA - RI Marajó.....	82
Figura 60 - Oficina “Estratégias para o avanço na implementação do Código Florestal”.	83
Figura 61 - Oficina de Regularização, Licenciamento, Manejo Florestal e Origem da Madeira, para serrarias e fábricas de vassouras no município de Breves.....	83
Figura 62 - Fotos Evento Realizado.....	84
Figura 63 - Resultados operacionais do PTS.....	86
Figura 64 - Evolução da análise de CAR.....	87
Figura 65 - Foco de ações realizadas no Estado.....	87
Figura 66 - Palestra sobre o tema "CAR: Retificação e Validação e PRADA: Elaboração", em Abaetetuba/PA.....	91
Figura 67 - Territórios Sustentáveis: Capacitação Em Agrotag (Módulos 1. 2. 3 E 4) Para O Território De Integração Para o TS PA 279, Baixo Araguaia, Carajás, Tocantins, Lago Do Tucuruí E Transamazônica.....	92
Figura 68 - Territórios Sustentáveis: capacitação de técnicos da Emater e das secretarias municipais de agricultura dos municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e Placas em Aplicativo AgroTag Pará / Município.....	92
Figura 69 - Capacitação Em Retificação De CAR Para Atendimento De Notificações Do SICAR/PA, Para Agentes Públicos Do TS Carajás/Tocantins.....	93
Figura 70 - Mutirão de entrega de CAR realizado em Bragança, em Julho.....	93
Figura 71 - I Encontro dos territórios coletivos com CAR/PCT.....	98
Figura 72 - Palestra ocorrida em Marabá.....	99
Figura 73 - Grade de imagens Planet do Estado do Pará.....	100
Figura 74 - Celebração do acordo Semas/MALUNGU.....	101
Figura 75 - Palestra “boas práticas na administração pública”.....	107
Figura 76 - Curso específico para o Batalhão de Polícia Ambiental.....	109

Figura 77 - I Encontro de Formação da ACREQTA no território quilombola de Tambaí - Açu, Vila São Luís, Mocajuba/PA.....	110
Figura 78 - Participação no território quilombola de Tambaí - Açu, Vila São Luís, Mocajuba/PA.....	111
Figura 79 - Oficina etnoregional do PRVN no município de Altamira/PA.....	112
Figura 80 - Semas celebra acordo para ações ambientais e de incentivo à bioeconomia.....	114
Figura 81 - Evento Diálogos Amazônicos.....	120

Mensagem do Secretário

Em um ano de grandes desafios e compromissos renovados, é com satisfação que compartilho os avanços significativos alcançados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. A firme determinação em preservar nosso rico patrimônio ambiental se traduziu em notáveis progressos na redução do desmatamento, um indicador crucial para a saúde de nossas florestas. Este feito não apenas reforça nosso compromisso com a conservação, mas também projeta o Pará como exemplo de eficácia na gestão ambiental.



Em sintonia com a era digital, realizamos uma transição bem-sucedida para a transformação digital em nossos processos internos e externos. Esse movimento não apenas otimizou a eficiência administrativa, mas também fortaleceu nossa capacidade de monitorar e responder rapidamente a atividades ilegais. A tecnologia emergiu como uma aliada poderosa na promoção da transparência e na potencialização de nossas ações em prol da sustentabilidade.

Na busca incessante por políticas que harmonizem a preservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico, implementamos estratégias inovadoras para a melhoria do uso do solo. Acreditamos que é possível equilibrar a conservação dos ecossistemas com a geração de emprego e renda, transformando desafios em oportunidades. Nosso comprometimento com práticas sustentáveis visa não apenas proteger o meio ambiente, mas também impulsionar a qualidade de vida das comunidades paraenses.

Assim, reafirmo nosso compromisso em continuar desenvolvendo iniciativas que promovam a harmonia entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. O Pará, guiado por valores de responsabilidade e inovação, segue firme no propósito de construir um futuro sustentável para as presentes e futuras gerações.

Mauro O' de Almeida

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

1 Apresentação

O Relatório Institucional Semas 2023 reúne os principais avanços e realizações da agenda de meio ambiente e clima do Pará, apresentando os principais resultados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade no ano de 2023 e registrando as principais lições aprendidas e tudo o que esta trajetória foi capaz de entregar à coletividade até aqui.

Neste documento é possível identificar a abertura ao diálogo franco e a transparência como ferramentas de aproximação entre a administração pública estadual e a sociedade civil, uma das marcas deste Governo. Órgãos públicos de diferentes esferas, lideranças da iniciativa privada, filantropos e sociedade em geral, do mais próximo e participativo cidadão na Capital ao mais distante paraense cuja qualidade de vida, vêm sendo influenciados pela nossa atuação e são corresponsáveis pelas principais entregas da Semas.

O conteúdo deste Relatório Institucional apresenta não somente a consolidação das principais entregas e resultados alcançados pela Semas no ano de 2023 como se oferece como relevante ferramenta do controle social das políticas públicas, além de colocar um farol nas principais ações previstas para 2024.

1.1 Criação, Missão e Objetivos Estratégicos

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Semas foi criada em 11 de maio de 1988, pela Lei Estadual nº. 5.457, inicialmente denominada Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM. No início dos anos de 1990, o órgão foi reorganizado pela Lei Estadual nº. 5.752, de 26 de julho de 1993. Em 30 de julho de 2007, pela Lei Estadual nº. 7026, teve o conjunto de atribuições da área ambiental desmembrado de Ciência & Tecnologia, compreendendo apenas a pasta de Meio Ambiente e passando a ter a denominação atual.

1.2 Missão Institucional

Promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

1.3 Objetivos Específicos

- Coordenar as políticas públicas correlata aos temas de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Estado do Pará;
- Coordenar as ações estatais no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA;

- Preservação da diversidade biológica e uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de utilização dos recursos naturais, assim como a conservação dos ecossistemas no Estado do Pará;
- Promover o uso sustentável dos recursos naturais;
- Garantir a proteção da biodiversidade e dos espaços territoriais com características relevantes no Estado do Pará;
- Ordenar o uso múltiplo das águas tendo como unidade de planejamento a bacia hidrográfica e as águas subterrâneas;
- Regular, normatizar e coordenar os procedimentos de licenciamento ambiental;
- Desenvolver mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental;
- Atuar para mitigar os impactos decorrentes da atividade humana sobre o ambiente e, no que for possível, promover a recuperação e a restauração direta e indireta de áreas com depleção de fauna e flora;
- Fortalecer o processo de desconcentração e descentralização da gestão ambiental, em atenção à competência constitucional concorrente em matéria ambiental e à Lei Complementar nº. 140/2011;
- Prestar contas à sociedade na medida necessária para a preservação da integridade da pasta ambiental no Pará.

2 Principais destaques de 2023

1. Novos servidores chegam à Semas para reforçar a política ambiental



2. Pará avança em ações integradas e reduz o desmatamento no território estadual



3. Pará valida mais de 63 mil CAR e supera 8 milhões de hectares de terra regularizados



4. Governador do Estado anuncia redução de 70% em áreas com alertas de desmatamento, no Pará.



5. Governador sanciona lei para captação de US\$ 580 milhões destinados a programas ambientais e sociais



6. Pará lança automatização do Cadastro Ambiental Rural e beneficia, de uma só vez, mais de 40 mil



7. No Dia da Natureza, Pará comemora redução de 56% em alertas de desmatamento



8. Estado do Pará marca presença no Brazil Climate Summit, nos EUA



9. Em Santarém, Semas e comunidades discutem melhorias para o CAR Coletivo de componente quilombola



10. Após um ano de lançamento do PlanBio, Estado celebra resultados alcançados e destaca início das obras do Parque de Bioeconomia



11. Pará lança, na COP 28, plano para rastrear individualmente todo o rebanho do Estado até 2026



12. Na COP 28, Pará lança plano inédito para recuperar 5,6 milhões de hectares da Amazônia



3 O que fizemos em 2023

As atividades realizadas em 2023 encontram-se alicerçadas no PPA 2020-2023, no Programa temático, sendo três: Manutenção da Gestão, Governança Pública e Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, com objetivo de “Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais” e com o objetivo de “Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental”. As atividades da Semas tem impacto nos 144 municípios paraenses, alcançando um público atendido pertencentes a diversas categorias, por exemplo, estudantes (crianças e adolescentes), comunitários (jovens e idosos), servidores públicos (federal, estadual e municipal), comunidades tradicionais e consultores.

A execução orçamentária do Plano Plurianual (PPA), no período 2020-2023, envolve o acompanhamento e utilização dos recursos previstos no orçamento para alcance das metas estabelecidas.

Durante o ano de 2023 a Semas aprovou um orçamento de R\$ 207.238.695,00 (duzentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil e seiscentos e noventa e cinco reais), considerando as suplementações e reduções tivemos um saldo negativo de R\$ 29.193.603,27 (vinte e nove milhões, cento e noventa e três mil, seiscentos e três reais e vinte e sete centavos) ficando um orçamento atualizado no valor de R\$ 178.045.091,73 (cento e setenta e oito milhões, quarenta e cinco mil, noventa e um reais e setenta e três centavos) executado em 03 (três) programas e 17 (dezessete) ações, conforme descrito abaixo:

Programação Orçamentária			Exec Orçamentária
PPA Inicial (a)	OGE 2022 (b)	OGE Dot Real 2022 (c)	Realizado (d)
166.710.547	207.238.414	178.045.091	143.300.639

As fontes de Recursos Ordinários, apresenta o maior valor em função de estar contida na mesma a folha de pagamento da Semas, sendo que quase a totalidade das despesas tanto administrativas quanto finalísticas, são custeadas com recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA.

Atualmente a Secretaria conta com a execução do convênio Progestão da Agência Nacional das Águas – ANA, ainda em execução na ação de Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais.

As ações previstas no PPA para serem executadas com recurso provenientes de operações de crédito, tais como: Bonds de sustentabilidade e Descarboniza Pará, não foram realizadas pois os projetos ainda estão em tramitação no governo.

O *bonds* de sustentabilidade por exemplo, que se transformou em SLL (Sustainability Linked Loan, através do projeto Pró-Rios) foi objeto de chamada pública que por sua vez, não houve nenhum candidato, o que possibilitou convite direto às agências financeiras, no qual o Banco do Brasil manifestou interesse e assinou memorando de intenção na COP 28, e todo detalhamento do projeto está previsto para ser realizado no ano de 2024, ou seja, no início do novo ciclo do PPA.

Em relação ao recurso do Projeto Descarboniza Pará, cujo financiador é o Banco Interamericano de desenvolvimento- BID, na ordem de 300 milhões de dólares, o processo está em tramitação no governo federal com as minutas contratuais já negociadas e aprovadas e o desembolso está previsto para o ano de 2024

Origem do Recurso	Dotação Inicial	Suplem/ Red.	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível	% Exec .
Recursos Ordinários	93.235.204,00	10.129.071,97	103.364.275,97	102.764.895,16	599.380,81	99,42
Recursos Ordinários (Contra partida emprést. BID)	8.000.000,00	8.000.000,00	-	-	-	0,00
Rec. Proveniente de Transf. - Convênios e Outros	13.984.345,00	13.983.113,57	1.231,43	-	1.231,43	0,00
Operações de Crédito Externas	62.000.000,00	35.450.845,67	26.549.154,33	-	26.549.154,33	0,00
Rec. Proveniente de Transf. - Convênios e Outros	-	2.871.879,00	2.871.879,00	2.219.051,54	652.837,46	77,27
Recursos Próprios do FEMA	30.019.146,00	13.539.405,00	43.558.551,00	37.271.627,85	6.286.923,15	85,57
Fundo Petrobras /STF/ADPF 568	-	1.700.000,00	1.700.000,00	1.045.064,57	654.935,43	61,47
Total	207.238.695,00	29.193.603,27	178.045.091,73	143.300.639,12	34.744.462,61	80,49

3.1 PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA

3.1.1 Execução orçamentária

O Programa de Gestão Pública objetiva avaliar e modernizar a gestão estratégica do órgão, empoderando os servidores de conhecimento técnico e condições materiais para desenvolvimento de suas atividades. Neste exercício 2023, foram realizados cursos e eventos voltados aos servidores visando sua qualificação e aperfeiçoamento na área de meio ambiente, e na modernização da gestão dando melhores condições de trabalho e governabilidade nos objetivos propostos pela administração.

Foi destinado para ação a Governança Pública dotação orçamentária atualizada de R\$ 24.058.914,74, tendo sido realizados R\$ 18.891.467,01 correspondente a 78,52%. Houve em parte o cumprimento da meta física demonstrada na execução do orçamento com o pagamento real das ações de Capacitação de Agentes Públicos correspondente a 97,49%, Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais correspondente a 98,55%, a Edição e Publicação de Atos da Administração Pública correspondente a 95,05% e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação correspondente a 72,81%.

Nome Proj- Atividade	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível	% Exec
Governança Pública	30.365.000,00	24.058.914,74	18.891.467,01	5.167.447,73	78,52
Capacitação de Agentes Públicos	900.000,00	1.011.360,00	985.959,72	25.400,28	97,49
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	1.000.000,00	4.200.000,00	4.139.109,36	60.890,64	98,55
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	192.000,00	192.000,00	182.501,00	9.499,00	95,05
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	28.273.000,00	18.655.554,74	13.583.896,93	5.071.657,81	72,81

3.1.2 Ações

A Semas através da Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias - SAGAT, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, planeja, coordena, supervisiona, controla, orienta e avalia as atividades de gestão de pessoal, orçamentária, financeira e de recursos logísticos da Semas; além de orientar e avaliar as ações da área de tecnologia da informação e telecomunicação da Semas, conforme disposto na Lei nº 8.096/2015.

3.1.2.1 Capacitação de agentes públicos

A Semas por meio da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (DGAF) dedicou atenção significativa às ações voltadas aos recursos humanos, evidenciando seu compromisso com o desenvolvimento e bem-estar dos servidores. No âmbito dos cursos de capacitação, destacam-se a implementação do Plano Anual de Capacitação, centralizando a emissão de certificados pela Coordenadoria de Treinamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Ao longo do ano, 664 servidores foram capacitados em cursos externos e *in company*. A Gerência de Treinamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade promoveu cursos específicos, incluindo línguas estrangeiras, Chat GPT, redação oficial, capacitação pela Política Estadual de Mudanças Climáticas, cultura de paz, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, LGPD, oratória, entre outros.

Figura 1 - Servidores no curso de língua estrangeira.



Fonte: Divulgação.

Figura 2 - Servidores realizando a capacitação.



Fonte: Divulgação.

Além disso, a Semas realizou eventos de integração e bem-estar, como o culto ecumênico na Páscoa, celebrações pelo Dia das Mães, Dia dos Pais, encontro de servidores em alusão à Festa Junina, ambientação de novos servidores, doação de sangue, eventos religiosos como a visita da imagem peregrina no Círio 2023, ações relacionadas ao Setembro Amarelo e Outubro Rosa.

Figura 3 - Servidores em comemoração ao dia dos pais.



Fonte: Divulgação.

Figura 4 - Ambientação de novos servidores.



Fonte: Divulgação.

Figura 5 - Doação de sangue na SEDE Semas, uma campanha de doação voluntária de sangue, a fim de abastecer o estoque da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará (Hemopa).



Fonte: Divulgação.

Os jogos internos da Semas foram realizados no período de 11 e 12 de novembro, que visam estimular os servidores a prática esportiva e recreativa, favorecendo o conagraçamento entre os servidores de diversos. As inscrições, realizadas mediante a doação de 2kg de alimentos não perecíveis, permitiram a doação de 546 kg de alimentos para instituições sem fins lucrativos, como o Abrigo

João de Deus, o Instituto Yvon Costa e a instituição Laços de Amor, todos da Região Metropolitana de Belém. Em continuidade às ações, foi mobilizado a doação de cestas básicas e doação de alimentos para a Casa de Apoio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que recebe pessoas em Belém que buscam tratamento de saúde. A ação, que tem como objetivo promover apoio a essas instituições que necessitam de auxílio no trabalho social, também ocorreu no Centro Espírita Yvon Costa e Abrigo João de Deus, foram 546 kg de alimentos doados.

Figura 6 - Jogos internos da Semas.



Fonte: Divulgação.

Realizou-se o Projeto Vida Saudável, a transladação do Círio de Nazaré, e palestras de conscientização em Novembro Azul e Dezembro Vermelho. Essas iniciativas demonstram o comprometimento da Semas em promover o desenvolvimento profissional, a saúde mental e o bem-estar dos servidores, contribuindo para um ambiente de trabalho saudável e motivador.

Figura 7 - Participação do Coral da Semas na transladação do Círio de Nazaré.



Fonte: Divulgação.

3.1.2.2 Construção e conservação de imóveis públicos estaduais

A Semas através da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (DGAF) promoveu diversas ações significativas no âmbito da infraestrutura durante o último ano. Destacam-se a revitalização do prédio do Núcleo Regional de Santarém, abrangendo a fachada lateral e a parte administrativa interna; empreendeu também na revitalização do prédio do Núcleo Regional de Paragominas, abrangendo o hall de entrada, salas administrativas e auditório.

Figura 8 - Revitalização do prédio do núcleo regional de Paragominas.



Fonte: Divulgação.

A entrega da segunda etapa da revitalização do prédio da Semas Bosque resultou na criação de novas salas, enquanto a reforma do segundo intermediário na Sede Lomas contemplou corredores e salas revitalizadas, incluindo a implementação de novas salas no segundo andar. Outras ações incluíram o conserto da bomba de água, reforma da tubulação de distribuição e revitalização do térreo na Sede Lomas.

Figura 9 - Entrega da 2ª etapa da revitalização do prédio da Semas Bosque.



Fonte: Divulgação.

Adicionalmente, Semas realizou a locação do novo prédio do Núcleo de Redenção, destacando a fachada e parte interna da nova unidade. A inauguração da plenária no prédio da Semas Lomas, equipada com cabine de som e novas instalações, também marcou um importante avanço nas instalações da instituição. Essas iniciativas demonstram o compromisso contínuo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente em promover melhorias estruturais que contribuem para a eficiência operacional e o ambiente de trabalho.

Figura 10 - Locação do novo prédio do núcleo de Redenção.



Fonte: Divulgação.

Figura 11 - Inauguração da plenária no prédio da Semas Lomas.



Fonte: Divulgação.

3.1.2.3 Edição e publicação de atos da administração pública

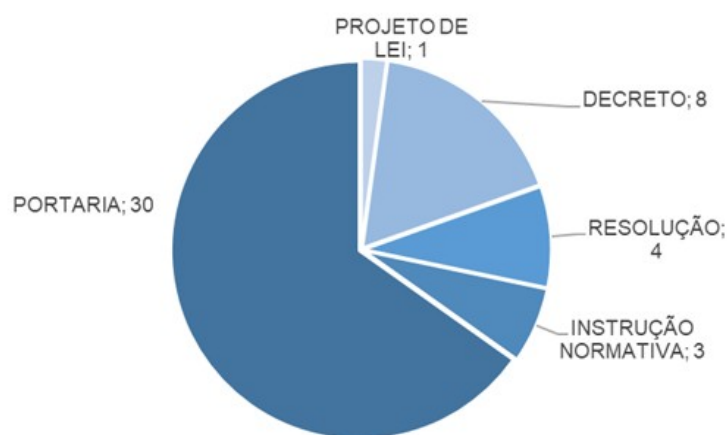
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), através do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) realiza atividades de revisão e edição de atos normativos, elaboração de estudos legislativos além de fornecer subsídios essenciais para a atuação da Semas, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e demais órgãos colegiados vinculados a esta e ainda a gestão do Portal Legislativo da Semas.

Dentre suas contribuições mais relevantes neste ano de 2023 estão:

- Portaria Semas nº 1.765, de 21 de agosto de 2023, que visando a atualização dos atos normativos. declarou expressamente a revogação de 74 (setenta e quatro) Portarias, com seus efeitos exauridos no tempo, da agenda administrativa da Semas, cujo ato, à época, foi chamado de “Revogação” e chegou a ser notícia na Agência Pará, trazendo prestígio a Secretaria, que a cada dia busca se tornar um órgão cada vez mais eficiente.
- 3 portarias de homologação de Acordos de Pesca firmados por comunidades pertencentes aos municípios de Monte Alegre, Bragança, Santarém, Óbidos e Juruti

- Consulta Pública sobre Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC) e dispor sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC).
- Informe legislativo: vem sendo elaborado pelo NEL e divulgado pela ASCOM, como mais uma ferramenta estratégica de comunicação, que proporciona à sociedade o acesso direto e atualizado aos atos normativos produzidos e publicados pelo setor neste ano foram produzidos 44 (quarenta e quatro) informes.
- Edição e Publicação de 46 (quarenta e seis) atos normativos, 33 (trinta e três) atos normativos em andamento;

Figura 12 - Quantidade de atos publicados em 2023.



- Adesão a ferramenta de painel BI da Secretaria, com duas versões: uma sobre o Portal Legislativo, disponível para acesso público por meio do Portal da Transparência da Semas; e uma sobre a gestão processual e produtividade do setor, disponível de forma restrita aos gestores para acompanhamento das demandas.
- Todos os servidores e estagiários do setor realizaram o curso de Técnica Legislativa, promovidos de forma gratuita, sem ônus à Semas. Além de outros cursos de relevância e afinidade com a atuação laboral destes, como: Curso de Implementação da A3P, Direito Ambiental, Danos Climáticos, Código Florestal, Redação Oficial, dentre outros, que totalizaram mais de 190 (cento e noventa) horas de cursos.

3.1.2.4 Gestão de tecnologia da informação e comunicação

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), responsável pelas demandas de tecnologia da Semas, traz como resultados em 2023 inúmeras entregas executadas em parceria com os setores da Semas e parceiros institucionais visando atingir seus objetivos e contribuir com a aceleração do processo de transformação

digital da Secretaria. As realizações do ano executadas com foco no usuário, uso racional e ponderado dos recursos financeiros e humanos, produtividade com qualidade, confiabilidade, disponibilidade, segurança da informação e princípios da administração pública.

Durante o ano de 2023 foram gerenciadas demandas denominadas Internas, que são desenvolvidas pela equipe local da Semas e da empresa terceirizada (equipe alocada como posto de trabalho), e também demandas que são tratadas por Ordem de Serviço, totalizando 38 demandas no ano de 2023. Os sistemas que mais demandaram melhorias e/ou ajustes foram: Sisflora, Fiscalização, Portal da Transparência, Sicar e Simlam.

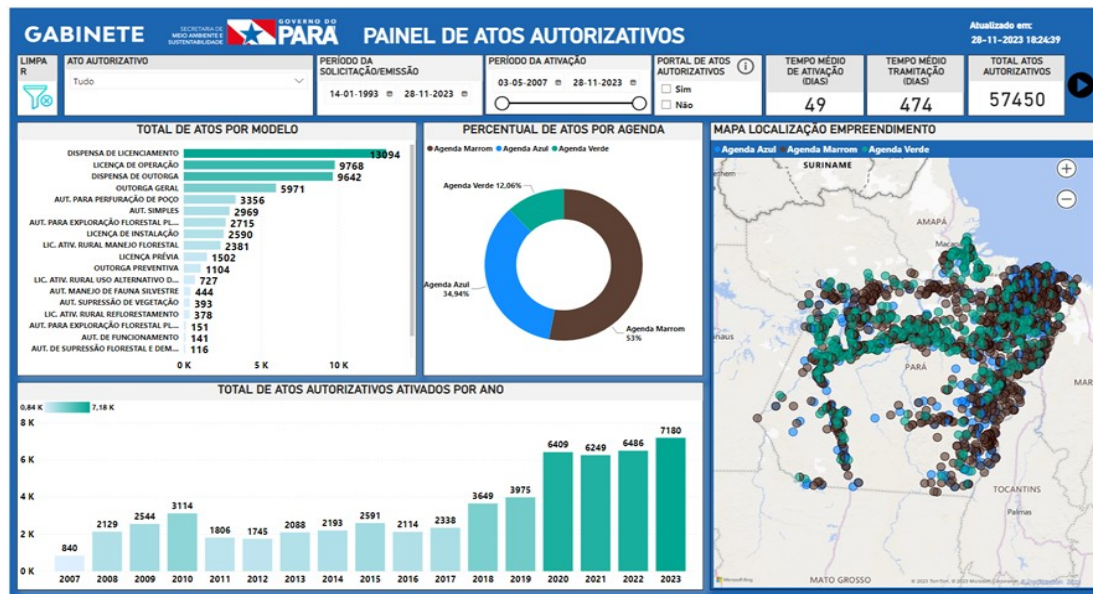
Figura 13 - Setor de Tecnologia da Informação Semas.



Fonte: Divulgação.

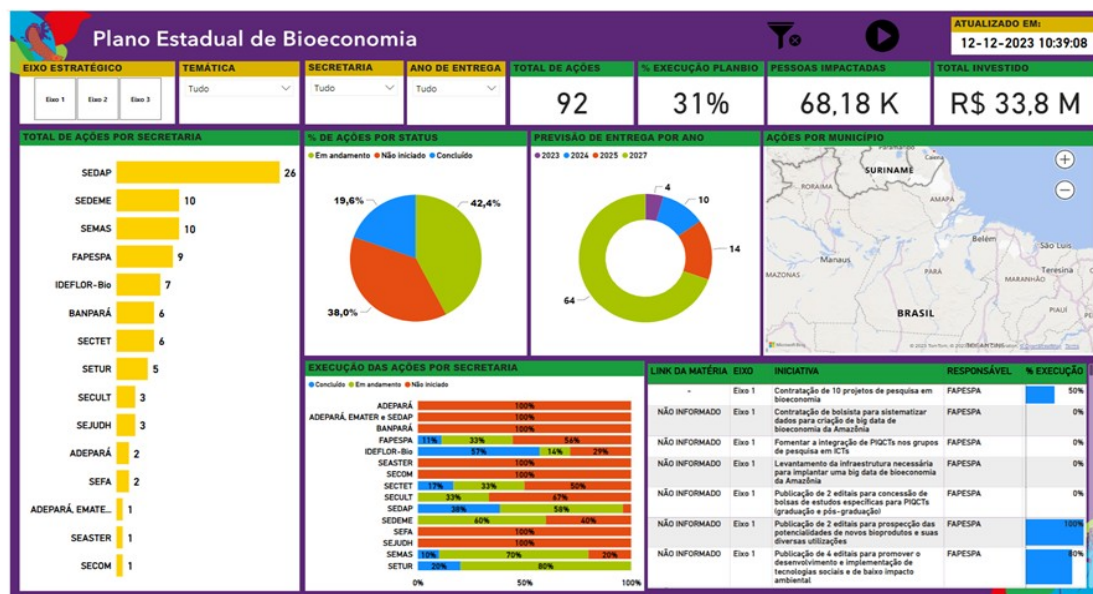
A equipe realizou atividades de suporte técnico em informática, desenvolvimento de sistemas, tratamento e visualização de dados, administração de redes e serviços, aquisição e tratamento de material e serviços de TI, elaboração de projetos e acompanhamento ativo das diversas parcerias da Semas que envolvem tecnologia da informação.

Figura 14 - BI Atos Autorizativos.



Fonte: Divulgação.

Figura 15 - Painel Plano Estadual de Bioeconomia.



Fonte: Divulgação.

3.2 PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

O programa Manutenção da Gestão foi executado quase em sua totalidade das suas ações planejadas, além de despesas de pessoal nela toda manutenção da gestão no sentido de garantir que as atividades finalísticas sejam realizadas, ou seja, essa atividade meio garante o êxito para o fim a que a secretaria se propõe.

3.2.1 Execução orçamentária

De acordo com o demonstrativo do quadro abaixo, a Semas planejou para o PPA 2020-2023 uma dotação orçamentária de R\$ 113.496.341,33 para o Programa de Manutenção da Gestão, tendo sido realizado R\$ 109.388.602,07 o que corresponde a 96,38% de execução. Dessa forma, houve o cumprimento da meta financeira demonstrada na execução do orçamento com o pagamento real das ações de Abastecimento de Unidades Móveis correspondente a 99,66%, Operacionalização das Ações Administrativas equivalente a 89,43%, Operacionalização das Ações de Recursos Humanos 99,86, Concessão de Auxílio Alimentação correspondente a 99,84 e Concessão de Auxílio Transporte equivalente a 99,13%.

Nome Proj- Atividade	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível	% Exec.
MANUTENÇÃO DA GESTÃO	113.198.328,00	113.496.341,33	109.388.602,07	4.107.739,26	96,38
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	1.650.000,00	1.574.000,00	1.568.678,59	5.321,41	99,66
Operacionalização das Ações Administrativas	29.513.124,00	37.710.506,94	33.725.576,07	3.984.930,87	89,43
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	70.547.007,00	61.613.507,00	61.524.178,06	89.328,94	99,86
Concessão de Auxílio Alimentação	10.295.490,00	11.495.620,39	11.477.064,96	18.555,43	99,84
Concessão de Auxílio Transporte	1.192.707,00	1.102.707,00	1.093.104,39	9.602,61	99,13

3.2.2 Ações

3.2.2.1 Abastecimento de unidades móveis do estado

Por meio dessa ação são viabilizados os pagamentos dos combustíveis para abastecer a frota de veículos tais como automóveis, vans, utilizados pela Semas em suas atividades administrativas e finalísticas.

3.2.2.2 Concessão de auxílio alimentação

A ação Concessão de Auxílio Alimentação, prevista no PPA 2020-2023, engloba despesas com pagamento do auxílio-alimentação aos servidores.

3.2.2.3 Concessão de auxílio transporte

A ação Concessão de Auxílio transporte prevista no PPA 2020-2023, engloba despesas com pagamento do auxílio-transporte aos servidores.

3.2.2.4 Operacionalização das ações administrativas

Por meio dessa ação a Semas viabiliza o pagamento dos contratos administrativos para manutenção da gestão.

A Semas consolidou uma série de aquisições estratégicas ao longo do ano de 2023, demonstrando um comprometimento contínuo com a modernização e eficiência operacional. Dentre as aquisições destacam-se a incorporação de novos computadores, notebooks, monitores, nobreaks e aparelhos de vídeo conferência, aprimorando significativamente a infraestrutura tecnológica da Secretaria. Além disso, investimentos em equipamentos como GPS, televisores, projetores, webcams e drones refletem uma abordagem abrangente e alinhada às demandas atuais. Essas aquisições contribuem para a otimização dos processos internos, a promoção de ambientes de trabalho mais eficientes e a potencialização das atividades desempenhadas pela Semas em prol da sustentabilidade e meio ambiente no Estado do Pará.

Figura 16 - Itens adquiridos pela Semas em 2023.



Fonte: Divulgação.

3.2.2.5 Operacionalização das ações de recursos humanos

Através da ação de operacionalização das ações de recursos humanos a Semas viabiliza os pagamentos relativos à folha de pagamento de pessoal, bem como os encargos dela decorrentes.

3.3 PROGRAMA MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Consoante à Diretriz Crescimento Inteligente, o Programa estrutura as estratégias referentes às políticas públicas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais, proteção às populações, mudanças climáticas e ao ordenamento territorial, através de ações integradas e planejadas visando o desenvolvimento socioambiental e econômico. Esse programa está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente com os ODS 6, 11, 12, 13 e 15, sendo em cada ação relatado os demais objetivos correlatos. Divide-se em dois objetivos, compostos por 10 ações, 18 compromissos regionais e um indicador de processo. Possui como órgãos executores e unidades gestoras: Semas, ITERPA, IDEFLOR-BIO, FCA, FEMA, FUNDEFLO, e NEPMV. Nesse relatório será enfatizado somente a execução da Unidade Gestora Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Semas.

Em decorrência dos compromissos ambiciosos assumidos pelo estado do Pará no sentido de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e promover o aumento dos estoques de carbono por meio do reflorestamento e da recuperação de áreas degradadas, em 2020, o governo instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC) através da Lei nº 9048/2020, em conformidade com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Acordo de Paris e um expresse alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Várias ações foram desencadeadas neste sentido, visando ampliar os esforços do estado do Pará no controle ao desmatamento, bem como, na indução à transição para uma economia de baixo carbono. As políticas públicas que tratam de meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico tornam-se cada vez menos uma disputa de prioridades, representando dimensões indissociáveis.

O Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) é a macroestratégia na qual essas ações estão ancoradas. Instituído através do Decreto nº 941/2020, o Plano representa a principal plataforma de ações para a redução sustentada do desmatamento no Pará. Tem como meta promover a redução de, no mínimo, 37% das emissões de GEE provenientes da conversão de florestas e do uso da terra, até 2030 – em relação à média entre os anos de 2014 a 2018 – e, a partir de então, com apoios adicionais, ampliar esta performance, para 43% de redução até dezembro de 2035.

Dentre os eixos do PEAA, o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa – PRVN, é uma estratégia de “Desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono”, cujo

objetivo é elevar o Pará ao patamar de Estado com Emissão Líquida Zero (ELZ), ou Carbono Neutro, no setor “Mudança de Uso da Terra e Florestas” a partir do ano de 2036.

O Plano foi co-construído (instituído o decreto 2.750/2022) de forma amplamente participativa entre os mais diversos setores sociais: poder Público, organizações não governamentais, setor privado, instituições de pesquisa e entidades de representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e da agricultura familiar participaram dos debates e das etapas de elaboração do documento. Esse processo participativo assegura a pluralidade de vozes e perspectivas que são fundamentais para o sucesso das ações de recuperação em um estado tão diverso quanto o Pará.

Para orientar a preparação, planejamento, coleta, análise de dados e apresentação de resultados e recomendações, foi utilizada a Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração (ROAM), desenvolvida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e pelo Instituto de Recursos Mundiais (WRI), em contribuição à Parceria Global pela Restauração de Paisagens Florestais (PGFLR) e ao Desafio de Bonn. Segundo essa metodologia, processos de recuperação bem-sucedidos possuem três características em comum: 1. Motivação clara. 2. Condições favoráveis. e 3. Capacidade e recursos para implementação sustentada. Essas características correspondem aos temas - motivar, facilitar e implementar.

Figura 17 - Oitivas realizadas para co-criação do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa - PRVN.



Fonte: Divulgação.

Outra estratégia do PEAA, no eixo “Ordenamento Fundiário, Territorial e Ambiental”, é o Programa Regulariza Pará (instituído através Decreto nº 2.745/2022), que alcançou grandes avanços nas agendas de regularização ambiental e de ordenamento territorial no ano de 2023, para evitar as mudanças de uso da terra, combater o desmatamento e aplicar medidas de fomento à conservação e restauração florestal previstos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a recuperação de áreas degradadas e alteradas, para valorização de ativos ambientais nos imóveis rurais, com aumento da eficiência das cadeias produtivas, bem como fortalecer a conservação e preservação da biodiversidade, visando a integridade e ou uso sustentável de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos pela legislação ambiental.

No âmbito do Programa Regulariza Pará, uma das estratégias para avançar em áreas regularizadas no Estado consiste na Descentralização da Análise do Cadastro Ambiental Rural. Através da Municipalização da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) os municípios têm a possibilidade de ampliar os serviços de regularização ao proprietário/possuidor, garantir maiores benefícios ao município com fortalecimento da sua autonomia de gestão ambiental, qualificação do licenciamento ambiental rural, possibilidades de ampliação das suas receitas, seja por meio da

regularização ambiental ou do ICMS Verde, uma vez que a habilitação é critério para o cálculo do índice de repasse do imposto aos municípios. Outro benefício é associado aos produtores locais, que ganham mais agilidade na condução de seus processos de regularização. No primeiro semestre de 2023, foi realizado o 1º Seminário de Municipalização, visando estimular o processo de habilitação dos municípios no CAR e aumentar os valores financeiros a serem recebidos.

Figura 18 - 1ª Seminário da Municipalização ocorrido em maio de 2023.



Fonte: Divulgação.

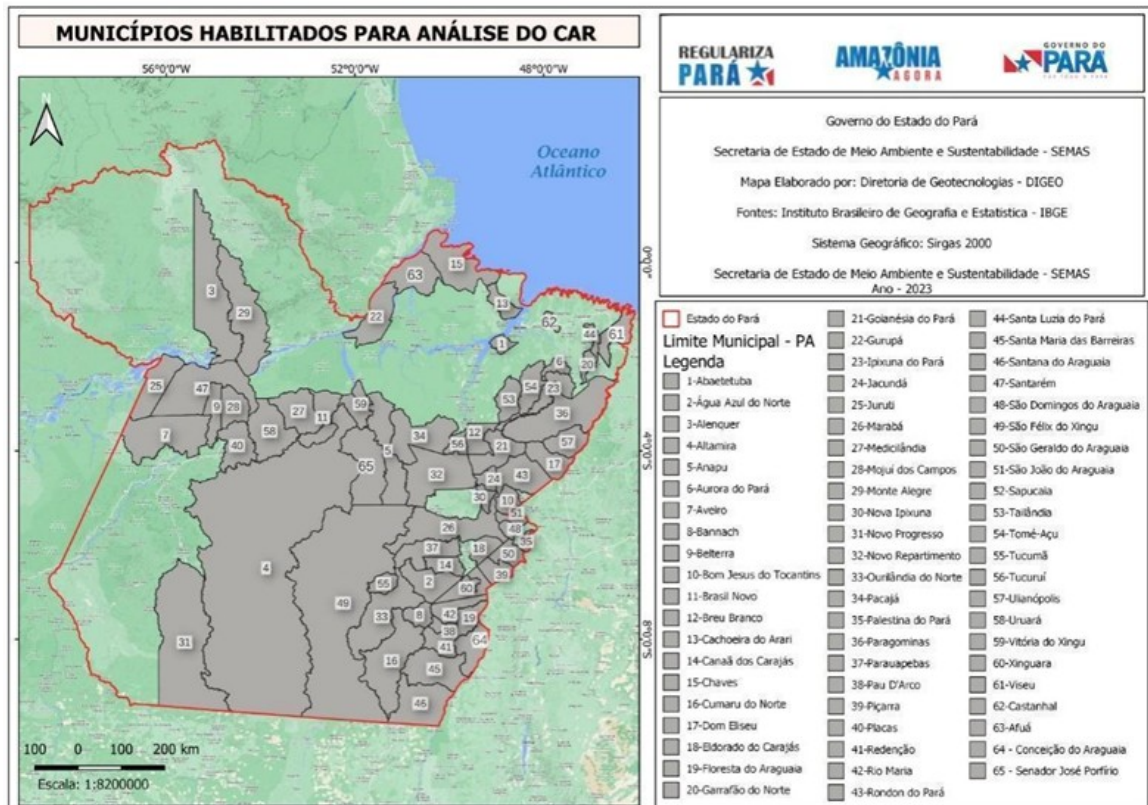
O estado do Pará apresenta atualmente 65 municípios habilitados pela Semas para realizar a análise e validação do CAR, seguindo critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de maio de 2023. Somente no ano de 2023, até o final de outubro, 6 novos municípios foram habilitados: Abaetetuba, Castanhal, Viseu, Afuá, Conceição do Araguaia e Senador José Porfírio. Ao todo, os 65 municípios realizaram 2.145 ações de análise, suspensões e cancelamentos de CAR.

Indicador de Processo: Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental / Percentual / Semas		
Regiões de Integração	2023	
	Previsto	Realizado
Araguaia	100	100
Baixo Amazonas	92,3	100
Carajás	91,6	100
Guajará	100	100
Guamá	88,9	83,33
Lago de Tucuruí	100	100,0
Marajó	75	93,75
Rio Caeté	93,3	86,67
Rio Capim	100	100
Tapajós	100	100

Indicador de Processo: Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental / Percentual / Semas

Regiões de Integração	2023	
	Previsto	Realizado
Tocantins	100	100
Xingu	100	100
Estado	93,8	95,83

Figura 19 - Municípios habilitados para análise do CAR.



Fonte: Divulgação.

Esse alcance tem suporte de ações como o "Giro da Municipalização" é um plano de ação elaborado pela DIGEO, focado na capacitação de servidores municipais para a análise e validação do CAR, que visa aprimorar a capacidade técnica dos municípios, aumentar a área de CAR validado no Estado e promover a eficiência nos processos de regularização ambiental, tudo em consonância com o Programa Regulariza Pará e o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

Figura 20 - Capacitação em Geoprocessamento e Sensoriamento- Altamira/PA.



Fonte: Divulgação.

3.3.1 Execução orçamentária

No Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável o maior destaque fica por conta da ação de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental com a realização das operações: Amazônia via e Curupira no combate ao desmatamento.

O Programa iniciou o exercício de 2023 com uma dotação orçamentária atualizada de R\$40.489.835,00, distribuídos entre seis ações dos quais foram realizados o montante de R\$15.020.570,04, correspondendo a 37,10% da dotação atualizada.

Neste contexto cabe destacar também as ações de Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais e de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental que tiveram grande desempenho na execução, principalmente nas operações de combate ao desmatamento.

Nome Proj-Atividade	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível	% Exec.
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	63.675.367,00	40.489.835,66	15.020.570,0 4	25.469.265,3 6	37,10
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e	11.180.086,00	5.980.086,00	372.622,14	5.607.463,86	6,23

Nome Proj-Atividade	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Dotação Disponível	% Exec.
da Educação Ambiental					
Fomento à Bioeconomia	9.600.000,00	1.400.000,00	66.996,74	1.333.003,00	4,79
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	10.165.439,00	4.644.499,00	2.623.082,46	2.021.416,54	56,48
Implantação do Parque de Bioeconomia	600.000,00	600.000,00	1.266,05	598.733,95	0,21
Incentivo à Prestação de Serviços Ambientais	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-	100
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	22.844.345,00	14.452.426,93	6.648.557,25	7.803.869,68	46,00
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	9.285.497,00	8.412.823,73	308.045,40	8.104.778,33	3,66

3.3.2 Ações:

No objetivo “Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais”, das seis ações vinculadas a esse objetivo, duas são executadas pela Semas, sendo elas: i) Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais e ii) Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental, cujos produtos correspondem ao atendimento realizado no âmbito da gestão de recursos hídricos e ao processo de licenciamento ambiental analisado; e a ação Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental é executada em conjunto pela Semas e o NEPMV, com o intuito de fortalecer a gestão ambiental municipal.

3.3.2.1 Apoio e fortalecimento da municipalização da gestão ambiental e da educação ambiental

A Ação de “Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental” é executada em conjunto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e pelo Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes (NEPMV). As várias atividades financiadas por essa ação contribuem para os ODS 11, 12, 13 e 17, uma vez que buscam apoiar a integração entre áreas urbanas e rurais, reforçando o planejamento regional e local de desenvolvimento (meta 11.a); garantir que as pessoas, nos municípios, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (metas 12.2 e 12.8); melhorar a educação ambiental, aumentar a conscientização humana e institucional sobre os impactos das mudanças climáticas; fortalecer as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (meta 13.3); promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas (meta 17.7); e aumentar a coerência das políticas, em suas diversas instâncias, para o desenvolvimento sustentável (meta 17.14). Considerando o PPA 2020-2023 a ação tem como produto “apoio realizado”.

Em 2023 a Semas realizou diversos apoios para o fortalecimento da municipalização da gestão ambiental. Dentre as diversas atividades destaca-se:

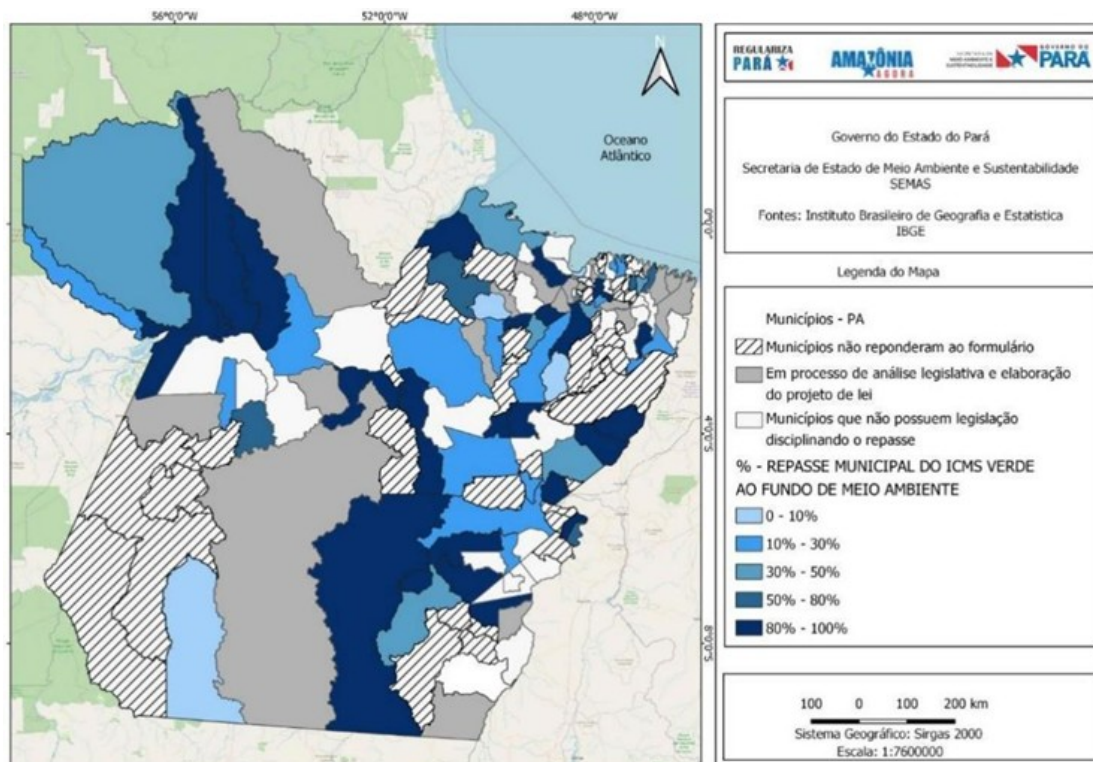
- a. Capacitação em Gestão Ambiental Municipal, que objetiva qualificar os servidores atuantes nos órgãos municipais de meio ambiente do Estado do Pará sobre diferentes instrumentos de gestão ambiental, como: Licenciamento Ambiental, Fiscalização Ambiental, Cadastro Ambiental Rural, Educação Ambiental e Outorga. A Agenda Municipalização da Gestão Ambiental neste ano de 2023 executou 117 atividades em 75 municípios paraenses, com a participação de 520 pessoas;
- b. ICMS Verde, cujo objetivo é incentivar os municípios a criar e manter unidades de conservação e áreas protegidas, além de compensar os esforços dos municípios em prol da conservação ambiental. É também considerado uma cota parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte intermunicipal, interestadual e de comunicação (ICMS).

Em 2023, foi repassado de R\$ 299.256.365,69 (duzentos e noventa e nove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) aos municípios, foi também realizado um levantamento de dados, através de resposta a formulários aplicado, no qual foi possível apurar o

percentual de repasse do ICMS verde ao Fundo do Meio Ambiente, para além da informação sobre se há legislação nos municípios que trata sobre esse repasse. Através desse levantamento foi possível também verificar os 27 municípios que possuem lei que estabelece 100% de repasse do ICMS Verde ao Fundo de Meio Ambiente, são eles: Abaetetuba, Acará, Afuá, água Azul do Norte, Alenquer, Anapu, Bom Jesus do Tocantins, Brasil Novo, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Castanhal Curuá, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Monte Alegre, Óbidos, Parauapebas, Rio Maria, São Felix do Xingu, Terra Santa, Tucumã, Tucuruí, Ulianópolis e Vitória do Xingu.

A nova metodologia integra o ICMS Verde enquanto benefício ao fomento da política de municipalização da análise do CAR garante ao município habilitado o aumento de seu índice de cálculo do repasse financeiro, configurando a relação direta da ampliação da análise do CAR com maiores valores recebidos. Estimular a conservação das áreas protegidas e o desenvolvimento dos instrumentos e das capacidades de gestão ambiental municipais estão entre as diretrizes do critério ecológico.

Figura 21 - Levantamento de informações sobre o repasse do ICMS verde.



Fonte: Divulgação.

A fim de estimular o processo de habilitação dos municípios no CAR, e aumentar os valores financeiros a serem recebidos, foi estabelecido como critério do

ICMS Verde a municipalização do CAR. Como resultado, os municípios habilitados passaram a trabalhar em conjunto com o estado para avançar diversas políticas socioambientais fundamentais, especialmente em relação ao cumprimento da Lei Nº 12.651/2012.

Outro importante instrumento para fortalecimento e incentivo ao município na gestão de suas áreas protegidas bem como no incremento no ICMS Verde, veio com a instituição da Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, publicado através da Lei nº 10.306, de 22 de Dezembro de 2023 que, traz em seu art. 117 a inclusão na Lei Estadual nº 7.638/2012 que dispõe acerca do ICMS Verde, um percentual mínimo de 20% a ser aplicado exclusivamente nas unidades de conservação municipal, garantindo assim uma parcela ordinária do recurso na implementação e gestão da UC municipal.

Em 2023 a Semas realizou diversos apoios para o fortalecimento da municipalização da educação ambiental, por meio da oferta de cursos de capacitação e aprimoramento, através da Coordenadoria de Educação Ambiental - CEAM executando em 2023, 167 apoios em prol da Educação Ambiental por meio da aplicação de metodologias de ensino variadas, com objetivo de sensibilizar e qualificar os indivíduos a buscarem práticas mais sustentáveis frente às problemáticas ambientais de cunho local, regional e de amplitude global. Os 36 municípios paraenses apoiados estão localizados em 11 Regiões de Integração do planejamento governamental do Estado do Pará. O apoio alcançou um público estimado de aproximadamente 6.459 pessoas, dentre elas, estudantes, servidores públicos e comunidades tradicionais.

A Agenda Educação Ambiental apresenta a sua permanente colaboração na implementação do Programa Territórios pela Paz - TERPAZ, cujo caráter é interinstitucional e que tem se ampliado para além da Região Metropolitana de Belém em razão da instalação de novas Usinas da Paz em outros municípios do estado do Pará. Foram executados 42 apoios no âmbito do Programa TERPAZ, contemplando público total 1.886 pessoas. Elas foram realizadas na Região de Integração Guajará e na Região de Integração Carajás. As oficinas abordaram diferentes temas em 2023, sendo os seguintes: Compostagem; Reaproveitamento de resíduos; Origami; Confecção de embalagem; Reaproveitamento de resíduos doméstico e geração de renda; Corte e colagem de revista; Confecção de sacolas plásticas; Reaproveitamento de resíduos doméstico e empoderamento feminino; e Eco bijuterias; Descarte correto de resíduos; pequenos comerciantes, empreendedores e comunidade em geral; como cuidar do meio ambiente; Ecoponto/Cadastro de pequenos comerciantes no app

Moedinha Verde; Mudanças climáticas e crédito de carbono; Desafios para uma gestão costeira institucional integrada; e alusivas ao Dia da Árvore e Dia da Fauna. As atividades Cine Ambiental, Roda de Conversa e Exposição, em sua maioria, compuseram uma programação denominada de “Junho Verde” em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Figura 22 - Agendas de educação ambiental.



Fonte: Divulgação.

Outros destaques da Agenda Educação Ambiental em 2023 foram as atividades integradas como a do Cadastro Ambiental Rural - CAR relativo aos Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) e da Municipalização da Gestão Ambiental. A Semas através da SAGRA promoveu o I Encontro Dos Territórios Quilombolas Com Cadastro Ambiental Rural Coletivo (CAR/PCT), que reuniu 140 pessoas, de Comunidades de diferentes municípios do Pará, com objetivo de oportunizar o diálogo entre as Comunidades a respeito da aprendizagem decorrente das atividades de elaboração e inscrição do CAR no Módulo PCT do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR/PA, contribuindo para o aperfeiçoamento da própria Agenda CAR/PCT.

Figura 23 - Equipe de organização do I Encontro dos territórios quilombolas com CAR/PCT.



Fonte: Divulgação.

- Ações qualitativas de apoio e suporte à ação apoio e fortalecimento da municipalização da gestão ambiental e da educação ambiental

A Semas por meio da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (DGAF) desempenhou um papel proeminente na promoção da sustentabilidade ao longo do ano de 2023, evidenciando um comprometimento integral com práticas ecoeficientes e conscientes. Destacam-se iniciativas como a implantação de coletores de pilhas e baterias nas dependências da Semas e Núcleos regionais, incentivando o descarte adequado desses materiais. A realização de eventos temáticos, como a Semana do Incentivo à Reciclagem em comemoração ao Dia Mundial da Reciclagem, o Junho Verde e Dia Mundial do Meio Ambiente, e o II Encontro do Consumo Consciente, destacam-se como momentos de conscientização e engajamento sustentável. Além disso, ações regulares como o Eco ponto na Feira de Agricultura Familiar, a caracterização gravimétrica dos resíduos no Plano de Logística Sustentável (PLS), e a Feira de Produtos Natalinos com materiais recicláveis evidenciam a integração de práticas sustentáveis nas operações cotidianas da Semas. A participação em eventos externos, como o VI Colóquio de Governança Pública, e a apresentação de boas práticas sustentáveis em outros órgãos, ressaltam o compromisso em disseminar conhecimento e incentivar a adoção de práticas sustentáveis em toda a administração pública.

Figura 24 - Plano de Logística Sustentável - PLS - Caracterização gravimétrica dos resíduos.



Fonte: Divulgação

3.3.2.2 Fomento à bioeconomia

O estado do Pará ganha destaque por abrigar 78% de vegetação nativa e uma das maiores e mais complexas redes hidrográficas do planeta, diferenciais que se bem aproveitados, permitem sustentabilidade ambiental e justiça social em escala regional, nacional e internacional. Nesse sentido, no ano de 2022, foi lançado durante a 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 27), no Egito, o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), uma iniciativa pioneira no país, que tem por base a concepção de que a bioeconomia possibilita, para além da produção sustentável e da resiliência climática, um conjunto de ações relacionadas à infraestrutura verde, ao empreendedorismo sustentável, a geração de empregos e renda com potencial de crescimento socioeconômico de baixo carbono. Considerando o PPA 2020-2023 a ação tem como produto “projeto executado”.

O Planbio (instituto pelo decreto nº 2.746/2022) busca promover soluções que mitiguem os problemas ambientais, baseadas na natureza (SbN), viabiliza a transição para uma economia diversificada, capaz de criar e/ou melhorar processos produtivos locais e da sociobiodiversidade, garantindo segurança ao patrimônio genético, proteção e valorização dos conhecimentos e cultura dos povos tradicionais. Trata-se de uma construção participativa em conjunto com povos indígenas, quilombolas e

extrativistas, dentre integrantes, da gestão pública, movimentos sociais e sociedade civil organizada. O Plano possui uma governança em dois níveis: estratégico e executivo. No primeiro, está o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima). No segundo, está o Comitê Executivo do Plano Estadual de Bioeconomia, coordenado pela Semas e composto por representantes de outras secretarias de Estado, dentre elas, a SECTET, SEDEME, SEDAP, FAPESPA e IDEFLOR-Bio, além de outras instituições de interesse para a implementação do plano, tais como ADEPARÁ, BANPARÁ, EMATER, SEFA, SEPLAD, SETUR, SECULT, SEIRDH, SECOM, SEMU, SEPI, SEAF SEASTER e ITERPA. Em 2023, foram criadas as Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), integradas ao Comitê Executivo do PlanBio.

Até o momento, o PlanBio impactou diretamente 67.080 pessoas, dentre elas, o número expressivo de 1.056 famílias beneficiadas e 37.931 pessoas capacitadas. Efetivou-se apoio a 275 bionegócios e a criação de 12 Marketplaces de Bioprodutos, com vistas a divulgar, valorizar e alavancar empreendimentos e startups voltadas para a Bioeconomia do Pará e da região amazônica (tabela XX). Portanto, das 92 ações previstas pelo Comitê Executivo do PLANBIO-PA para um período de 04 anos, 48% já foram implementadas ou estão em andamento, isto é, 37% concluídas e 11% em progresso. O valor de R\$ 34.842.813,20 (trinta e quatro milhões e oitocentos e quarenta e dois mil, e oitocentos e trezes reais e vinte centavos) foi investido em ações ocorridas nas 12 regiões de integração do Estado, englobando os 144 municípios paraenses.

Resultados/Métricas PlanBio 2023	Quantidade
Projetos concluídos e em andamento	76
Pessoas impactadas diretamente	67.080
Pessoas capacitadas	37.931
Famílias beneficiadas	1.056
Bionegócios apoiados	275
Valor investido total	R\$ 34.842.813,20

O Projeto Inova Sociobio é um dos projetos executados nessa ação, e através dele a Semas implantou seis pontos de inovação em bioeconomia em territórios de povos e comunidades tradicionais nas regiões do Marajó, Baixo Amazonas e Tocantins, sendo investido pelo Governo do Estado mais de R\$1,2 milhão, alcançando 420 integrantes de comunidades tradicionais atingidos pelo projeto.

Figura 25 - Projeto Inova Sociobio-resumo das ações.

6 Pontos de Inovação

em Territórios tradicionais (3 extrativistas, 2 quilombolas e 1 indígena)

30 comunidades apoiadas

Melhoria dos processos produtivos:

- Comunicação popular e jovens comunicadores;
- Remédios e práticas medicinais tradicionais indígenas;
- Turismo Rural/Turismo de Base Comunitária;
- Ambientalismo e Direitos Indígenas (incluindo direitos da mulher);
- Associativismo e Cooperativismo

730
Pessoas
capacitadas



Figura 26 - Oficina InovaSociobiodiversidade.

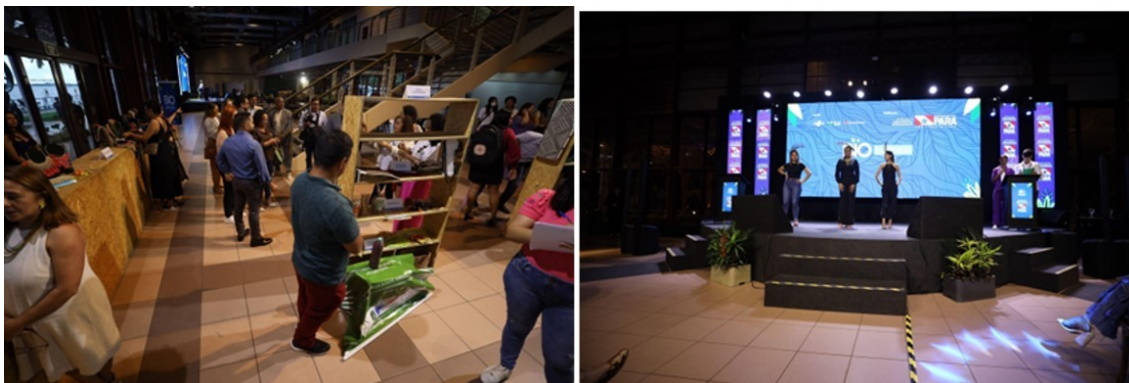


Fonte: Divulgação.

Outro projeto executado é Biobusiness, que teve sua segunda edição realizada em março de 2023 na Estação das Docas (RI Guajará) pela Semas. O evento contou com a parceria do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além do apoio da embaixada do Reino Unido. Esse evento teve como objetivo estimular oportunidades de negócios em setores da bioeconomia na Amazônia, criando um espaço de intercâmbio de experiências e de contato com o mercado, como também a atração de

possíveis investidores. A metodologia adotada foi a de *matchmaking* combinado com a realização de painéis dinâmicos, divididos em quatro temas distintos: Mercado, Produção, Investimento e Inovação. Contou-se ainda com a realização de desfile de bioprodutos da moda, apresentação cultural, rodadas de negócios, exposição de produtos físicos das iniciativas participantes, entre outras atividades.

Figura 27 - Biobusiness Pará 2023: exposição de bioprodutos e desfile de moda.



Fonte: Divulgação.

A Semas executou também projeto na RI Baixo Amazonas, no município de Santarém. No mês de novembro de 2023, foi realizado no Centro de Inovação da Aces Tapajós (CIAT), da Associação Comercial e Empresarial de Santarém, o Biobusiness Tapajós. A iniciativa contou com a parceria do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), da Associação Comercial de Santarém (ACES) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PA). O objetivo do evento é promover um ambiente de diálogos, trocas de experiência e parcerias entre empreendedores que trabalham com produtos da biodiversidade amazônica de forma sustentável, bem como com outros setores da sociedade, tendo por premissa o incentivo ao crescimento dos bionegócios no Estado.

Figura 28 - Biobusiness Tapajós: Workshop de Empreendedorismo da Bioeconomia.



Fonte: Divulgação.

Ao longo de 2023, a Semas através da Gerência de Bioeconomia participou de diversos eventos e atividades que envolvem a temática, buscando divulgar e fomentar o Plano Estadual de Bioeconomia e suas ações para diversos setores da sociedade, bem como apoiar ativamente a concretização da política de bioeconomia, visando fomentar as atividades de bionegócios e a conservação da biodiversidade paraense, são eles: I Conferência para uma Amazônia que Queremos - SPA, , Semana de Meio Ambiente, Oficina de Governança e Plano de Monitoramento do PLANBIO, 13ª Reunião anual da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta (GCF Task Force), Lançamento do Projeto NISA, World Creativity Day 2023, Diálogos do Açaí: força da sociobioeconomia amazônica, Diálogos Amazônicos, Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, Semana do Clima de Nova York (Climate Week NYC), Varanda da Amazônia e Fórum da Biodiversidade, Encontro do Grupo de Trabalho (Skills Share): Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, Oficina de formação de multiplicadores sobre tema de Acesso e Repartição de Benefícios - ABS, XV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO), Pará Negócios 2023, Oficina Participativa do Distrito de Inovação e Bioeconomia de Belém/Pa, Oficina sobre Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Marajó.

Figura 29 - Oficina de governança do comitê executivo do planbio



Fonte: Divulgação

Figura 30 - Participação no Diálogos do Açaí: força da sociobioeconomia amazônica



Fonte: Divulgação.

3.3.2.3 Gestão dos recursos hídricos, clima e serviços ambientais

As atividades relacionadas a essa Ação possuem relação intrínseca com os ODS: 2 (meta 2.4); 6 (metas 6.3 e 6.4); 13 (meta 13.3); e (meta 15.1). Considerando o PPA 2020-2023 a ação tem como produto “atendimento realizado”.

Em 2023, a Semas realizou diversos atendimentos para a promoção da Gestão dos Recursos Hídricos no Estado do Pará. A regularização de usos dos recursos hídricos, por intermédio da concessão de atos autorizativos (Outorgas, Dispensas e Autorizações para perfuração de poços), a Semas atendeu por meio da Diretoria de Recursos Hídricos (DIREH) às demandas emitindo um total de 2.218 Atos autorizativos, sendo 1.608 de forma online, autodeclaratória, por meio do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Pará – SIGERH-PA. Esse número, distribuído entre as regiões de integração Regiões de Integração (RI) do estado do Pará, a RI do Guamá é a que apresentou o maior quantitativo de títulos emitidos (530), seguida pelas regiões Guajará (427), Carajás (200) e Xingu (200).

Do ponto de vista de Segurança de Barragem, a Semas realizou atendimentos por meio do alcance no quantitativo de 384 barragens de acumulação de água e resíduos industriais localizadas no Estado do Pará cadastradas no Sistema Nacional de Segurança de Barragens (SNISB), 265 barragens classificadas quanto ao Dano Potencial Associado (DPA) e 236 classificadas por Categoria de Risco (CRI).

Os atendimentos no âmbito de recursos hídricos contemplaram também a oferta de diversas ações de capacitação em recursos hídricos como palestras, seminários, workshops e minicursos, tanto nas modalidades presencial como à distância (EAD). Neste último ano de execução do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos (2020-2023), foram oferecidos 13 cursos, que capacitaram 462 pessoas. Os referidos cursos foram ministrados por professores doutores e especialistas da área, por intermédio do contrato firmado com a Universidade Federal do Pará (UFPA/FADESP). Ainda em 2023, iniciaram os trabalhos para a construção do novo Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos, que terá horizonte de 4 anos (2024-2027). A etapa de consulta participativa foi realizada com a contribuição de 273 integrantes do SEGRH (Semas/PA, usuários de recursos hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e suas câmaras técnicas e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim).

Figura 31 - Participantes do curso de Qualidade de Águas Superficiais, ofertado pelo Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos.



Fonte: Divulgação.

Adicionalmente, além dos cursos previstos no Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos, a Semas, através da DIREH realizou 8 cursos e palestras, que totalizam 419 pessoas capacitadas em 2023.

Figura 32 - Público participante do Workshop de Outorga.



Fonte: Divulgação.

A Semas também realiza atendimentos visando a gestão dos recursos hídricos através de dois núcleos: Núcleo de Monitoramento Hidro Meteorológico (NHM) e o Núcleo de Governança das Águas e Clima (NUGAC). O primeiro, foi criado pela Lei nº 9.048, de 29 de abril de 2020 ao Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico - NMH, diretamente subordinado à Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos e Clima - SAGRH, no âmbito de suas competências, realiza continuamente ações de monitoramento de variáveis e parâmetros meteorológicos e hidrológicos em todo o Estado do Pará com intuito de prever e/ou mitigar eventos climáticos e hidrometeorológicos extremos, além de subsidiar e apoiar estudos, análises e relatórios referentes aos dados sobre a qualidade das águas superficiais. Já o segundo realiza a organização de eventos dos colegiados, transcrição de atas e mobilização de membros dos CERH e câmaras; COGES e câmaras; FPMAC e câmaras; C.E FPMAC, CBHRM e apoio ao GT-Progestão e ao GT-PRVN, com o objetivo de promover uma sociedade pacífica e inclusiva para um desenvolvimento sustentável relacionados a (ODS 16) e juntos a essa inclusão tomar medidas cabíveis para combater as mudanças climáticas e seus impactos em nosso planeta (ODS 13). Sendo assim, de janeiro a novembro de 2023 foram realizadas reuniões dos colegiados abaixo:

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará - CERH e de suas Câmaras Técnicas, totalizando 13 reuniões;
- O Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática e o Comitê Executivo do FPMAC, que realizou duas reuniões extraordinárias para o encaminhamento, levantamento e aprovação de atas transcritas por este núcleo, para a discussão sobre o aumento de participação das redes PIQCT's nos colegiados de clima, para análise e aprovação da proposta de ato normativo para a instituição da CT de Bioeconomia; para a apresentação dos resultados do trabalho da CT de Gênero e da CT de Juventudes, que envolvem sujeitos representantes das comunidades e povos tradicionais assim como do governo, envidando esforços para melhoria das questões climáticas e fomento de políticas públicas eficazes para discussão e tomadas de decisão que abranja a diversidade.
- O Comitê Gestor do Sistema Estadual Sobre Mudanças Climáticas - COGES-Clima realizou duas reuniões com o apoio deste NUGAC, para consolidação dos eventos, transcrição de atas e mobilização de membros e Povos, Indígena, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. As 4 câmaras técnicas do COGES tiveram 5 reuniões apoiadas pelo NUGAC no ano de 2023, planejando atas, pautas, logística e comunicação.

- O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim - CBHRM realizou assembleia do Comitê e reunião online com nosso apoio no tocante à comunicação e à capacitação dos membros deste colegiado.
- O Plano de Recuperação da Vegetação Nativa – PRVN, lançado na COP-28 e no FPMAC, com o empenho deste núcleo na condução de diversas atividades, como na criação e acompanhamento do edital de chamamento das instituições, na logística para a cerimônia de instauração, na coordenação de 5 seminários nos pólos regionais do estado (2 dias em cada pólo), assim como na mobilização dos atores regionais e demais tarefas.

Figura 33 - Registros das Reuniões.



Fonte: Divulgação.

Considerando a Gestão do Clima na Semas, no ano de 2023, através da Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, criada para executar as ações, estruturar políticas públicas, projetos e programas relacionados ao tema de Clima, expandiu o planejamento e as ações que auxiliassem o estado no combate às mudanças climáticas e que permitissem conciliar conservação e desenvolvimento econômico de baixas emissões. Dentre essas ações, todo plano de ações para estruturação de um sistema jurisdicional de REDD+ e de pagamentos de serviços ambientais, e unindo forças, já no final do ano de 2022, com a alteração da PEMC (Lei 9.781), cria-se o Plano de Recuperação de Vegetação Nativa como instrumento da política. Um Sistema Jurisdicional de REDD+ prevê, além de uma estratégia de repartição de benefícios, a estruturação de um sistema de governança robusto, capaz de promover as articulações, consultas e tomadas de decisão em prol da consolidação

da política associada às mudanças do clima e cumprimento de compromissos rumo à descarbonização.

No ano de 2021, o Estado do Pará foi aceito para participar da Coalizão “Reduzindo Emissões por Meio da Aceleração do Financiamento Florestal” (LEAF, na sigla em inglês). A Coalizão, uma parceria público-privada entre diversos países e empresas interessadas em comprar créditos por resultados de REDD+, tem como objetivo canalizar fundos para a preservação de florestas tropicais por meio da compra de créditos de REDD+ jurisdicional, um importante instrumento financeiro internacional criado para prover recursos, por meio de doações voluntárias, aos países que demonstrarem redução das emissões dos gases do efeito estufa. O diálogo contínuo com as redes representantes de PIQCT's, ao longo dos últimos trimestres, possibilitou um crescimento na colaboração e aprendizado por parte de todos os envolvidos (redes, governo, parceiros), possibilitando a pilotagem de arranjos que subsidiarão de forma significativa o avanço do desenvolvimento das ações no âmbito do Sistema Estadual de REDD+ do Pará cuja estruturação deverá se intensificar com o apoio do Governo Norueguês.

Concomitante ao desenvolvimento das atividade pelo projeto da Noruega, o Secretariado Executivo da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCFTF) no Brasil, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelo projeto “Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões - Janela B” criaram um grupo de trabalho de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) estabelecido para garantir a transparência do Sistema Jurisdicional de REDD+ do Estado do Pará, e para os estados da Amazônia Legal, a qual o Pará faz parte e está sendo contemplado com apoio da Way Carbon para auxílio na definição do nível de referência e da elaboração da nota de conceito para submissão ao ART/TREES.

Neste sentido, observa-se os últimos avanços vinculados ao Sistema Estadual de REDD+ do Pará elencados abaixo:

- Atendimento aos requisitos ART TREES: Torna o Pará apto a receber pagamentos de REDD+, garantindo que títulos de carbono sejam gerados e creditados com maior valoração, garantindo credibilidade financeira e assegurando aos investidores e beneficiários, que os recursos serão investidos nas iniciativas definidas pelo Estado a partir de suas metas.

- Salvaguardas: Plano de Salvaguardas Socioambientais e Engajamento de Múltiplos Atores, Protocolo de Monitoramento e Governança, 21 indicadores de salvaguardas.

- CONAREDD+: Acesso a cotas de 11,57% a 18,08% dos resultados alcançados pelo Brasil entre os anos de 2006 e 2017, pela captação de aproximadamente 1.008.935.867,40 tCO₂ nesse período.

Dentro desse contexto, diante da construção desse produto, a Semas atendeu por meio de capacitações, iniciativa da Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais - DIMUC, com a finalidade de divulgar políticas e ações para os setores. Foram sete encontros, divididos por temas:

- 1º aula: “noções gerais” (política, COGES-CLIMA, princípios, diretrizes)
- 2º aula: mudanças climáticas
- 3º aula: “sistema de salvaguardas”
- 4º aula: “mercado de carbono”
- 5º aula: “pagamento por serviços ambientais”
- 6º aula: “restauração da vegetação nativa”
- 7º aula: “bioeconomia”
- Seminário: “mercado de carbono e sistema jurisdicional de REDD+ do estado do Pará”

Em 2023 a Semas realizou diversos atendimentos para a promoção da Gestão dos Serviços Ambientais no Estado do Pará. O Programa de atuação integrada Territórios Sustentáveis (PTS), instituído pelo decreto Nº 2.744, de 9 de novembro de 2022, é um instrumento do componente estrutural “Desenvolvimento Socioeconômico de Baixas Emissões de Gases de Efeito Estufa” do Plano Setorial de Mudança do Uso da Terra e Florestas, denominado Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). O Programa tem como objetivo levar os produtores(as), proprietários(as) ou possuidores(as) a aderirem à política, a fim da regularização fundiária, acesso às linhas de crédito e seguro rural, garantia de acesso a mercados, assistência técnica rural, entre outros serviços voltados ao desenvolvimento social e ambiental. No âmbito do Programa Territórios Sustentáveis, o Território de Integração da PA -279 avançou com Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), este que tem como objetivo estruturar a metodologia que, uma vez validada, será a base do Programa de PSA do Estado do Pará, de forma a contribuir para as informações necessárias a instituir conceitualmente os objetivos a serem definidos em termos de política pública do Estado.

A Semas como coordenadora executiva do Piloto de PSA do Pará, se mostrou como a entidade central no engajamento das partes interessadas, atuando institucionalmente como gerência do projeto. Em 21 de novembro de 2023, a Lei nº 10.167, de 20 de novembro de 2023 institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS), como mais um avanço do Programa Territórios Sustentáveis. Em seguida, dia 24 de novembro de 2023 regulamenta a Lei com o decreto 3.527 e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo Valoriza TS), e cria o comitê deliberativo do projeto.

O Projeto Piloto de PSA apresenta em uma de suas premissas - “perfil do usuário provedor” - que o(a) produtor(a) rural encontre-se inscrito(a) no Programa Territórios Sustentáveis, visando tornar agricultores(as) familiares futuros(as) provedores(as) de Serviços Ambientais através da participação no Projeto Piloto (Valoriza Territórios Sustentáveis) do Programa no Estado do Pará. Com isso a Semas realizou atendimentos através de duas oficinas de Capacitação nos municípios de São Félix do Xingu e Novo Repartimento. Essa etapa foi pensada como público-alvo aos principais atores-chave (Produtores rurais e técnicos de assistência técnica público/privada, técnicos locais da EMATER, Secretarias municipais de meio ambiente e Agricultura, Universidades Federais (Unifesspa), agência do Banpará (braço operacionalizador dos pagamentos aos usuários-provedores) e também, produtores (as) e seus representantes sindicais, associações e cooperativas.

Figura 34 - Atores-chave (Produtores rurais e técnicos de assistência técnica público/privada)



Fonte: Divulgação.

A Semas, através da SAGRH realizou atendimentos por meio do primeiro mutirão para o processo preparatório, a fim de tornar agricultores (as) familiares futuros (as) provedores (as) de Serviços Ambientais, nos Municípios de Tucumã -PA (contemplando o TS PA-279) e Novo Repartimento (TS Lago do Tucuruí).

A mais recente iniciativa foi a publicação do Edital para adesão ao projeto valoriza Territórios Sustentáveis (edital-semas Nº 01 de 13 de novembro de 2023), por meio da chamada pública com as regras para a seleção de beneficiários do Programa Valoriza Territórios Sustentáveis (“Valoriza TS”).

Figura 35 - Inscrição dos produtores (as) interessados em aderir ao Valoriza Territórios Sustentáveis.



Fonte: Divulgação.

- Ações qualitativas de apoio e suporte à ação gestão dos recursos hídricos, clima e serviços ambientais

A execução de atividades qualitativas desempenha um papel essencial no contexto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Estas atividades constituem uma abordagem estratégica para potencializar a eficácia das ações previstas no PPA, assegurando uma gestão ambiental mais eficiente e alinhada com os objetivos de sustentabilidade delineados no PPA. A seguir, estão as atividades qualitativas realizadas no âmbito da ação de gestão dos recursos hídricos, clima e serviços ambientais.

- Capacitações, Cursos e Treinamentos

Treinamento para Monitor de Secas, com participação das instituições: Semas, FUNCEME, ANA, ITERPA, SEDAP.

Figura 36 - primeiro treinamento no estado do Pará para validadores do Programa Monitor de Secas.



Fonte: Divulgação.

Treinamento Teórico e Prático de Operação de Sonda Multiparâmetro YSI – Modelo EXO-1. O treinamento foi realizado na Sede da CLEAN em Campinas – SP, que é a representante exclusiva da Sonda EXO 1 no Brasil.

Figura 37 - treinamento para utilização da Sonda Multiparâmetro YSI – Modelo EXO-1.



- Produção Científica

No ano de 2023, foram publicados 3 artigos/resumos com temas relacionados à recursos hídricos no evento técnico-científico XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos:

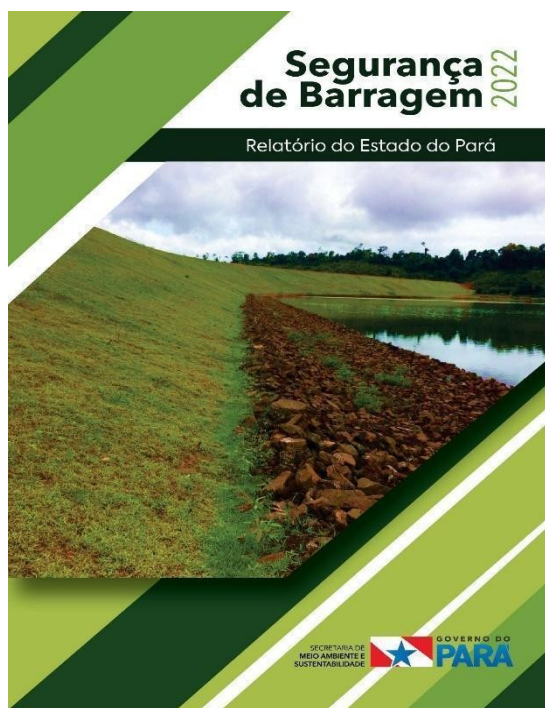
1. A Experiência de Elaboração do primeiro Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Pará;

2. Análise do Comportamento e da Tendência da Precipitação Pluvial no Estado do Pará; e
3. Contribuição do Programa Progestão na Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Pará.

- Elaboração de Diagnósticos, Relatórios e Boletins

A Semas realizou através da DIREH a publicação do primeiro Relatório Estadual de Segurança de Barragem do Estado do Pará, contemplando diagnóstico, situação e as ações realizadas pelo Estado do Pará, disponível para acesso e download no seguinte endereço eletrônico: <http://sistemas.semas.pa.gov.br/portal-seirh/#/secoes/6>. As informações obtidas por estes monitoramentos têm auxiliado de forma decisiva na tomada de decisão do poder público, colaboração para pesquisas e estudos acadêmicos e apoio à agricultura e à pecuária, entre outras finalidades.

Figura 38 - Capa do relatório Estadual de Segurança de Barragens 2022.



Em relação a rede meteorológica estadual, a Semas através do NMH realizaram visitas Manutenções preventivas e corretivas nas estações dos municípios de Redenção, Curuçá, Paragominas, Ulianópolis, Ipixuna do Pará, Salvaterra, Barcarena, Capanema e Tailândia. O início do planejamento para a montagem da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no estado do Pará.

Figura 39 - Instalação de equipamentos para monitoramento hidrometeorológico.



Fonte: Divulgação.

Ao longo de 2023, foram publicados através do NNH um total de 649 boletins relacionados a tempo, clima, hidrologia, bem como monitoramento de queimadas e monitor de secas.

- Elaboração e Disponibilização de Plataformas Digitais para Gestão de Recursos Hídricos

A modernização e o lançamento no novo Portal do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, com um novo layout padronizado, seguindo a identidade visual dos demais sites da Semas/PA. Ainda em 2023, iniciaram os trabalhos para construção do novo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGERH-PA), por intermédio da Cooperação Técnica entre a Semas/PA e a consultoria Elo Group.

Figura 40 - Painel de seções temáticas disponíveis no Portal SEIRH.



Fonte: Divulgação.

- Celebração de Parcerias Estratégicas

Desde 2018, O projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Amazon Sustainable Landscapes / ASL) apoia políticas públicas e regulamentações para proteger e restaurar a floresta amazônica, sua biodiversidade, serviços ecossistêmicos e resiliência climática promove boas práticas no bioma. O projeto financiado pelo Banco Mundial, conta com a participação do Ministério do Meio Ambiente, Conservação Internacional (CI) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) e tem ações voltadas à regularização ambiental, como retificação e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e atividades de Restauração Ativa e Passiva.

O início do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira do Projeto de Diagnóstico dos Lagos Água Preta e Bolonha para fins de Enquadramento de Corpos d'Água, firmado entre a Semas/PA e a Universidade Federal do Pará (UFPA), O convênio foi assinado em novembro de 2022, possui vigência de 24 meses e valor de investimento de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

A parceria entre SEMAS e as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil do estado do Pará para instalação de régua linimétrica objetivam o monitoramento dos níveis dos rios no estado e de precipitação (chuva). A primeira fase já consta com 14 municípios cadastrados, Paragominas, Marituba, Cametá, Xinguara, Tucuruí, Portel, Marabá, Belterra, Baião, Alenquer, Conceição do Araguaia, Eldorado dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Ourém e Ipixuna do Pará.

Figura 41 - Lances de réguas limnimétricas para monitoramento de nível de rio.



Fonte: Divulgação.

A Semas aderiu ao programa Monitoramento da Qualidade da Água em outubro de 2016. Durante o ano de 2023, foram feitas 410 coletas, analisando 22 parâmetros entre físico-químicos, biológicos, microbiológicos e nutrientes, com um total de 159 estações cobrindo 12 Unidades Hidrográfica e 67 municípios do Pará.

Figura 42 - campanhas de coleta e análise de água em ponto de monitoramento do Qualiágua.



Fonte: Divulgação.

A Semas, por meio do NNH participou de reuniões com o Corpo de Bombeiros e Defesa Civil (reunião devido a situação severa de estiagem no estado), e apresentações em relação as condições atmosféricas e hidrometeorológicas do ano de 2023, e elaborou nota técnica que subsidiou o decreto do governo do estado de Situação Emergencial por estiagem no estado do Pará. Além destas, houve reuniões com secretarias municipais e de estado para repasse de informações e produtos de monitoramento Hidrometeorológico e de queimadas, entre outros.

Figura 43 - Reunião técnica entre o CBM/CEDEC-PA e NMH para apresentação das condições atmosféricas e situações de estiagem no estado. Abaixo imagem da Nota Técnica que subsidiou o decreto do Governo do estado de Situação de Emergência.



Foto: Divulgação.

- Avaliação da Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Um dos grandes desafios após a aprovação dos Planos de recursos Hídricos no Brasil é avaliar sua implementação. O PERH/PA foi aprovado em maio de 2021 e visando acompanhar sua implementação, iniciou-se o trabalho de desenvolvimento da metodologia de avaliação, com base na metodologia desenvolvida e aplicada pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM/MG) e pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A primeira etapa consistiu na avaliação de cada programa/ação prioritária proposto no Plano de Ações, com a construção de indicadores e quadros sínteses de avaliação. A etapa 2 consistiu na avaliação da implementação, e a etapa 3, construção da curva de avanço das ações prioritárias. A Tabela 1 demonstra os resultados iniciais das avaliações das ações e componentes.

Tabela 1 - Quantitativo de ações iniciadas por componentes do PERH/PA.

Componentes	Nº de Ações Propostas	Nº de Ações Iniciadas /Andamento	Percentual/Total de ações
A: Arranjo Institucional	20	12	60%
B: Fortalecimento dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos	24	16	66,7%

C: Componentes Estruturais	19	7	36,8%
D: Estudos para Apoio à Gestão dos Recursos Hídricos	26	3	11,5%
E: Programas de Acompanhamento sobre Recursos Hídricos	49	16	32,7%
Total	138	54	39,1%

- Participação, Organização e Promoção de eventos

O Diálogos Amazônicos reuniu, no Hangar Centro de Convenções, um conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada com o objetivo de pautar a formulação de novas estratégias para a região. Envolvem, desde a sua organização, representantes de entidades, movimentos sociais, academia, centros de pesquisa e agências governamentais, do Brasil e demais países amazônicos. O evento integra a programação da Cúpula da Amazônia e seus resultados foram apresentados por representantes da sociedade civil aos líderes reunidos na Cúpula. As atividades foram divididas entre plenárias (organizadas pelo Governo Federal, com ampla participação social) e atividades auto-organizadas por entidades da sociedade civil, academia, centros de pesquisa e agências governamentais.

A reconstrução das políticas públicas para a região amazônica é uma das prioridades anunciadas pelo presidente Lula, e a Cúpula da Amazônia foi um importante marco neste sentido, representando a maior iniciativa internacional do Brasil em 2023. Da mesma forma, o Governo Federal entende a participação social como um elemento central para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das diversas Amazonas, com inclusão social, responsabilidade e justiça climática.

Houve também, como destaque de 2023 no âmbito da Gestão de Recursos Hídricos, a realização do 3º Seminário Estadual de Segurança de Barragens, executado em formato remoto e em colaboração com diversos órgãos, entidades e empresas como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, a empresa Suzano S.A e a Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental (PEBGEA). O público alcançado foi de 95 participantes.

Figura 44 - Banner de divulgação do III Seminário Estadual de Segurança de Barragens.



Fonte: Divulgação.

3.3.2.4 Implantação do parque de bioeconomia

A implantação do Parque de Bioeconomia e Inovação do Pará consta como uma das ações do Eixo 1 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, do Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio). O projeto se trata de um ecossistema voltado para a inovação e para o fortalecimento de empreendimentos sustentáveis, baseado em soluções que valorizem a floresta em pé e o conhecimento das comunidades tradicionais da Amazônia, de modo que contribua para a conservação da biodiversidade amazônica. Considerando o PPA 2020-2023 a ação tem como produto "projeto implantado".

Dessa forma, o Parque será caracterizado como um conjunto de espaços que buscam proporcionar trocas de experiências, conhecimento e conexão entre diversos setores da sociedade a fim de alavancar bionegócios no Estado. A Semas por meio da Gerência de bioeconomia tem realizado o acompanhamento das obras e ações que fazem parte dessa iniciativa, a exemplo da reunião realizada novembro de 2023, com representantes da Vale para tratar acerca de aspectos infraestruturais do Projeto Porto do Futuro II, que abrigará o Centro de Inovação do Parque.

Figura 45 - Reunião de apresentação do projeto do Centro de Inovação e visita aos galpões do Porto do Futuro II.



Fonte: Divulgação.

3.3.2.5 Licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental

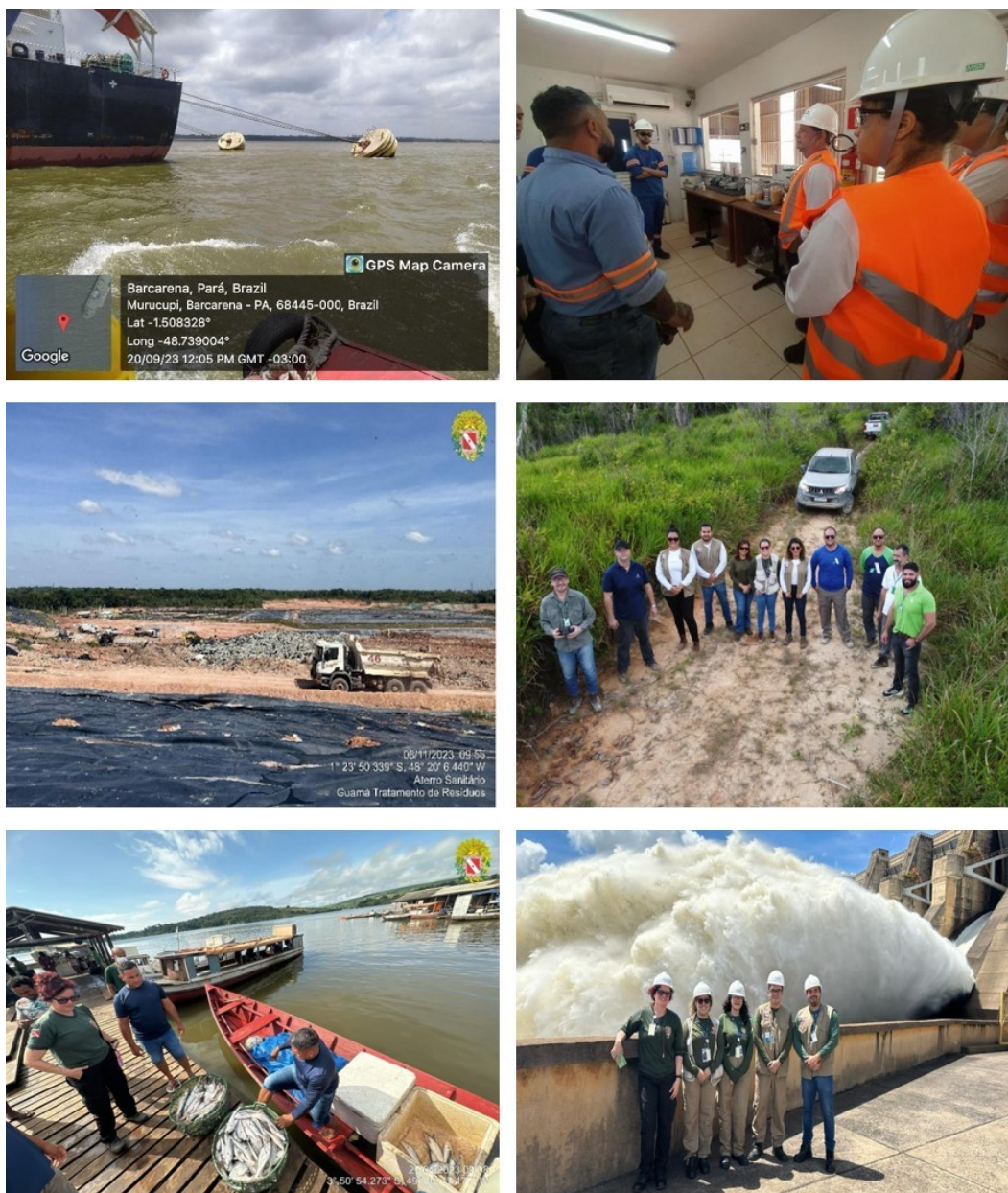
Essa ação contribui com o alcance do ODS 15, de proteção da vida terrestre (metas 15.2; 15.5; 15.7; 15.8; 15.a; e 15.b), uma vez que contribui, sobremaneira, com a meta de zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros; ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas em todos os biomas, preferencialmente, em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs); além de mobilizar e aumentar, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas. Considerando o PPA 2020-2023 a ação tem como produto “processo analisado”.

A Semas analisou diversos processos para a executar o Licenciamento Ambiental no Estado do Pará, de acordo com o SIMLAM, se tem o número, até o momento, de 1418 processos analisados pela Secretaria, com os Nures contribuindo com a emissão de 633 atos autorizativos (aproximadamente 44,5% do total). A atuação descentralizada da Semas, nas suas unidades dos Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental-NURE, cuja competência é de principalmente, a regularização ambiental através da análise do Cadastro Ambiental Rural, licenciamentos ambientais e análise no Programa de Regularização Ambiental – PRA, atendendo 81 municípios, distribuídos em oito Regiões de Integração. Desde o início da atual gestão, considerando o desempenho das NUREs, o crescimento vem se mantendo na casa dos 30%, com um aumento relativo de aproximadamente de 4% no ano de 2023 em relação ao ano de 2022, demonstrando uma tendência de estabilização no crescimento.

No transcorrer do ano de 2023 foram realizados 166 atendimentos, por meio de vistorias. Foram emitidos 337 títulos, sendo eles: Notificações (Geral, emissão de Termo de Referência e Aceite de RIAA), Autorizações (Dragagem, Monitoramento de fauna, inventário de fauna e supressão vegetal), Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Em relação às vistorias/ visitas realizadas pelas Semas, o maior percentual de atendimento fez-se referente às demandas de Infraestrutura Portuária (renovação de Licenças, Instalação de novo porto e/ou verificação na área). Devido a modernização do Sistema de Tratamento e Abastecimento da COSANPA e para cumprir-se a decisão judicial referente ao aterro da empresa Guamá Tratamento de Resíduos um dos maiores quantitativos se deu em relação à Saneamento e Aterro Sanitário. Houve diversos atendimentos e processos analisados também em razão da realização de reuniões para a elaboração de minutas de Acordos de Pesca, conforme o Decreto 1686 de 29 de Junho de 2021, instrumento este importante para o ordenamento pesqueiro no Estado do Pará. No ano vigente a gerência homologou 3 (três) Acordos de Pesca e têm mais 19 (dezenove) em tramitação e/ou análise.

Figura 46 - atuação em campo das atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.



Fonte: Divulgação.

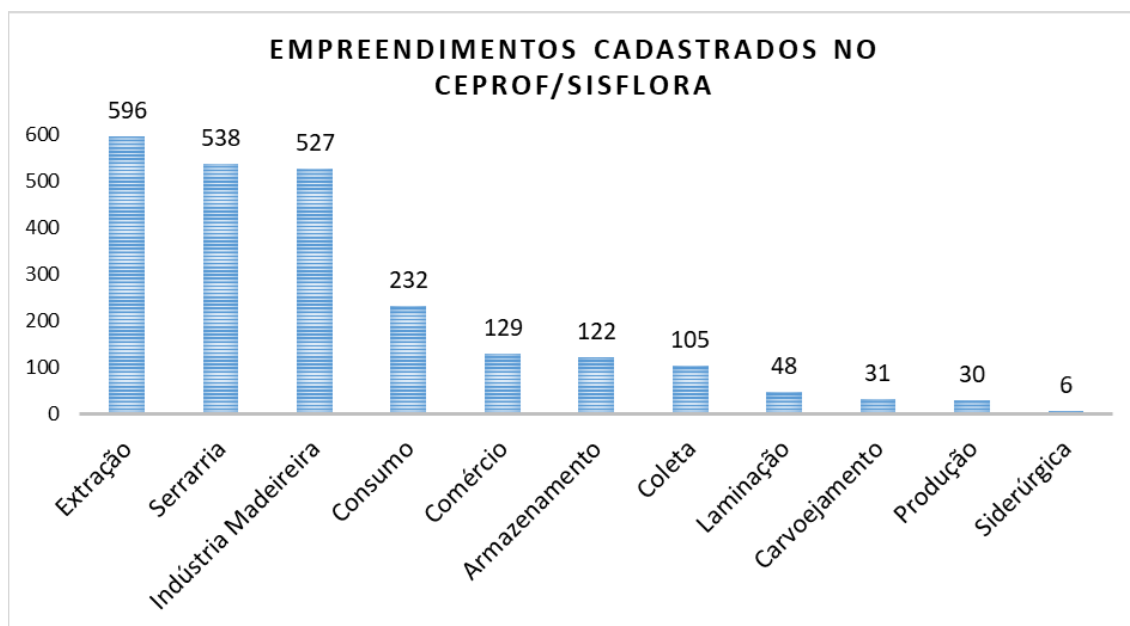
A fim de executar a ação de Licenciamento Ambiental Agrossilvipastoril, a Semas analisou diversos processos, através da Diretoria De Gestão Agrossilvipastoril-DGFLOR segundo dados extraídos do SIMLAM, foram emitidos 297 atos autorizativos. A Semas emitiu 31 títulos de Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável (APAT) em conformidade com a Instrução Normativa N° 01/2014 da Semas. Essa autorização é um requisito essencial para a elaboração do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) de uso múltiplo, promovendo o manejo sustentável em 19 municípios, abrangendo uma área de 52.240,29 hectares.

Tabela 2 - Títulos Autorizativos, emitidos pela DGFLOR em 2023.

TÍTULOS	ANO 2023
Licença de Atividade Rural para Manejo Florestal - LAR MF	58
Autorização para Exploração Florestal em Plano Operacional Anual - AUTEF POA	45
Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada - TRMF	28
Autorização para Exploração Florestal em Plano Operacional Anual Simplificado - AUTEF S	27
Licença de Operação - LO	26
Licença de Atividade Rural para Uso Alternativo do Solo - LAR AUAS	21
Autorização Simples - AU SIMPLES	21
Autorização de Supressão Florestal e demais formas de vegetação - AUAS	18
Autorização Fauna - AU FAUNA	16
Autorização de Utilização de Matéria-Prima Florestal - AUMP	8
Licença de Instalação - LI	7
Licença de Atividade Rural para Reflorestamento - LAR REF	7
Autorização para Exploração Florestal em Reflorestamento - AUTEF REF.	6
Comprovante de Liberação de Crédito referente a reflorestamento-CLCREF	5
Licença Prévia - LP	4
Licença de Atividade Rural para Manejo de Açaizais - LAR MA	0
TOTAL	297

Além desses, são analisados também processos no âmbito do CEPROF/SISFLORA que conta atualmente com 1824 empreendimentos, que demandam diariamente solicitações de Renovação Cadastral, Atualização Cadastral, cadastro de pessoa física, bem como solicitações de novos cadastros. Acerca dos procedimentos para solicitação e concessão de autorização para transporte estadual, interestadual e para exportação de produtos e subprodutos de origem florestal do estado do Pará, destaca-se a emissão total de 144.422 Guias Florestais, sendo 5.869 destinadas à Exportação, 41.513 destinadas a outros Estados. Por fim, ainda sobre as atividades que permeiam o CEPROF/SISFLORA, enfatiza-se que foram homologados 13.927 registros de transportes rodoviários, bem como 436 fluviais, 1 Ferroviário.

Figura 47 - Empreendimentos cadastrados no CEPROF/SISFLORA conforme a classificação, em 2023.



Fonte: Divulgação.

Em 2023, a Semas consolidou a regularização de 63 empreendimentos na indústria madeireira e carvoeira, garantindo a legalidade do uso de madeira e carvão. Foram realizados 53 Estudos de Coeficiente de Rendimento Volumétrico (ECRV) em todo o estado do Pará, otimizando o aproveitamento da madeira autorizada. Todas as carvoarias licenciadas, abrangendo diversos portes, asseguram que sua matéria-prima provenha de floresta plantada ou manejo florestal. Em 2023, aproximadamente 1.000.000,00 de metros cúbicos de madeira licenciada foram movimentados via Sistema SISFLORA, destinados a atividades comerciais, exportação e gerando 652 mil m³ em créditos para reposição florestal.

A Semas regularizou cerca de 275 mil hectares em empreendimentos agropecuários, florestais e industriais, contribuindo para a conservação de mais de 170 mil hectares de floresta nativa. Essa ação garante segurança jurídica e sustentabilidade ambiental, mantendo áreas de Reserva Legal (RL) e de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

A Semas analisou diversos processos para a executar o Monitoramento Ambiental no Estado do Pará, por meio do Comitê de Monitoramento e Planejamento Estratégico para Fiscalização – CFISC. O monitoramento é realizado através de um Sistema de Gestão de Demandas permite a distribuição e controle de execução das demandas que chegam à CFISC, podendo ser demandas internas (licenciamento ou geradas no próprio setor) e externas (denúncias ou demandas de outras instituições).

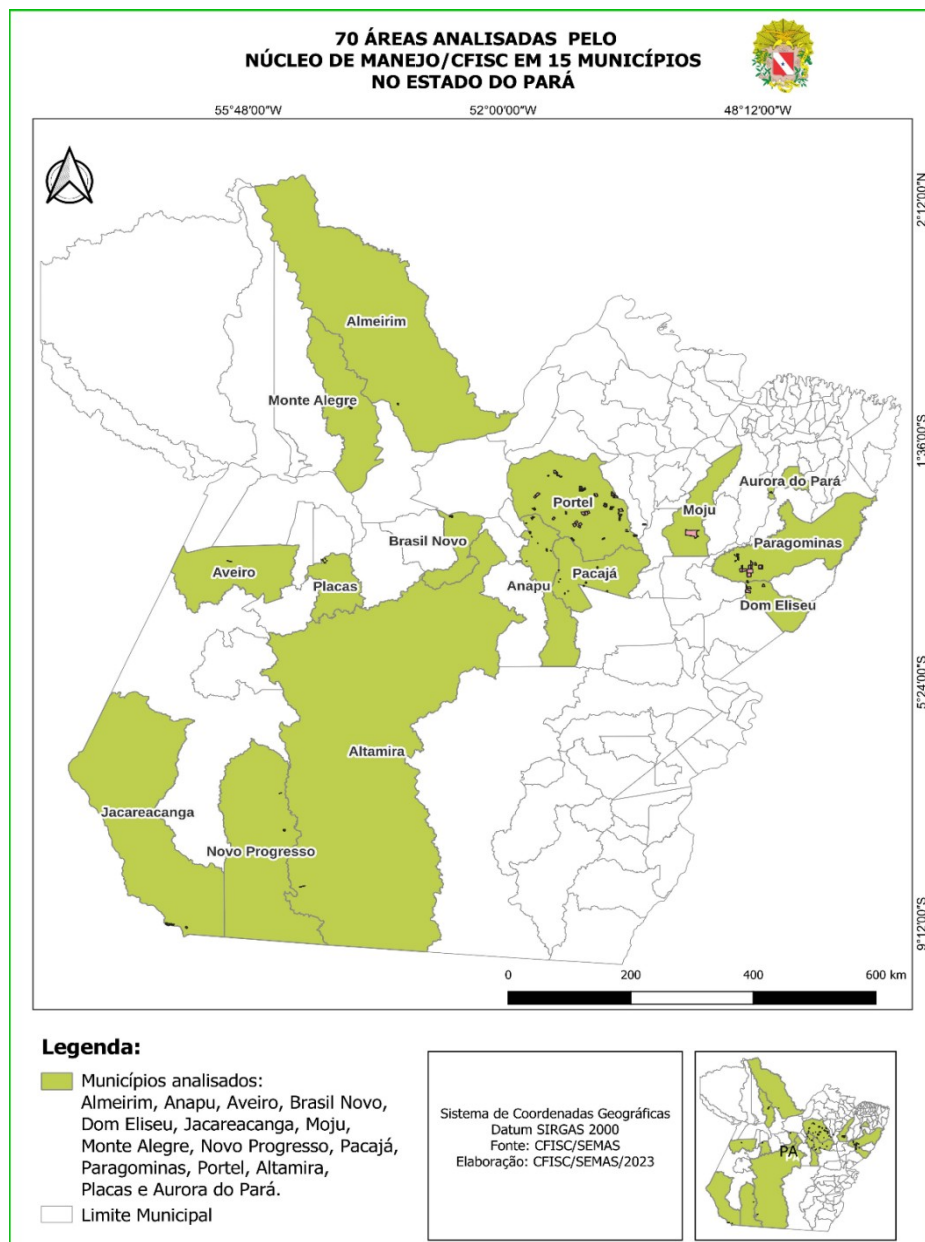
No período de janeiro a outubro de 2023 foram realizadas 315 análises dentro do sistema de Gestão de Demandas. O produto das análises são os relatórios de monitoramento, a tabela abaixo classifica e quantifica os assuntos abordados nas análises realizadas. Durante o ano de 2023 foram realizadas análises de monitoramento para planejamento de ações de campo relacionadas à fiscalização de desmatamento (Operações Amazônia Viva e Curupira), uma vez que os alertas gerados pelo sistema DETER e gera diagnósticos do desmatamento com a indicação das áreas críticas. Tais diagnósticos têm atualização contínua, e são apresentados mensalmente à plenária da Força Estadual de Combate ao Desmatamento - FECD, durante a definição e planejamento de cada fase da Operação Amazônia Viva e Curupira.

Tabela 3 - Demandas de Monitoramento atendidas na Semas em 2023.

DEMANDAS ATENDIDAS ATRAVÉS DE RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO - ATÉ OUTUBRO DE 2023	
Assunto	Quantidade
Agenda Marrom	12
Denúncias	98
Lista do Desmatamento Ilegal - LDI	05
PMFS	32
Processo Administrativo	167
Produtos Cartográficos	3
TOTAL	315

No ano de 2023, ainda considerando-se o monitoramento ambiental, foram realizadas 70 análises de Monitoramento e vistoria de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS (em 15 municípios no estado Pará) e vistorias de monitoramento em 06 planos de manejo e 01 Carvoaria.

Figura 48 - Análises de 70 PMFS em 15 municípios do Estado do Pará.



Fonte: Divulgação.

A fiscalização ambiental, ao agir de forma rigorosa e consistente, contribui para a construção de uma consciência coletiva sobre a responsabilidade de cada indivíduo na preservação do planeta. Cabe ressaltar que a busca pela conformidade legal não se resume apenas a punir transgressores, mas também a promover uma mudança cultural, educando e conscientizando a sociedade sobre a importância da preservação ambiental. Em suma, a fiscalização ambiental, ao empregar coerção e sanções, pecuniárias e não-pecuniárias, desempenha um papel essencial na indução de um comportamento social alinhado com as normas e regulamentações ambientais. É

através dessas ações que se espera promover não apenas a conformidade legal, mas uma transformação positiva na relação da sociedade com o meio ambiente.

A Semas analisou diversos processos para a executar a Fiscalização Ambiental no Estado do Pará em 2023. Através da Diretoria de Fiscalização Ambiental- DIFISC atende a processos, segundo a sua incumbência de realizar ações de fiscalização ambiental em combate a ilícitos ambientais, como por exemplo: o desmatamento e a degradação de uma determinada área, bem como realiza ações de fiscalização em atividades e empreendimentos potencialmente poluidores e degradadores para garantir o cumprimento da legislação ambiental vigente. Atua também na proteção da Fauna e da Flora em todo o Estado do Pará.

Considerando a demanda Ambiental, atua-se em sinergia com a Ouvidoria, que recebe e encaminha denúncias dos mais diversos crimes ambientais, com a Assessoria Especial de Inteligência e Segurança Corporativa - AISC, que fornece informações e Relatórios de Inteligência de modo a aperfeiçoar as ações ostensivas, além do setor de Monitoramento – CFISC, que participa das ações em campo, além da determinação e monitoramento de alvos nas operações Amazônia Viva e Curupira. As Operações Amazônia Viva, já se realizaram em 9 fases de operação, com previsão de prosseguimento à 10a fase em Dezembro, sendo desenvolvidas de maneira volante na região do Estado. A fim de cobrir mais áreas em combate a ilícitos ambientais, e a Operação Curupira que possui 3 bases fixas: São Felix do Xingú, Uruará e Novo progresso, municípios críticos referente ao desmatamento ambiental. Ambas voltadas ao combate do desmatamento ilegal dentro do Estado do Pará. Contemplando os municípios de São Félix do Xingu, Altamira, Santarém, Medicilândia, Prainha, Uruará, Placas, Pacajá, Novo Progresso, Belterra, Mojuí dos Campos, Portel, Anapú, Rurópolis, Itaituba, Senador José Porfírio, Mojú, Tailândia, Paragominas, e Novo Repartimento.

Figura 49 - Operação Amazônia Viva.



Fonte: Divulgação.

No ano de 2023 a Semas realizou como destaque as operações Amazônia Viva e Curupira, as quais contribuíram na diminuição de 22% do desmatamento do Estado de acordo com os dados do INPE, além da Operação de Fiscalização de Barragens. No decorrer do ano, um total de 228 ações de fiscalização ambiental foram conduzidas em todo o Estado do Pará, foram lavrados um total de 775 autos de infrações. Este número é indicativo da intensidade e efetividade nos atendimentos de demandas. Essas autuações não se restringem apenas em lavraturas de procedimentos em campo, mas também, lavraturas na sede desta Secretaria, através de demandas internas.

Tabela 4 - Síntese dos resultados dos procedimentos administrativos infracionais e medidas cautelares derivadas das operações Amazônia Viva e Curupira.

DADOS COLETADOS DE 15/02/2023 A 31/10/2023	OPERAÇÃO CURUPIRA: TOTAL	OPERAÇÃO AMAZÔNIA VIVA - TOTAL
Auto de infração	196	94
Termo de embargo	65	30
Termo de apreensão	168	90
Termo de depósito	94	77
Termo de apreensão e depósito	23	11

DADOS COLETADOS DE 15/02/2023 A 31/10/2023	OPERAÇÃO CURUPIRA: TOTAL	OPERAÇÃO AMAZÔNIA VIVA - TOTAL
Termo de inutilização	88	35
Termo de doação	11	11
Termo de interdição	20	6
Termo de notificação	30	17
Valor total de multas	87.876.422,08	1.590.536,10
Garimpos	39	3
Acampamentos destruídos	53	13
Maquinário apreendido	111	40
Maquinário depositado	40	4
Maquinário inutilizado	0	0
Equipamento apreendido	362	431
Equipamento depositado	105	30
Produto florestal apreendido m³	4.657,98	1.080,34
Produto florestal depositado m³	251,08	125,04
Produto florestal inutilizado m³	2.616,26	5,79
Área embargada (ha) desmatamento e garimpo	30.592,23	9.441,35

Figura 50 - Operação Curupira.



Foto: Divulgação.

Além dessa demanda a Semas analisou processos no âmbito do Planejamento Anual de Fiscalização de Barragens (PAFSB), executou a fiscalização e a inspeção de 76 (setenta e seis) barragens de acumulação hídrica em 2023, dispostas em 22 municípios do estado do Pará (Figura XX). Ao todo foram lavrados até o momento 3 autos de infração e 47 notificações.

OPERAÇÃO DE BARRAGEM 2023	
DADOS COLETADOS DE 15/02/2023 A 31/10/2023	TOTAL
Auto de infração	3
Notificações	47

Figura 51 - Fiscalização de Barragens.



Fonte: Divulgação.

- Ações qualitativas de apoio e suporte à ação licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental

A execução de atividades qualitativas desempenha um papel essencial no contexto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Estas atividades constituem uma abordagem estratégica para potencializar a eficácia das ações previstas no PPA, assegurando uma gestão ambiental mais eficiente e alinhada com os objetivos de sustentabilidade delineados no PPA. A seguir, estão as atividades qualitativas realizadas no âmbito da ação licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.

- Elaboração de Notas Técnicas e Parecer técnico

Em 2023 foram publicadas no site da Semas duas Notas Técnicas relacionadas ao desmatamento no estado Pará que subsidiaram os decretos de nº (3.249/2023 e 2.887/2023): i) NOTA TÉCNICA Nº 002/2023 – CFISC/Semas/PA – Apresentou considerações sobre a necessidade de estender o período de vigência do Decreto Nº 2.887, 07/02/2023 que “Declara Estado de Emergência Ambiental nos municípios de Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Pacajá, Novo Progresso, Itaituba, Portel, Senador José Porfírio, Novo Repartimento, Uruará, Rurópolis, Placas, Trairão, Jacareacanga e Medicilândia”; ii) NOTA TÉCNICA Nº 004/2023 – CFISC/Semas/PA – Apresentou considerações sobre os dados de Alertas de Desmatamento, ano PRODES 2023 (agosto 2022 – julho 2023).

Adicionalmente, a Semas através da DGFLOR elaborou uma proposta de alteração do Decreto Estadual Nº 216/2011, que trata do Licenciamento Ambiental para Atividades Agrossilvipastoris em áreas alteradas no Estado do Pará. Esse esforço visa promover a regularização das propriedades rurais, prevenir o desmatamento, preservar modos de vida e contribuir para um desenvolvimento mais seguro e sustentável no estado.

- Assessoria Especial de Inteligência e Segurança Corporativa – AISC

Uma estratégia adotada na Semas é o trabalho em conjunto com vários setores, internamente, proporcionando o sucesso alcançado nos últimos 2 anos PRODES, período que o Estado do Pará obteve significativa redução nos índices de desmatamento no Estado, segundo o PRODES/INPE. A Assessoria no ano de 2023 realizou com êxito a elaboração de documentos internos de caráter sigiloso, objetivando o resguardo desta Secretaria, além disto, se fez presente nas reuniões e enviou técnicos em campo nas Operações da Amazônia Viva, Curupira e Força Tarefa Amazônia Segura que resultaram em apreensões de madeiras, equipamentos, autos de infrações, embargos de propriedades, cancelamento de guias florestais, além da prisão de envolvidos. elaborou 28 Relatórios de Inteligência – Envolvendo equipes em campo, levantamento de dados, informações, produção de mapas e análise de georreferenciamento, bem como apoio em operações de fiscalização conjuntas.

A estratégia é também articular em conjunto com outras instituições das demais esferas administrativas e interestaduais, como as cooperações com Polícia Federal, IBAMA, Polícia Civil do Pará e do Mato Grosso e DEMAPA, em operações conjuntas repassando informações que serviram para subsidiar investigações referentes a diversos crimes ambientais. Internamente, o presente Setor vem apurando denúncias enviadas pelo PAE, portal Fala BR, Ouvidoria e Comissões da Corregedoria (PAD) do Órgão.

Figura 52 - Operação Estância Virola - Atuação conjunta em serrarias ilegais - AISC/Semas, DIFISC/Semas e Polícia Federal.



Fonte: Divulgação.

- Doação de Bens Apreendidos

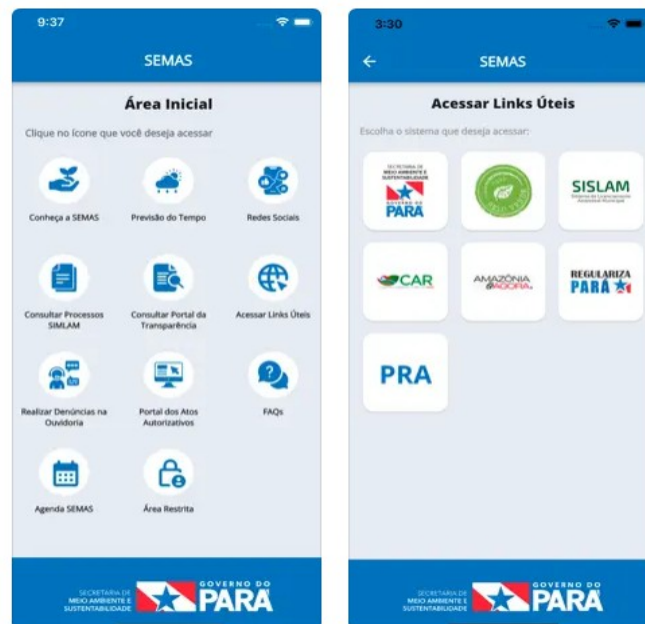
A Semas por meio do setor de bens apreendidos, no âmbito da Diretoria de Fiscalização Ambiental empreendeu esforços significativos no sentido de maximizar o impacto positivo de suas operações. Nesse contexto, até o momento foram efetuados 20 termos de doações de bens apreendidos. Foram doados 143 motosserras para o Corpo de Bombeiros Militar do Pará; doados 1017,229 m³ de madeira em tora, 313,6466 m³ de madeira serrada, 440 Estacas de Acapu, 1956 Caixilhos, 230 Janelas, 150 Portas, 8500 Cabos de Vassoura, 2 motosserras, 18000 metros de Arame liso, 11 Motores de Rabeta, 20 Pares de Nadadeira, 6 Redes de Pesca, 2 Motores de centro, 1 Motor inversor, 2 Placas solares, 1 Compressor de Ar, 2 Motores estacionários e 2 Motores elétricos trifásicos, para entidades beneficentes e comunidades; bem como, 51,9233 m³ de madeira em tora, 680 unidades de madeira em tora, 102,9285 m³ de madeira serrada, 148 Estacas de Acapu, 3 motosserras, 2 tratores tipo Pá Carregadeira e 2 balsas para 11 prefeituras.

- Ouvidoria

Por meio da ouvidoria da Semas 75% das manifestações registradas nos canais de atendimento disponibilizados, exceto as manifestações que se refiram a denúncias foi em canais de atendimento: e-mail, FalaBR e e-SIC, exceto as manifestações que se refiram a denúncias. Em 2023 especificamente, houve a implantação de um canal de denúncia via aplicativo móvel. Este aparato consiste na

criação de uma aba dentro do aplicativo móvel da Semas, que servirá como mais um canal de denúncias disponibilizado, tendo como principal objetivo proporcionar facilidade e rapidez na comunicação de delitos ambientais. Ao baixar o aplicativo Semas, o requerente pode fazer sua denúncia preenchendo o formulário online, mesmo sem ter acesso à internet no momento exato da denúncia. Prezando pela transparência das informações, a Ouvidoria da Semas publica os dados/informações produzidas pelo setor, no Portal da transparência ou site da Secretaria de Meio Ambiente. Além disso, a Semas através da Ouvidoria e da Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI), desenvolveram ferramenta Power BI para registro e tratamento dos dados da Ouvidoria por meio de um Dashboard, pelo software Power BI, para melhoria do tratamento dos dados e melhor visualização dos resultados referentes às demandas recebidas nesta Ouvidoria e embasamento para futuras ações.

Figura 53 - Formato da captura de tela do aplicativo.



Fonte: Divulgação.

- Celebração de Instrumentos de Gestão: Acordos de Pesca

A homologação do acordo atende ao Decreto Estadual nº 1.686/2021 que regulamenta os acordos de pesca no Estado do Pará. A finalidade é garantir o manejo e o controle pesqueiro regionais visando o desenvolvimento da pesca sustentável como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer das comunidades por meio de regras objetivas e que podem ser facilmente aplicadas. O acordo de pesca consiste em uma estratégia de manejo comunitário que possibilita a gestão do recurso pelas populações pesqueiras locais. e é o principal instrumento de gestão que reflete as

regras consensuais que devem ser obedecidas pelas comunidades para fins de estratégias de manejo e controle pesqueiro.

“Rio Caeté”: Acordo de pesca envolvendo 28 comunidades ao longo de um trecho do rio Caeté localizado no município de Bragança. Esse acordo foi homologado pela Portaria nº 1.358, de 06/07/2023. Acordo de pesca “Lago Grande”: Acordo de pesca envolvendo 47 comunidades na área de influência do Lago Grande do Curuai, abrangendo os municípios de Santarém, Juruti e Óbidos. Esse acordo foi homologado pela Portaria nº 1.129, de 15/06/2023. Acordo de pesca “Lagos Itauba, Mucurituba, Rasgado”: Acordo de pesca envolvendo 5 comunidades na área de influência dos lagos de Mucurituba, Itaúba e Rasgado, localizados no município de Monte Alegre. Esse acordo foi homologado pela Portaria nº 1.580, de 31/07/2023.

Figura 54 - Reuniões para formalização dos acordos de pesca.



Fonte: Divulgação.

- Capacitações

No âmbito educativo, a Semas realizou capacitações direcionadas aos municípios assim como aos fiscais do Estado, visando a disseminação de boas práticas ambientais, fortalecendo, assim, a capacidade técnica e operacional dos agentes locais, bem como agentes do Estado.

Em 2023, servidores da Semas participaram de capacitações a fim de fortalecer a atividade de licenciamento no Pará. Os cursos foram:

1. "Curso para Elaboração de Laudos Técnicos em QGIS"
2. "Treinamento de Carvão Vegetal"
3. "Curso de Sensoriamento" oferecido pelo Projeto EUROCLIMA, contribuindo para o monitoramento ambiental e eficácia na gestão ambiental da Amazônia Legal.

4. Capacitação dos Agentes de Fiscalização para o fortalecimento da resposta estadual aos crimes florestais para novos e antigos fiscais ambientais desta Diretoria em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes- UNODC.

Figura 55 - Curso de Sensoriamento - Projeto EUROCLIMA..



Fonte: Divulgação.

Figura 56 - Realização de Capacitações no âmbito da Fiscalização Ambiental.



Fonte: Divulgação.

O monitoramento da Semas também realizou e capacitou servidores ao longo de 2023. Alguns em destaque são curso de capacitação 9ª Edição Da Capacitação Em Gestão Ambiental Na Região Do Baixo Amazonas E Tapajós; 8ª Edição Da Capacitação Em Gestão Ambiental Na Região Do Lago De Tucuruí; 7ª Edição Da

Capacitação Em Gestão Ambiental Na Região Do Rio Capim; Treinamento De Acesso às Plataformas De Monitoramento De Desmatamento.

Figura 57 - 8ª edição da capacitação em gestão ambiental na região do lago de Tucuruí.



Fonte: Divulgação.

A Semas utilizou-se das estratégias de capacitações, a fim de obter qualificação para os servidores que atuam na área de fiscalização, oferecendo subsídios para participação em diversos eventos, tal como: treinamento Palestra Sobre Prodes no Stand da SMMA na 20ª Exposição Dom Eliseu, Diálogo Interestadual Pará-Amazonas UNODC; Capacitação dos técnicos ambientais das Secretarias Municipais de Meio Ambiente Curso de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal na Região; Rio Caeté do Estado do Pará no município de Bragança, Capacitação em Gestão Ambiental Municipal na Região do Baixo Amazonas e Tapajós, Ministras e participar da XXXIII Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes Ambientais-OTECA-PA, pela polícia Rodoviária Federal, Capacitação de Agentes Públicos municipais, das Secretarias Municipais de Meio Ambiente da região do Baixo Tocantins; Atender a solicitação do COMAM, Ministras e participar da 10ª edição da Capacitação em Gestão Ambiental na Região do Rio Guamá, Capacitação em Gestão Municipal; Ministras Curso de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal na Região Sudeste do Estado do Pará, Ministras palestras e minicursos, relacionados ao período do defeso e desmatamento ilegal, Capacitação dos Agentes de Fiscalização – DIFISC, Treinamento para o fortalecimento da resposta estadual aos crimes florestais.

Figura 58 - Diálogo interestadual Pará-Amazonas UNODC.



Fonte: Divulgação.

- Elaboração de Relatórios e Diagnósticos

A Semas realizou em 2023, o Primeiro Diagnóstico Socioambiental no Estuário Amazônico: população ribeirinha agroextrativista do município de Afuá-Pa, sendo importante para o planejamento de ações visando atender o Programa Regulariza, considerando que os projetos de manejo executados por ribeirinhos do município são licenciados pela Semas/PA e atendem as seguintes legislações: Instrução Normativa (IN) Semas nº 40/2010, Resolução COEMA nº 91/2011, Resolução COEMA nº 167/2021 (Porte), Portaria MMA nº 443/2014 (Alteração Portaria MMA nº 148/2022), Instrução Normativa (IN) MMA nº 1/2015 (Manutenção) e Resolução CONAMA nº 406/2009 (Manejo). Foram coletados dados de 317 famílias, evidenciando uma maioria de adultos aptos para atividades agroextrativistas.

Figura 59 - Primeiro Diagnóstico Socioambiental no Estuário Amazônico, Afuá/PA - RI Marajó.



Fonte: Divulgação.

- Participação em Eventos

Em 2023, equipes da Semas ministraram oficina sobre Cadastro Ambiental Rural (CAR) durante o I Workshop de Pesca e Aquicultura do Baixo Tocantins, visando fortalecer as cadeias produtivas pesqueiras e aquícolas. Equipes da Semas também foram palestrantes na VI Semana de Estudos Florestais (SEF), abordando o tema "Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira: Desafios e Perspectivas." Participou do 1º Encontro sobre Manejo Florestal, Desafios e Legislação Ambiental Voltado ao Setor Privado, promovido pelo UNODC. Houve contribuição para a construção dos fluxos de processos de licenciamento ambiental, em parceria com o IPAM, abrangendo os Estados da Amazônia Legal ao longo de 2023. Além disso, envolveu-se em oficinas sobre o avanço na implementação do Código Florestal, participou de eventos em Breves/PA sobre regularização, licenciamento e manejo florestal, e atuou em tratativas com o IBAMA para integração aos novos sistemas, incluindo o DOF+ Rastreabilidade, em conformidade com a IN 16/2022 do IBAMA.

Figura 60 - Oficina “Estratégias para o avanço na implementação do Código Florestal”.



Fonte: Divulgação.

Figura 61 - Oficina de Regularização, Licenciamento, Manejo Florestal e Origem da Madeira, para serrarias e fábricas de vassouras no município de Breves.



Fonte: Divulgação.

- Realização de Eventos

A Semas através da Secretaria adjunta de regularidade ambiental – SAGRA, organizou três eventos que tiveram o intuito de dialogar sobre temas específicos referentes ao Licenciamento Ambiental.

- “1º Seminário de Licenciamento Ambiental sobre Infraestrutura e Energia”

Teve como objetivo o diálogo com os consultores, empresas e profissionais sobre a importância do Licenciamento Ambiental em empreendimentos de infraestrutura e energia, entendendo as dificuldades de cada setor, expondo os aspectos importantes

e imprescindíveis em relação aos estudos apresentados à Secretaria. O evento aconteceu nos dias 02 e 03/02 de 2023 e contou com a presença de mais de 200 inscritos.

- “1º Workshop sobre Pesca e Aquicultura no Estado do Pará”

Realizado em junho de 2023, no auditório da Semas- LOMAS teve como objetivo dialogar sobre a condução da Pesca e Aquicultura no Estado do Pará, no âmbito da regularização de Instrumentos de Pesca e de processos de licenciamento ambiental, através do conhecimento dos aspectos técnicos, legais e institucionais, voltadas à qualificação dos processos, mediados pela Semas. Dessa maneira, o público alvo deste evento foram as Consultorias Ambientais e/ou responsáveis técnicos que têm processos em trâmite nesta Secretaria; as Comunidades e Institutos, envolvidos em acordos de Pesca; Sindicatos e Estudantes.

- “ESG na atualidade e as possibilidades de sinergia com o processo de licenciamento ambiental”

O terceiro evento foi voltado somente para o público interno da Semas, realizado em novembro de 2023 no Auditório do Hotel Grand Mercure.

Figura 62 - Fotos Evento Realizado.



Fonte: Divulgação.

3.3.2.6 Regularização e ordenamento ambiental de imóveis rurais

Nesse Objetivo de Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental, duas ações são executadas pelo Ideflor -Bio, cujas entregas são: estudo elaborado e área protegida; uma é executada pela Semas, cujo produto é “CAR analisado” e uma é executada pelo Iterpa, para expedição de documentos de terra à sociedade. Por toda a importância do trabalho de base desenvolvido nessa Ação, as atividades executadas contribuem com a consecução de diversas metas dos objetivos

sustentáveis, dentre as quais: ODS 1 (meta 1.4); 15 (meta 15.1) e ODS 17 (meta 17.8).

O principal programa desenvolvido no âmbito dessa ação foi o “Regulariza Pará”, através de investimentos em capacidades institucionais, tecnológicas e técnicas, bem como a integração da agenda de projetos para incremento da análise do CAR, como o Paisagens Sustentáveis da Amazônia e o Floresta+ Amazônia. Importante citar, também, a participação de destaque desta ação no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), igualmente previsto no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que se expandiu, em 2023, para mais territórios. O Estado, por meio da Semas, órgão gestor dessa Ação, foi pioneiro no apoio à elaboração do CAR Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT), com o Regulariza Pará, que inclui comunidades quilombolas, extrativistas e projetos de assentamentos rurais de uso territorial coletivo, a exemplo dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas do Estado do Pará (PEAEX).

Como produto, alcançou-se o total de 21.693 imóveis através de 24.333 análises, validando 3.312 imóveis por todo o estado. Adicionalmente, no âmbito do Programa de atuação integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), a Semas através da SAGRH apresentou os resultados acumulados do Programa Territórios Sustentáveis – PTS (2020/2023) , conforme a Figura 63. O fluxo contou com capacitações em atendimento às Notificações já realizadas pelo corpo técnico do PTS, onde foram levados os cadastros (CAR) notificados, para serem retificados no momento da ação nos municípios, além de material de apoio (tutorial de retificação) para dar suporte à ATER.

Figura 63 - Resultados operacionais do PTS.

Território de Integração	Inscrições totais	CAR notificado	CAR renotificado	CAR validado
TS PA 279	1.114	430	53	330
TS BR 158	244	63	1	2
TS BAIXO ARAGUAIA	346	184	4	6
TS CARAJÁS	55	20	0	0
TS TOCANTINS	323	114	3	8
TS TRANSAMAZONICA	35	2	0	0
TS LAGO DO TUCURUÍ	31	26	7	7
TS GUAJARÁ	128	6	0	0
TOTAL	2.276	845	68	353

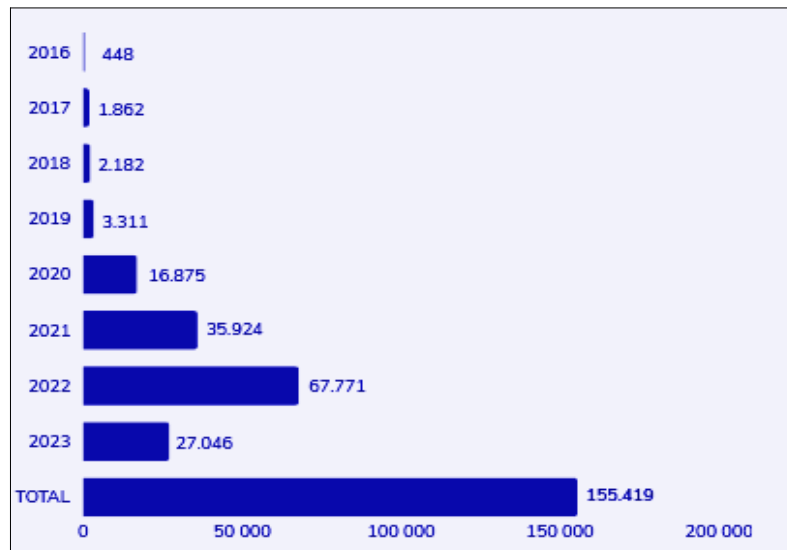
Fonte: Divulgação.

Em 2023, durante os 'Diálogos Amazônicos', o governador Helder Barbalho lançou o Cadastro Ambiental Rural Automatizado – CAR 2.0, uma iniciativa inédita no país que alia tecnologia e inovação no processo de cadastro e regularização de propriedades rurais, na ocasião, ocorreu a validação de 43,3 mil CAR, que a partir de agora poderão acessar benefícios previstos no Código Florestal, impactando positivamente a jornada desses trabalhadores a partir da celeridade das análises, evitando sanções por falta da documentação. Somado os CAR com análise realizada pela equipe técnica, são 20.319 cadastros, nesse sentido, tem-se 63.640 CAR finalizados no Pará.

Tabela 5 - Cadastros finalizados - (até 01 de novembro/2023).

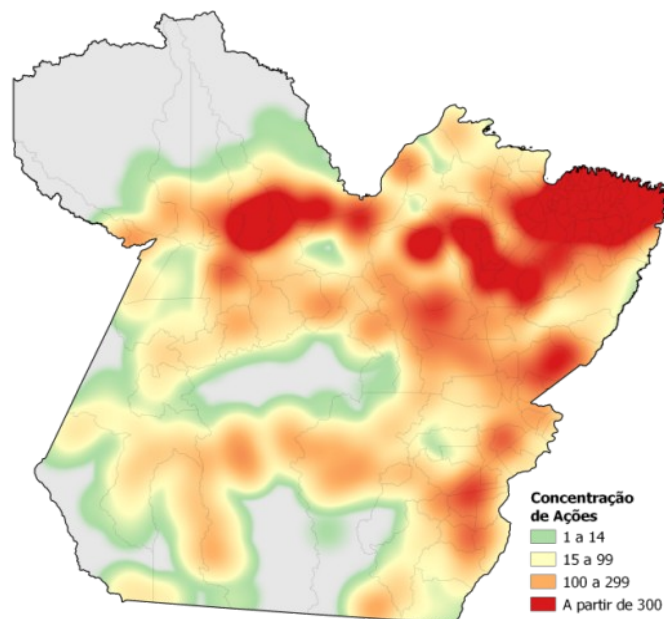
CAR FINALIZADO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL DE CAR
FINALIZADOS POR EQUIPE TÉCNICA	20.319	6.376.646,61 hectares
CAR 2.0 (análise automatizada)	43.321	1.795.753,96 ha
TOTAL	63.640	8.172.400,57 hectares

Figura 64 - Evolução da análise de CAR.



Fonte: Divulgação.

Figura 65 - Foco de ações realizadas no Estado.



Fonte: Divulgação.

➤ Cadastro Ambiental Rural Coletivos De Povos E Comunidades Tradicionais

O CAR/PCT é um dos instrumentos do Programa Regulariza Pará, e prevê o CAR Coletivo como um direito das comunidades e pode ser implementado em territórios titulados e não titulados, no momento que as comunidades decidirem pois uma das premissas consiste no respeito a livre decisão e autonomia das comunidades tradicionais. É elaborado pela comunidade tradicional, e as organizações de apoio devem respeitar o processo decisório de cada comunidade expressos nas reuniões

informativas, assembleias, protocolos de consulta e consentimento ou outras formas de decisão autônoma de cada comunidade, assegurando a efetivação das diretrizes da Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho. Neste sentido a Semas lançou no Portal do Regulariza Pará

Em 2023, atingiu-se a marca de 50 CAR/PCT (de territórios quilombolas e assentados extrativistas) inscritos no Módulo Povos e Comunidades Tradicionais do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado do Pará, apoiados pelo Programa Regulariza Pará. Destaca-se que da Agenda Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais - CAR/PCT, em 2023, foram 20 CAR/PCT do segmento Quilombola efetivamente inscritos no Módulo PCT do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

50 CAR/PCT	1 MILHÃO E 100 MIL HECTARES	12 MIL BENEFICIADOS	51% MULHERES
37 Territórios Quilombolas com CAR/PCT	518 mil hectares	9.555 beneficiados	51% mulheres
13 Territórios Extrativistas com CAR/PCT	602 mil hectares	2.810 beneficiados	49% mulheres

- Ações qualitativas de apoio e suporte à ação regularização e ordenamento ambiental de imóveis rurais

A execução de atividades qualitativas desempenha um papel essencial no contexto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Estas atividades constituem uma abordagem estratégica para potencializar a eficácia das ações previstas no PPA, assegurando uma gestão ambiental mais eficiente e alinhada com os objetivos de sustentabilidade delineados no PPA. A seguir, estão as atividades qualitativas realizadas no âmbito da ação regularização e ordenamento ambiental de imóveis rurais.

- Execução de Parcerias Público Privadas e Captação de Recursos Externos

A Semas efetivou o Acordo de Cooperação para a implementação do Projeto Floresta+ Amazônia, de pagamento por resultados de conservação na Amazônia, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A iniciativa tem o objetivo de valorizar as ações de pagamento por serviços ambientais (PSA) em imóveis rurais que

comprovadamente conservem florestas. Neste âmbito, a Semas, por meio da Secretaria adjunta de Regularização Ambiental atua conjuntamente ao projeto na modalidade conservação da vegetação nativa, a partir dos mutirões do Programa Regulariza Pará, com a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), considerando que o CAR, em conformidade com a lei nº 12.651/2012, é um dos critérios para o proprietário de um imóvel rural aderir ao Projeto Floresta + Amazônia. . Atualmente, o projeto já beneficia 44 agricultores familiares e extrativistas das regiões Baixo Amazonas, Guamá, Marajó, Tapajós, Tocantins e Xingu, garantindo a regularização e remuneração anual superior a 433 mil reais nas áreas da agricultura familiar com conservação florestal. Até o momento, os agricultores, agricultoras e extrativistas beneficiários apresentam áreas de excedente florestal variando de 1,69 a 143,89 hectares, com valor anual recebido entre 676 a 57 mil reais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA ELEGÍVEL CORRIGIDA (ha)	VALOR ELEGÍVEL (R\$)
Guamá	1	119,89	4,56	1.824,00
Marajó	1	50,08	7,86	3.144,00
Tocantins	1	41,52	23,15	9.260,00
Tapajós	4	890,89	317,99	127.196,00
Xingu	9	1.484,20	320,75	128.300,00
Baixo Amazonas	28	2.219,60	410,32	164.128,00

- Atendimento técnico

A Agenda da Semas por meio do Programa de Regularização Ambiental - PRA no âmbito do Programa Regulariza Pará realizou, aproximadamente, 1.803 atividades principais. Os atendimentos realizados por e-mail, telefonemas e presencial no prédio da Secretaria, com a finalidade de orientar consultores e demais interessados em regularização quanto à Plataforma PRA/PA e inserção e cadastramento de imóveis rurais para a regularização ambiental.

O destaque do Programa de Regularização Ambiental - PRA diz respeito à distribuição dos Projetos de Áreas Degradadas - PRADAS aprovados em 2023. Ocorreu a aprovação de, aproximadamente, 226 projetos que recaem sobre imóveis rurais situados em 52 municípios dos 144 municípios paraenses. Os 3 municípios

paraenses onde se concentra o maior número de projetos aprovados em 2023, são: São Félix do Xingu, Paragominas e Dom Eliseu. Os PRADAS aprovados em 2023 encontram-se distribuídos em 11 Regiões de Integração do planejamento governamental, conforme imagem a seguir. As 3 regiões onde se concentra os maiores números de projetos, são: Araguaia, Rio Capim e Xingu.

Figura 66 - Palestra sobre o tema "CAR: Retificação e Validação e PRADA: Elaboração", em Abaetetuba/PA.



Fonte: Divulgação.

- Capacitação

O público-alvo dessas capacitações são os parceiros dos Municípios Habilitados, Núcleos Regionais e outros órgãos parceiros que possuem competência para realizar análises do CAR dentro de suas regiões. As ações mais relevantes realizadas neste período abrangeram 48 municípios do estado com 11 ações.

Para realizar, foi criado “O mutirão”, uma iniciativa que busca apoiar a resolução de pendências no Cadastro Ambiental Rural (CAR), orientando os proprietários sobre a regularização ambiental e incentivando a inscrição e adesão às políticas públicas de pagamento por serviços ambientais (PSA). Outro projeto que também utiliza a estratégia de mutirão para regularização de CAR, é o PTS, sendo o “mutirão de atendimento às notificações do SICAR; capacitação em AgroTag (Módulo II, III e IV) e em processo de Adesão ao PRA, para técnicos estaduais, municipais e do terceiro setor, que atuam na implementação do Programa Territórios Sustentáveis – PTS” e “Capacitação em retificação de CAR para atendimento de notificação do SICAR/PA, para técnicos da Emater e agentes municipais do TS BR-158”.

Figura 67 - Territórios Sustentáveis: Capacitação Em Agrotag (Módulos 1. 2. 3 E 4) Para O Território De Integração Para o TS PA 279, Baixo Araguaia, Carajás, Tocantins, Lago Do Tucuruí E Transamazônica.



Fonte: Divulgação.

Figura 68 - Territórios Sustentáveis: capacitação de técnicos da Emater e das secretarias municipais de agricultura dos municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e Placas em Aplicativo AgroTag Pará / Município



Fonte: Divulgação.

Figura 69 - Capacitação Em Retificação De CAR Para Atendimento De Notificações Do SICAR/PA, Para Agentes Públicos Do TS Carajás/Tocantins.



Fonte: Divulgação.

Figura 70 - Mutirão de entrega de CAR realizado em Bragança, em Julho.



Fonte: Divulgação.

Em 2023, foram executadas 68 atividades em 22 municípios paraenses, distribuídos em 7 Regiões de Integração distintas, das tipologias de atividades da Agenda CAR/PCT por município e região de integração paraense realizadas pela Semas através da COMAM. Os 20 CAR/PCT do segmento Quilombola estão localizados em 6 municípios paraenses, quais sejam: Oriximiná, Santarém, Óbidos, Gurupá, Monte Alegre e Portel. Eles recaem sobre 2 Regiões de Integração (Baixo Amazonas e Marajó). Eles correspondem a uma área total de 273.243,80 (ha) de Área Registrada em base oficial, com impacto sobre 6.421 pessoas quilombolas beneficiários, dos quais 3.315 são mulheres quilombolas, representando 53,12% do público total de beneficiários. Outro segmento de Comunidade Tradicional também

impactado pelo instrumento CAR/PCT são os povos e comunidades de Projeto Estadual de Assentamentos Agroextrativista - PEAEX.

Tabela 6 - Tipologias de atividades da Agenda CAR/PCT por município e região de integração paraense.

QUANT. DE ATIVIDADES	TIPOS DE ATIVIDADES	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO
2	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola	Tocantins
1	Capacitação em CAR/PCT	Guajará
2	Participação em Evento Reunião informativa sobre CAR/PCT com RESEX	Rio Caeté
13	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola Capacitação em CAR/PCT	Tocantins
6	Reunião informativa sobre CAR/PCT com RESEX	Marajó
1	Auxílio técnico para viabilizar a inscrição (subida) do CAR Quilombola no módulo PCT	Marajó
1	Evento de entrega de CAR PCT pelo Governador	Tocantins
6	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola Capacitação em CAR/PCT Participação em Evento	Baixo Amazonas
20	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola Capacitação em CAR/PCT Participação em Evento Auxílio técnico para viabilizar a inscrição (subida) do CAR Quilombola no módulo PCT	Baixo Amazonas
3	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola	Marajó

QUANT. DE ATIVIDADES	TIPOS DE ATIVIDADES	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO
5	Auxílio técnico para viabilizar a inscrição (subida) do CAR Quilombola no módulo PCT Apoio em retificação de CAR PCT e validação de área em campo Participação em Evento	Baixo Amazonas
3	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola Capacitação em CAR/PCT	Marajó
1	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT RESEX	Xingu
3	Reunião informativa e Validação do Uso e Cobertura do Solo para Inscrição do CAR/PCT Quilombola	Marajó
13	Evento de entrega de CAR PCT pelo Governador	Baixo Amazonas

CAR TERRITÓRIO QUILOMBOLA	MUNICÍPIO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	ÁREA REGISTRADA NO CAR (HA)*	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	QUANTITATIVO DE MULHERES BENEFICIARIAS	PORCENTAGEM DE MULHERES
ARIRAMBA	Oriximiná	Baixo Amazonas	23.165,40	58	25	43%
PATOS DO ITUQUI	Santarém	Baixo Amazonas	7.385,50	28	16	57%

CAR TERRITÓRIO QUILOMBOLA	MUNICÍPI O	REGIÃO DE INTEGRAÇ ÃO	ÁREA REGISTRA DA NO CAR (HA)*	TOTAL DE BENEFICIÁRI OS	QUANTITATI VO DE MULHERES BENEFICIAD AS	PORCENTAG EM DE MULHERES
MURUMURU	Santarém	Baixo Amazonas	1.827,99	186	109	58%
TININGU	Santarém	Baixo Amazonas	4.269,66	147	78	53%
ARAPEMÃ	Santarém	Baixo Amazonas	3.831,89	162	88	54%
PERUANA	Óbidos	Baixo Amazonas	1.946,04	155	76	49%
MURUMURUTUBA	Santarém	Baixo Amazonas	3.190,59	470	253	54%
BOM JARDIM	Santarém	Baixo Amazonas	2.654,37	289	168	58%
SARACURA	Santarém	Baixo Amazonas	2.890,26	225	125	56%
PÉROLA DO MAICÁ	Santarém	Baixo Amazonas	3,15	120	75	62%
MARIA VALENTINA	Santarém	Baixo Amazonas	10.756,55	209	103	49%
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DO PARANÁ DE BAIXO	Óbidos	Baixo Amazonas	576,28	100	49	49%
MURATUBINHA	Óbidos	Baixo Amazonas	21.909,15	896	442	49%
PATAUÁ DO UMIRIZAL	Óbidos	Baixo Amazonas	242,01	98	52	53%

CAR TERRITÓRIO QUILOMBOLA	MUNICÍPIO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	ÁREA REGISTRADA NO CAR (HA)*	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	QUANTITATIVO DE MULHERES BENEFICIARIAS	PORCENTAGEM DE MULHERES
ARAPUCU	Óbidos	Baixo Amazonas	766,69	207	98	47%
GURUPÁ	Gurupá	Marajó	85.099,58	1688	812	48%
PEAFÚ	Monte Alegre	Baixo Amazonas	1.525,55	196	116	59%
ÁREA TROMBETAS	Oriximiná	Baixo Amazonas	96.759,64	736	391	53%
SÃO TOMÉ DO TAUÇU	Portel	Marajó	2.568,62	46	20	43%
PASSAGEM	Santarém	Baixo Amazonas	1.874,88	405	219	54%

Tabela 7 - Informações gerais do Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais de Projeto Estadual de Assentamentos Agroextrativista - PEAEX, inscritos no SICAR/PA em 2023.

CAR PEAEX	MUNICÍPIO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	ÁREA REGISTRADA NO CAR (HA)	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	QUANTITATIVO DE MULHERES	PORCENTAGEM DE MULHERES
Dorothy Stang	Portel	Marajó	94.437,20	502	229	46%

- Organização e Participação em eventos

A Semas promoveu a organização do evento I ENCONTRO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS COM CADASTRO AMBIENTAL RURAL COLETIVO (CAR/PCT), que reuniu Comunidades de diferentes municípios do Pará: Belém, Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre, Prainha, Moju, Gurupá, Santarém e São Miguel do

Guamá. O objetivo do evento foi oportunizar o diálogo entre as Comunidades a respeito da aprendizagem decorrente das atividades de elaboração e inscrição do CAR no Módulo PCT do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR/PA, contribuindo para o aperfeiçoamento da própria Agenda CAR/PCT desenvolvida nesta diretoria. Participaram 140 pessoas.

Figura 71 - I Encontro dos territórios coletivos com CAR/PCT.



Fonte: Divulgação

Participação na 8ª Conferência Municipal de Meio Ambiente, promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá, atendendo ao convite para palestrar sobre o tema "Cadastro Ambiental Rural - CAR e a preservação da Reserva Legal; Participação no I Circuito Intermunicipal de Desenvolvimento Baixo-Carbono da Amazônia, atendendo ao convite para palestrar sobre no painel "Desafios da Regularização Ambiental no Pará".

Figura 72 - Palestra ocorrida em Marabá.

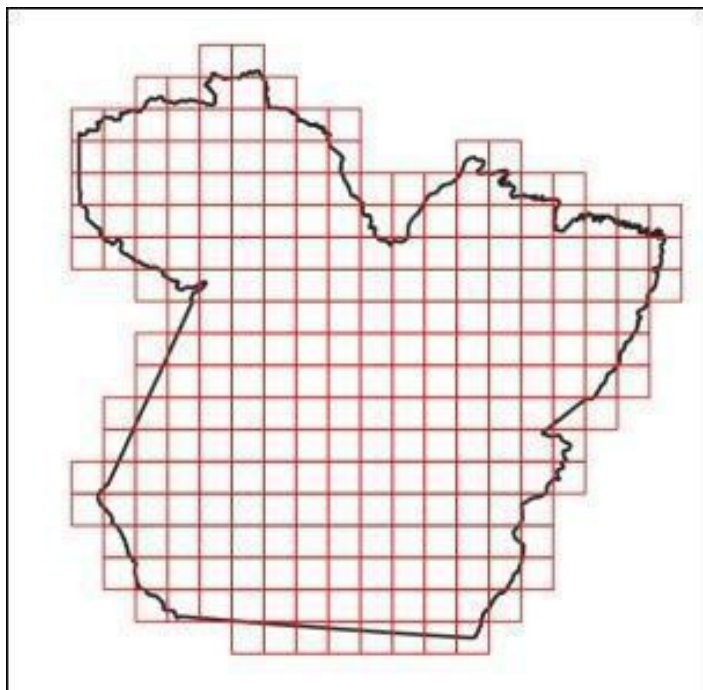


Fonte: Divulgação

- Produção de banco de imagens

As imagens de alta resolução oferecem maior precisão nas informações comprovadas, otimizando as atividades geoespaciais e temporais realizadas pela Semas, com intuito de dinamizar a análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR e análise Geoespacial e temporal para os licenciamentos que ficam a cargo desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas foi definido o uso das imagens PLANET. As imagens PLANET, disponíveis com resolução espacial de 5 metros para toda a região tropical, foram obtidas gratuitamente por meio da plataforma Planet Explorer NICFI. A aquisição compreendeu um extenso período de 2015 a 2023, totalizando 2.040 imagens e cerca de 2,0 TB de downloads. O procedimento incluiu o acesso à plataforma, seleção de órbitas e anos, download das imagens em formato TIF, catalogação e armazenamento nos servidores da Semas. O banco de imagens resultante foi padronizado e catalogado, seguindo uma nomenclatura específica. Essas imagens disponíveis em um servidor de arquivos, permitindo acesso aos técnicos envolvidos nas análises de licenciamento e CAR, mas somente a equipe técnica designada possui autorização para manipulação.

Figura 73 - Grade de imagens Planet do Estado do Pará.



Fonte: Divulgação

- Celebração de Instrumentos de Cooperação - Acordo de Cooperação Técnica Semas/MALUNGU

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) celebraram em 2023 o Acordo de Cooperação nº 004/2023 para realização de ações conjuntas destinadas à implementação do CAR/PCT, incluindo acesso ao Módulo PCT do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) para registro nos territórios quilombolas que solicitam o apoio da Malungu. O acordo tem vigência de quatro anos.

Figura 74 - Celebração do acordo Semas/MALUNGU.



Fonte: Divulgação

3.3.3 Compromissos regionais

Quanto ao compromisso de “Implantar Núcleo Regional da Semas nos Municípios”, o mesmo está relacionado ao Projeto de Combate ao Desmatamento no Estado do Pará, financiado com recursos do Banco Alemão de Desenvolvimento (*KfW Bankengruppe*) por meio de um contrato de Contribuição Financeira firmado entre o KfW e o Estado do Pará. Dentre outros componentes, o projeto prevê a construção de oito Centros Integrados de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMAD), sendo três, pactuados como compromissos regionais no PPA 2020-2023, programados para os municípios de Santarém, Marabá e Paragominas, mas com repercussão regional (Baixo Amazonas, Carajás e Rio Capim). O intuito do projeto é promover a desconcentração e a integração da gestão ambiental no território paraense. No que compete ao desempenho dos referidos compromissos, cuja coordenação está sob responsabilidade da Semas, executados na ação de “Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental”.

Durante o ano de 2023, a parceria com o Banco KFW, tem-se que para a construção de um CIMAD, de acordo com as normas do Banco, é necessário que o Centro seja construído em terreno próprio do Estado do Pará, o que foi um entrave para o andamento do Projeto e o início das obras, como havia sido pactuado no início do PPA 2020-2023. Dessa forma, para fins de atualização, relata-se os status dos compromissos a seguir:

- Rio Capim (Paragominas): a Secretaria organizou, durante o ano de 2023, a reestruturação do Nure-Paragominas, abordando tanto os recursos humanos quanto a infraestrutura. Para o corpo técnico, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2023 – PSS, com 8 novos técnicos lotados no Nure-Paragominas, elevando sua equipe para 14 técnicos, representando um aumento de 180% em comparação à equipe anterior. Foi reformado um novo espaço, cedido pela Prefeitura de Paragominas, inaugurado em 26 de setembro de 2023, com um investimento aproximado de R\$ 450.000,00 mil (incluindo obras e equipamentos). Vale salientar que, no mesmo dia 26, também foi assinado o Termo de Doação de um terreno adjacente ao novo espaço do Nure, que abrigará o futuro prédio definitivo do CIMAD de Paragominas, o que garante que o compromisso de construção de um CIMAD, já com projeto executivo em finalização e que irão compor os documentos de licitação da obra.
- Carajás (Marabá): Ainda apresenta o entrave na definição de terreno adequado às regras do projeto. Atualmente, existe uma negociação de doação de terreno em andamento com Incra. Devido ao entrave, o projeto priorizou o processo de implantação de CIMAD em Altamira (Região Xingu), por ser área crítica em desmatamento e por já possuir terreno doado pela prefeitura. Em contratação de empresa para elaboração dos projetos executivos para construção.
- Baixo Amazonas (Santarém): Em status mais avançado que os demais, o já há terreno definido, bem como edital para contratação de empresa para a execução da obra, com abertura de propostas prevista para o dia 22/12/2023.

Além das obras, o projeto prevê aquisições de equipamentos para estruturar cada CIMAD, com processos já em trâmite na Semas para início de elaboração de edital para licitação.

3.3.4 Outras ações transversais para a gestão de meio ambiente

3.3.4.1 Conselho estadual de meio ambiente – COEMA

O Coema tem a competência principal voltada para o âmbito consultivo, deliberativo e normativo. Assim, todos os atos administrativos desta Secretaria são publicados via Diário Oficial do estado- DOE, dando ênfase à publicidade e transparência pública. Cabe ao COEMA as análises de normas e resoluções, bem como emissão de parecer técnico ambiental, voltado ao licenciamento de empreendimentos de grande porte, que são assuntos pautados em sessão plenária.

No ano de 2023, houve a transição de todos os processos punitivos que estavam em trâmite no Coema, no quantitativo de, em média, de 545 processos. Desta maneira, com o advento da lei nº 9.575/2022, todos os processos passivos ambientais (punitivos), foram para posse da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo De Recursos Ambientais (TRA). Assim sendo, o COEMA ficou, então, com os procedimentos de debate de normas, resoluções, pautas para criação de grupos de trabalhos ambientais, licenciamento de grande porte, dentre outras atividades a serem acrescentadas no novo regimento interno.

Ademais, no que compete às plenárias realizadas, para fins de ilustração, seguem as descrições das sessões ocorridas no ano de 2023, a saber:

1ª - 79ª Reunião Ordinária, ocorrida em 28/03/2023; Deliberações: Apresentação ao Conselho sobre o pedido de informações do Ministério Público Federal, tramitado pelo Pae nº 2022/1305517 – Competência dos Municípios sobre licenciamento da atividade de lavra garimpeira;

2º - 80ª Reunião Ordinária, a ocorrer em 18/12/2023; Deliberações: Apresentação ao Conselho sobre o projeto de licenciamento ambiental de interesse da empresa Centaurus Níquel Ltda, a qual solicita a Licença Prévia (LP), para a atividade principal de extração de minerais metálicos (níquel), tipologia 0507, Porte D-III, no município de São Félix do Xingu, estado do Pará (processo nº 2021/0000026324);

No tocante ao site da Semas, na aba do Coema, registra-se que no segundo semestre deste ano, o site foi atualizado passando a constar documentos referentes às Reuniões Plenárias, tais como: convocação, roteiros de pautas, proposta de resolução, nota técnica, lista de frequência nas reuniões, atendendo-se, assim, aos princípios constitucionais administrativos da publicidade e transparência de atos públicos.

3.3.4.2 Tribunal Administrativo De Recursos Ambientais (TRA)

O Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA) foi criado pela lei 9.575 de 11 de maio de 2022, sendo um dos órgãos de julgamento de processos administrativos infracionais. É um dos setores que compõem a estrutura da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas/PA), responsável pelo julgamento em grau de recurso administrativo, em segunda e última instância. Logo, os processos administrativos ambientais que antes tramitavam no Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), passaram a tramitar no TRA a contar da vigência da referida lei em 08 de novembro de 2022, após a Vacatio legis de 180 dias.

Compete ao TRA a análise e julgamento de recursos administrativos interpostos contra decisão de primeira instância e, quando houver necessidade, julgará os pedidos de conversão de multa simples e de conciliação ambiental.

Em 2023 ocorreram 04 Reuniões Plenárias, sendo:

1ª – 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO TRA: Deliberações: Análise de mérito e julgamento de 161 processos administrativos ambientais pautados, conforme pauta de julgamento publicada no Doe;

2ª - 1ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO TRA: Deliberações: Análise de mérito e julgamento de 50 processos administrativos ambientais pautados, conforme pauta de julgamento publicada no Doe;

3ª - 2ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO TRA: Deliberações: Análise de mérito e julgamento de 85 processos administrativos ambientais pautados, conforme pauta de julgamento publicada no Doe;

4ª - 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO TRA: Deliberações: Análise de mérito e julgamento de 81 processos administrativos ambientais pautados, conforme pauta de julgamento publicada no Doe;

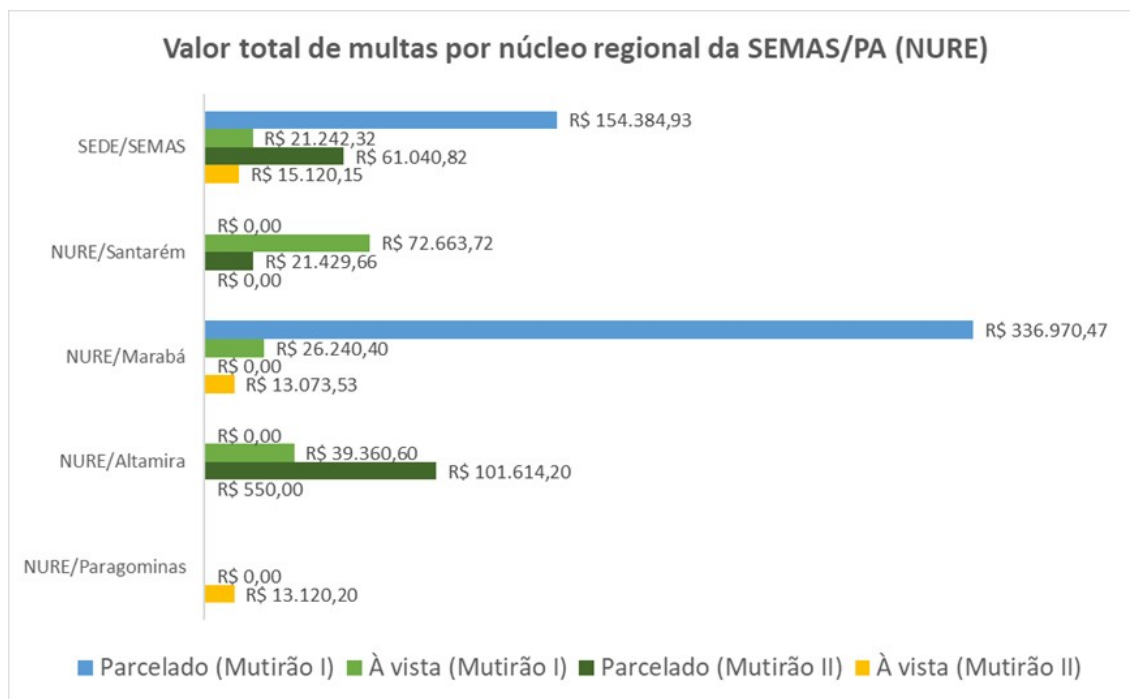
Assim, verifica-se, por oportuno, que neste ano de 2023, a secretaria-geral do TRA colocou em pauta o montante de 377 processos administrativos ambientais.

3.3.4.3 Ações De Conciliação Ambiental

A Semas através do Núcleo de Conciliação Ambiental (NUCAM) desempenhou um papel essencial na gestão e resolução de processos administrativos infraconacionais durante o ano de 2023. Ao longo do período analisado, foram agendadas 876 audiências de conciliação, das quais 405 foram realizadas com a presença dos autuados ou de seus representantes legais. Destas, 225 foram

consideradas frutíferas, 139 infrutíferas e 41 foram audiências complementares. Em relação aos termos de adesão à conciliação, referentes aos processos abertos entre 2008 e 2023, foram calculados os valores das multas, considerando a Unidade Padrão Fiscal (UPF) em reais, atualizada em 2023. O total de termos por forma de pagamento evidencia que, das 225 audiências frutíferas, 137 termos foram de pagamento à vista, totalizando R\$ 1.573.322,02, enquanto 88 termos foram de parcelamento, totalizando R\$ 2.278.661,52. O decreto vigente possibilita diversas formas de pagamento, sendo o pagamento à vista a opção preferida em 2023, representando uma escolha efetiva para os interessados na conciliação. Contudo, o parcelamento ainda é uma alternativa viável para valores de multa acima de R\$ 20.000,00. Além disso, a iniciativa do NUCAM em realizar mutirões nos Núcleos Regionais da Semas contribuiu para facilitar o acesso às propostas de conciliação, atendendo às peculiaridades e limitações tecnológicas de diversas localidades do estado. Essas ações reforçam a eficácia do NUCAM na gestão eficiente e equitativa dos processos ambientais no âmbito da Semas.





3.3.4.4 Controle interno

O Núcleo de Controle Interno, aprovado no âmbito Executivo através do Decreto Estadual nº. 746, de 27 de dezembro de 2007, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário de Estado de Meio Ambiente, é um setor em nível de assessoramento superior responsável por orientar e fiscalizar atos de gestão a fim de garantir a eficiência e eficácia do funcionamento dos controles contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, conforme o Regimento Interno desta Semas. Há ainda, o dever de auxiliar o órgão componente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual (CGE) e apoiar a atuação dos Órgãos de Controles Externos (TCE, TCU), assegurando a transparência e a viabilização do controle social na prestação das contas públicas, bem como, diligenciar as unidades quanto a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado.

No exercício de 2023, a Semas através do Núcleo de Controle Interno (NCI), concentrou-se em análises processuais para garantir a conformidade e legalidade dos atos administrativos. Principais realizações incluíram avaliação de licitações, aditivos contratuais, convênios, termos de cooperação e concessões de suprimentos de fundos e diárias. Foram conduzidas análises de regularidade para pagamentos, registro diário de conformidades no SIAFEM, análise pré/pós-concessão de suprimentos de fundos, verificação de despesas de exercícios anteriores, conformidade na folha de pagamento, e emissão de parecer para transferência de recursos a organizações da sociedade civil. O Núcleo emitiu relatórios anuais conforme a Resolução TCE Nº 18.975/2017. Destaca-se o aumento significativo na análise de concessões de diárias,

devido ao aumento de viagens na área finalística, demandando atenção especial dos Agentes de Controle Interno (ACI).

3.3.4.5 Corregedoria

A Corregedoria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) demonstrou seu compromisso com a excelência e ética na administração pública ao realizar com sucesso o 1º Seminário de "Boas Práticas no Serviço Público e na Atividade Correcional". O evento contou com a participação de renomados palestrantes, incluindo Lívio Campbell Pontes, Corregedor da Semas; Lorena Ramos do Vale, Analista Judiciária da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Pará; e Edgard Augusto de Oliveira, Auditor Federal da Controladoria Geral da União (CGU). O seminário teve como objetivo esclarecer o papel da corregedoria no serviço público, enfatizando não apenas uma abordagem punitiva, mas também preventiva. Destacou-se a importância da Corregedoria na manutenção da qualidade do serviço público, com ênfase na fiscalização dos atos administrativos dos servidores. Além disso, foram ressaltadas as ações preventivas realizadas nos Núcleos Regionais (Nures) em diversos municípios do estado, evidenciando o compromisso com o Código de Ética e o Regime Jurídico Único (RJU).

Figura 75 - Palestra "boas práticas na administração pública".



Fonte: Divulgação.

Em 2023, a Semas por meio da corregedoria realizou ações significativas no âmbito educativo e normativo. Um "Roteiro Orientativo de Reposição de Patrimônio Mobiliário da Semas/PA" foi desenvolvido, editado e divulgado, visando orientar os

servidores sobre a reposição amigável de patrimônio e reforçar a responsabilidade pela conservação dos bens patrimoniais. Além disso, os técnicos da Corregedoria desempenharam papel crucial na elaboração da Minuta da Cartilha sobre Boas Práticas, estabelecendo diretrizes abrangentes para elevar os padrões de governança e confiabilidade na Semas. A Cartilha foi concebida como uma ferramenta direta e eficiente na promoção de princípios elevados e na criação de mecanismos eficazes contra condutas não toleradas. A equipe também desempenhou um papel essencial na revisão do Código de Ética da Semas/PA, com base na Portaria nº. 1.847/2008, contribuindo para a atualização e fortalecimento dos princípios éticos que orientam as ações da secretaria.

Além das ações previamente mencionadas, a Semas através da Corregedoria da em 2023 promoveu um Evento Educativo sobre Boas Práticas no Serviço Público, visando aprimorar a orientação de todos os servidores, técnicos e colaboradores para o regular exercício de suas atividades. Destaca-se também o alinhamento estabelecido com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/Semas) para a publicização de dados e informações correlatas ao setor correcional no Portal da Transparência Ativa e/ou site da Semas/PA. A participação significativa nos eventos da Controladoria-Geral da União (CGU) evidencia a busca de conhecimentos e troca de experiências, culminando na eleição por unanimidade para a SECRETARIA EXECUTIVA suplente da REDE PROCOR. Além disso, a Corregedoria realizou vistorias, inspeções e visitas nos Núcleos Regionais (NURE) da Semas/PA, contribuindo para mitigar providências correcionais mais enérgicas, conforme a Lei Estadual nº. 5.752, de 26/07/1993. Essas ações não só cumpriram com as disposições do Código de Ética e da Lei Estadual nº. 5.810/94, mas também proporcionaram esclarecimento e orientação a todos os agentes públicos vinculados à Semas/PA, tanto na Sede/Capital quanto nos 06 Núcleos Regionais.

3.3.4.6 Consultoria jurídica - CONJUR

A Consultoria Jurídica - CONJUR da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade é um setor consultivo que está ligado diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado de Meio Ambiente e tecnicamente subordinado à Procuradoria-Geral do Estado - PGE. Incumbe à CONJUR toda a demanda de ordem jurídica com o qual a Secretaria esteja envolvida, e compete, entre outras atribuições eventuais, assessorar o titular da Semas em assuntos de natureza jurídica; auxiliar a PGE, na defesa dos interesses da Semas, ativa ou passivamente, nos termos do ordenamento jurídico vigente; cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Semas, as orientações do

Procurador-Geral do Estado; propor minutas de normas de procedimentos para o desenvolvimento das atividades da CONJUR; a análise de processos de infração ambiental, licenciamento ambiental, manejo florestal e administrativo, além das demandas externas atinentes a procedimentos de ordem judicial.

Os objetivos da CONJUR perpassam pelo resguardo da legalidade e da lisura dos atos praticados por esta Semas em âmbito administrativo e fora dele. A CONJUR priorizou em 2023: i) Valorização do servidor: Proporcionar capacitação aos servidores; ii) Dar baixa em mais de 400 processos infracionais que estavam na posse desta CONJUR iii) Capacitar os Núcleos Regionais da Semas; iv) Priorizar a utilização do Visual Law em seus pareceres jurídicos; v) elaborar minutas de Decreto para entrega do Governo do Estado na COP 28. Cabe destacar que a CONJUR abrange o jurídico dos Núcleos Regionais desta Semas, com isso, todos os anos, reunimos com os coordenadores dos núcleos para alinhar as tratativa do ano em curso.

Como destaque deste ano de 2023, a Semas através da Consultoria Jurídica aponta que participou da construção do Decreto n. 3.552, de 30 de Novembro de 2023, que instituiu o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará - PRVN-PA lançado na Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) - COP 28. O PRVN-PA está alinhado com as políticas ambientais existentes, complementando e fortalecendo as iniciativas já em andamento. Essa integração é essencial para evitar redundâncias e otimizar recursos. O decreto prevê um sistema robusto de monitoramento e avaliação, assegurando a eficácia das ações implementadas. O normativo, ainda, propõe incentivos adequados para a regularização ambiental, promovendo a conformidade com as legislações vigentes.

No ano de 2023, a Semas através da CONJUR realizou treinamentos com as NURES para que todos possam analisar processos infracionais com o fito de eliminar o passivo ambiental processual do jurídico. A Lei Estadual 9.575/2022, que dispõe sobre os processos administrativos ambientais para apuração das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, em seu art. 6, autoriza a celebração de convênios entre o órgão ambiental competente e outros órgãos para o desempenho de funções específicas. Com isso, ocorreu o curso específico ao Batalhão de Polícia Ambiental, orientando-os acerca da aplicação de sanções administrativas, bem como destacando os desafios que poderão enfrentar, tanto práticos como teóricos.

Figura 76 - Curso específico para o Batalhão de Polícia Ambiental.



Fonte: Divulgação.

3.3.4.7 Gestão socioeconômica de projetos e de políticas públicas – DGSocio

A Diretoria de Gestão Socioeconômica-DGSocio, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas foi criada pela Lei nº 8.633, de 2018 com a competência de Planejar, coordenar, executar e orientar ações de gestão socioeconômica no Estado do Pará, com vistas a assegurar que os planos, programas e projetos, no âmbito do licenciamento ambiental e demais atos, estejam em consonância com as diretrizes e objetivos da Política Estadual de Socioeconomia.

A DGSOCIO têm como atribuição articular governança (pública, comunitária e privada) de políticas públicas socioambientais e climáticas, de forma transversal e dialógica, considerando procedimentos adequados (art. 6º da C.169-OIT), na regularidade ambiental, florestal, dos recursos hídricos e climáticos para a participação social efetiva com procedimento junto a sociedade civil representativa de povos indígenas quilombolas e comunidades tradicionais- PIQCT (Decreto de nº 6.040/2007) do estado do Pará. Construindo conjuntamente a gestão participativa.

No decorrer de 2023, a Semas através da Diretoria de Gestão Socioeconômica (DGSOCIO), vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) no Pará, desempenhou um papel proeminente em diversas frentes. Participou ativamente do "Encontro de Formação: Território, Identidade e Meio

Ambiente" na comunidade quilombola Tambaí-Açu, promovendo o diálogo com comunidades locais. Realizou uma capacitação sobre sistemas agroflorestais na comunidade quilombola Gurupá, abordando temas como conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis. Contribuiu para o Projeto Janela B, financiado pelo Governo Norueguês, visando o combate ao desmatamento. Em parceria com a ONU Mulheres, promoveu uma oficina sobre Meio Ambiente, Gênero e Clima. Participou ativamente da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas.

Figura 77 - I Encontro de Formação da ACREQTA no território quilombola de Tambaí - Açu, Vila São Luís, Mocajuba/PA.



Fonte: ACREQTA (2023)

Figura 78 - Participação no território quilombola de Tambai - Açu, Vila São Luís, Mocajuba/PA.



Fonte: Divulgação.

Desenvolveu escopos para o Projeto de Infraestrutura e Empreendimento do Terminal de Uso Privado (TUP) da EMBRAPAS, em Santarém. Facilitou a participação social de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN/PA), realizando oficinas etnoregionais em diversas localidades. Participou de diálogo de governança sobre o Plano Estadual de Bioeconomia (PLANBIO) em Breves/PA. Apresentou o Projeto Avança Pará para lideranças de extrativistas da Regional do Marajó, consolidando a atuação expressiva da DGSOCIO em 2023.

Figura 79 - Oficina etnoregional do PRVN no município de Altamira/PA.



Fonte: Divulgação.

3.3.4.8 Gestão de planejamento estratégico e de projetos corporativos – DPC

A Semas por meio da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (DPC) promove sua articulação intra e interinstitucional nos diferentes níveis, bem como por ser o braço de cooperação técnica e financeira da Secretaria com parceiros nacionais e internacionais em prol do atingimento das metas previstas na Política (PEMC) e PEAA. Os procedimentos e a adequação da estrutura organizacional, bem como o auxílio nas tratativas com as entidades públicas ou privadas para assinatura de convênios, termos e acordos de cooperação técnica, necessários à execução de programas, projetos e atividades da Secretaria são desempenhados através da DPC.

Em 2023 a Semas desenvolveu diversos projetos a fim de potencializar as metas e resultados previstos no PEAA, dentre eles destacamos:

1. O projeto Descarboniza Pará, para uma operação de crédito na modalidade PBL (Police Based Loan) junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) juntamente com 9 órgãos estaduais da administração direta e indireta, os quais visam reformas de políticas públicas.
2. O projeto Avança Pará que busca investir em ações estratégicas, priorizando a Região de Integração do Marajó cujo montante estimado é de

US\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares), junto ao Banco Mundial e as secretarias de Educação e Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

3. Projeto Pró-Rios, lançado em abril, foca na conservação dos rios paraenses, sendo uma atividade pioneira no Brasil, envolvendo um empréstimo vinculado a desempenho de sustentabilidade (sustainability-linked loan, "SLL").

Além disso, cabe à Diretoria fazer a gestão de demais projetos em curso na Secretaria para articular estrategicamente e acompanhar a execução de modo a garantir que os resultados dos projetos sejam alcançados. Esses projetos são: "Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL)", "KFW CAR", voltado para a "Promoção da regularização ambiental dos imóveis rurais no Estado do Pará."; Realiza Pará, com foco em ações voltadas para combate ao desmatamento e fomento da bioeconomia, com montante de 13 milhões de euros em 2023.

Figura 80 - Semas celebra acordo para ações ambientais e de incentivo à bioeconomia.



Fonte: Divulgação.

3.3.4.9 Assessoria de comunicação – ASCOM

A Lei Nº 7.056, de 19 de Novembro de 2007, cria a Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, órgão da administração direta do Poder Executivo Estadual, com a finalidade institucional de formular e coordenar a política de comunicação do

Governo do Estado, visando à divulgação das ações desenvolvidas pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, a promoção e divulgação interna das ações na Administração Pública, a coordenação da comunicação pública do Estado, bem como o desenvolvimento de ações de democratização e acesso à informação e aos meios de comunicação para a população do Estado do Pará.

A Secretaria de Estado de Comunicação é responsável pela execução centralizada das atividades de jornalismo, comunicação institucional, novas mídias, relações públicas, pesquisa de opinião, democratização do acesso à informação e à comunicação, publicidade, propaganda e marketing. Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, vinculada à SECOM, desempenhou diversas atividades em prol da comunicação deste órgão de gestão ambiental, no ano de 2023.

Em 2023, a Assessoria de Comunicação (ASCOM) na Semas desempenhou um papel de destaque na gestão da imagem institucional, priorizando a democratização e o acesso à informação para a população do Estado do Pará, fortalecendo sua presença na imprensa, obtendo destaque em veículos renomados como Poder 360, Diário On-line, Valor Econômico, Diário do Pará, O Globo, Globo Rural, CNN Brasil, Folha de São Paulo e Exame. Essa presença expressiva contribuiu para ampliar a visibilidade das ações e iniciativas do Governo do Pará na gestão ambiental do Estado.

PODER

Helder Barbalho assina decreto para combater garimpo e desmatamento

Dispositivo estabelece emergência ambiental em 15 municípios do Estado do Pará por 180 dias



O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), disse em seu perfil no Twitter que o decreto permitirá a contratação de aeronaves e estrutura logística para melhorar a fiscalização e combater as ilegalidades ambientais.

PODER360

8 fev 2023 (quarta-feira) - 17h04

O governador do Pará, **Helder Barbalho** (MDB), assinou o **decreto 2.887**, que estabelece a condição de emergência ambiental para 15 municípios do Estado, todos com pontos considerados "críticos". A intenção de medida, anunciada na 3ª feira (7.fev.2023), é aumentar a repressão a crimes como desmatamento e garimpo ilegal por um período de 180 dias.

As cidades contempladas são:

- Pacajá;
- São Félix do Xingu;

Veículo: Poder 360

08/02/2023

<https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/helder-barbalho-assina-decreto-para-combater-garimpo-e-desmatamento/>

Menu

 Buscar

Valor

Amazônia

Er

Automatização agiliza a análise do CAR

Avaliação dos cadastros ambientais rurais esbarra na complexidade e falta de estrutura

Por Luciana Del Caro — Para o Valor, de São Paulo
05/09/2011 05:04 - Atualizado há 3 meses



Veículo: Valor Econômico

05/09/2023

[https://
valor.globo.com/
publicacoes/
especiais/amazonia/
noticia/2023/09/05/
automatizacao-agiliza-
a-analise-do-car.ghtml](https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/amazonia/noticia/2023/09/05/automatizacao-agiliza-a-analise-do-car.ghtml)



Luiz Octávio Lucas

O empenho para ter Belém como sede da COP 30 em muito se deve ao esforço do Governo do Estado, em uma articulação conjunta com o Governo Federal. A confirmação de que a capital paranaense foi escolhida para ser o centro das discussões da conferência em 2025 não deixa de ser um desafio para o poder público. O Pará e sua capital estarão aos olhos do mundo, um universo de pessoas de vários países com senso crítico e aten-

to para a questão da sustentabilidade, sobre o que tem sido feito na Amazônia, na prática, para que as mudanças climáticas sejam revertidas, ao mesmo tempo em que cobram a preservação da floresta e seu uso sustentável.

É nesse aspecto que a sustentabilidade em "transformar" Belém e o Pará em um lugar de referência para políticas públicas que se preocupem com a questão ambiental recai em grande parte à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Na entrevista a seguir, exclusiva para o Diário Documentos Susten-

tabilidade, o gestor da pasta, Mauro O' de Almeida, detalha o trabalho do governo local em prol de "arrumar a casa" em tempo hábil para o grande evento. Confira!

QO Pará estará aos olhos do mundo com Belém sede da COP 30. Que se pode esperar da preparação que tanto ao meio ambiente?

Q A COP 30, sem dúvida, será um grande marco histórico para o Brasil e para o Estado do Pará. A nossa COP que vai ser realizada em 2025, ocorrerá 10 anos depois do acordo de Paris, onde diversos países, incluindo o Brasil, se comprometeram com metas de

redução de emissões de gases do efeito estufa. Então, essa sem dúvida será uma oportunidade para discutir os compromissos do mundo para o meio ambiente e a sustentabilidade a partir de agora, com um diferencial importante, que é a participação popular. Além disso, geralmente, nas COPs, se discute grandes emissões de gases poluentes pela indústria e de que forma isso afeta as mudanças climáticas, mas na COP do Pará, nós temos a oportunidade de colocar a questão florestal no centro da discussão, trazendo a população para esse debate e discutindo papéis e responsabilidades do sul e do norte global nesse desafio.

Q É fato que muito se espera do poder público sobre iniciativas de preservação ambiental, mas a educação sobre o tema é fundamental para que a sociedade também faça sua parte. Como esse processo está sendo viabilizado no Estado?

Q Para a transição socioeconômica de baixo carbono, precisamos ir além da educação ambiental tradicional. É necessário investirmos em ações de educação transformadora, aplicada, que considere que a educação precisa ser um agente de transformação social, estimulando com que nesse processo de ensino e aprendizagem sejam estimuladas outras formas de conexão como

QUESTA-FEIRA, Belém-PA, 09/11/2023

Diário Documentos
SUSTENTABILIDADE
Energia para o desenvolvimento

mundo e como meio ambiente. Assim como trocas e intercâmbios entre conhecimento tradicional e científico. No nosso Plano de Bioeconomia, por exemplo, temos o projeto da Escola de Saberes da Floresta, pensado para reforçar o conhecimento tradicional e o patrimônio genético, embasa de negócios de impacto para a melhoria de vida e renda da população e comunidades tradicionais. O que se nos ajuda a materializar esse objetivo.

Q A Amazônia e o Pará, por estar dentro da região, ainda são notícia lá fora pelas queimadas e devastação ambiental. Acredita que até 2025 esse quadro vai mudar?

Q O Pará tem feito muito de casa com relação à preservação ambiental. Nos últimos meses (julho, agosto e setembro), tivemos o melhor trimestre do ano em redução dos alertas de desmatamento, segundo dados do Inpe, com 56% de redução de alertas, isso significa que as nossas ações de comando e controle têm cumprido o objetivo de combater as ilegalidades e proteger as nossas florestas. No primeiro semestre de 2023, nós também alcançamos um resultado histórico, retirando o Pará do topo do ranking dos estados que mais desmatam a Amazônia, com uma redução de 32,6% dos alertas de desmatamento em relação ao ano anterior, caindo para a segunda posição no ranking liderado pelo Mato Grosso.

Q O que o Estado tem para mostrar em termos de boas experiências sobre sustentabilidade?

Q Na Semas, temos desenvolvido várias iniciativas como uso de tecnologia para a melhoria da gestão ambiental. Este ano, no Dia das

Amazônias, lançamos o Cadastro Ambiental Rural automatizado, o CAR 2.0, validando de uma só vez mais de 50 mil Cadastros, o que nos permite avançar em mais de 55 mil encerramentos para o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Este por si só já é um avanço histórico para o nosso estado, que mais uma vez inova e sai na frente. Também é importante destacar o lançamento da nova versão do Selo Verde, plataforma de rastreabilidade da pecuária que passou a contar com um selo de novas funcionalidades, além do Módulo de Inteligência Territorial (MIT), uma plataforma digital que integra informações ambientais, fundiárias e produtivas para aprimorar os processos de gestão territorial e de cadeia de valor, chamados para a economia paranaense, com foco inicial na pecuária.

Q Que legado a COP 30 deve nos deixar?

Q A COP 30 será histórica para o Pará. Por um lado, teremos a oportunidade de mostrar as nossas riquezas e diferenças, nossa ancestralidade,

nossa gastronomia e tudo o que temos de melhor. E por outro lado, também colocaremos na mesa os nossos desafios e tudo o que precisamos enfrentar e vencer para alcançar o nosso desenvolvimento a partir do que para nós é mais valioso: a preservação das nossas riquezas. Pela primeira vez, a Amazônia estará sob os olhos do mundo na Conferência do Clima das Nações Unidas e isso, em um evento em que a população terá espaço para ser ouvida, é algo que vai muito além de um legado de infraestrutura.

Q Logo que a COP 30 for anunciada, o governador Helder Barbalho mobilizou funcionalismo público para entender o que é o evento e mobilizar a população. Por que isso é tão importante?

Q É necessário que tenhamos clareza de que é um legado de esforços.

Mauro O' de Almeida detalha o trabalho do governo para a COP 30. FOTO: WILSON CECILIO/ALUNIA

para a realização da COP 30 é fundamental para o sucesso desse evento. Sob a liderança do governador Helder Barbalho, nós, do governo do Estado, temos nos voltado para a COP de forma prioritária, discutindo ações conjuntas e em parceria, entendendo que esse é um momento de união em prol de um objetivo comum que demandará um legado para a nossa capital e para o nosso estado. Este ano, o governador criou o Comitê Estadual da COP 30 para, sob a liderança da vice-governadora Hanna Ghossein, e com a participação de várias secretarias, concentrar e discutir as ações de governo em preparação para o evento.

Q Como a bioeconomia tem sido incorporada no Pará?

Q A bioeconomia é a chave para o nosso objetivo de promover a transição para a economia de baixo carbono. Esse objetivo é prioritário para nós, por isso desde que lançamos o Plano de Bioeconomia, estamos em plena execução das ações nele previstas, incentivando o empreendedorismo sustentável, capacitando as pessoas nos territórios e implantando estruturas que ajudem a população a verticalizar a sua produção de alimentos, desde a produção de insumos, entre outros bioprodutos. O nosso objetivo é de que isso tudo gere renda e que possamos começar a sentir os efeitos na nossa economia. Em números, já atingimos mais de 400 pessoas em diversas regiões, instalamos 6 pontos de inovação, voltados para o empreendedorismo nos territórios, além de incentivar pequenos negócios com a realização de marketplaces da bioeconomia. No mais recente, levamos 12 negócios para a Varanda de Nauvê, no

Cris, para uma oportunidade de fazer esses produtos chegarem para fora do estado.

Q O que se destaca na agenda ambiental paranaense até que chegue a COP 30?

Q Desde que instituímos a Política Estadual de Mudanças Climáticas, o Estado assumiu o compromisso de se unir, garantir ações de comando e controle para combater as ilegalidades ambientais, e de outros, desenvolver ações transformadoras, em bioeconomia, na melhoria do uso do solo, na rastreabilidade das cadeias produtivas, na regularidade ambiental e na gestão de recursos hídricos. Essa iniciativa deu origem ao Plano Estadual Amazônia Agrega (PEAA), iniciativa que vem pavimentando o caminho que trilhamos até aqui. Até a COP 30, podemos dizer que seguimos alinhados para garantir a materialização desses objetivos, assim como o melhor cenário para a realização desse grande evento.

Q Que mensagem o senhor deixa para a população paranaense sobre o atual momento em que vivemos com a expectativa da COP 30?

Q A COP 30 é, atualmente, um desafio para todos nós e, ao mesmo tempo, também é uma grande oportunidade, portanto a nossa população pode ficar certa de que tem a chance de ser ouvida e de que, diferente de outras COPs, a floresta está no centro das discussões, assim como o papel das povos no Norte global, considerados mais desenvolvidos, estão em discussão nesse desafio de garantir melhores condições de vida para todos e o futuro das próximas gerações. O sucesso da COP 30 será ter as pessoas no centro das discussões.

Diário do Pará

09/11/2023

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2649#book/19>

Menu O GLOBO Lauro Jardim Blogs / Lauro Jardim Lauro Jardim Informações exclusivas sobre política, economia, negócios, esporte, cultura. Alertas de desmatamento na Amazônia caem 70% em agosto; Pará lidera redução Por Lauro Jardim 05/09/2023 09:17 - Atualizado há 3 meses  Rua de desmatamento em Humaitá, no Amazonas. — Foto: Michael Damasceno/SP A área com alertas de desmatamento na Amazônia teve uma redução de	O Globo 05/09/2023 https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/09/alertas-de-desmatamento-na-amazonia-caem-70percent-em-agosto-para-lidera-reducao.ghtml
CNN Brasil INTERNACIONAIS COM TARIFA ZERO SÓ NO CÂMBIO MASTER Pará lançará 1ª concessão de restauro florestal para iniciativa privada, diz governador à CNN Helder Barbalho disse à CNN que investimento será remunerado "a partir da captura de carbono, manejo das áreas e do uso da biodiversidade no território" Pará fará concessão para recuperação de florestas, diz governador à CNN LIVE CNN PARÁ FARÁ CONCESSÃO PARA RECUPERAÇÃO DE FLORESTAS, DIZ GOVERNADOR À CNN Américo Martins da CNN em Londres 24/09/2023 às 10:55 Atualizado 24/09/2023 às 11:48 Compartilhe: f X in v p	24/09/2023 https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/para-lancara-1a-concessao-de-restauro-florestal-para-iniciativa-privada-diz-governador-a-cnn/

	Folha de São Paulo 15/12/2023 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/banco-do-brasil-negocia-com-para-emprestimo-inedito-para-preservar-amazonia.shtml
	Exame 03/12/2023 https://exame.com/esg/de-olho-na-cop30-bid-e-governo-do-para-anunciam-programa-de-descarbonizacao/

Além disso, a ASCOM teve papel importante na cobertura e apoio a eventos estratégicos, destacando-se na 2ª Oficina de Lideranças da Semas, no Evento Junho

Verde, nos Diálogos Amazônicos e no Encontro de Secretários de Meio Ambiente (ABEMA), em Florianópolis.

Figura 81 - Evento Diálogos Amazônicos.



Fonte: Divulgação.

No âmbito da comunicação digital, a ASCOM/Semas registrou um notável aumento no engajamento nas redes sociais. As plataformas, como Instagram, Facebook, Twitter e YouTube, foram estrategicamente utilizadas para ampliar o alcance e promover a transparência nas ações da Semas. Além disso, a criação do grupo de WhatsApp 'Semas Tá On' evidencia a busca por canais diversificados de comunicação. A produção de conteúdo foi robusta, com 374 textos, incluindo matérias, notas e pautas. Simultaneamente, a produção gráfica e multimídia, como campanhas institucionais, vídeos para redes sociais, e a inovação da Mídia Indoor, reforçam o empenho em utilizar meios diversos para atingir os públicos de interesse.

Tabela 8 - Engajamento em redes sociais.

Rede Social	Publicações	Variação (%)	Seguidores/Inscritos
Instagram	152	+47%	6,3
Facebook	137	+67%	36,1
Twitter	-	+250%	-

Rede Social	Publicações	Variação (%)	Seguidores/Inscritos
Youtube	130	-	654

A ASCOM/Semas destaca também as seguintes matérias em 2023:

- <https://www.agenciapara.com.br/noticia/41608/semas-inicia-transformacao-digital-e-oferece-servicos-com-mais-eficiencia-a-populacao/>
- <https://www.agenciapara.com.br/noticia/41964/para-avanca-em-acoes-integradas-e-reduz-o-desmatamento-no-territorio-estadual/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/46530/novos-servidores-chegam-a-semas-para-reforçar-a-politica-ambiental/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/46147/governo-do-estado-celebra-retomada-do-fundo-amazonia-criado-ha-15-anos/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/46148/semas-destaca-construcao-do-plano-de-bioeconomia-do-para-em-forum-internacional/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/46108/para-lanca-automatizacao-do-cadastro-ambiental-rural-e-beneficia-de-uma-so-vez-mais-de-40-mil-produtores/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/47249/estado-do-para-marca-presenca-no-brazil-climate-summit-nos-eua/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/47356/governador-sanciona-lei-para-captacao-de-us-580-milhoes-destinados-a-programas-ambientais-e-sociais/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/47913/no-dia-da-natureza-para-comemora-reducao-de-56-em-alertas-de-desmatamento/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/48416/projeto-de-terminal-de-uso-privativo-em-ponta-de-pedras-e-apresentado-em-audiencia-publica/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/48708/para-valida-mais-de-63-mil-car-e-supera-8-milhoes-de-hectares-de-terra-regularizados/>
- <https://www.semas.pa.gov.br/2023/11/13/integracao-e-espirito-esportivo-marcam-jogos-internos-da-semas-e-ideflor-bio/>
- <https://agenciapara.com.br/noticia/49601/para-lanca-na-cop-28-plano-para-rastrear-individualmente-todo-o-rebanho-do-estado-ate-2026/>

Essas ações de comunicação são fundamentais para a democratização do acesso à informação, promovendo a transparência e o engajamento da população

paraense nas questões ambientais e de sustentabilidade. A ASCOM/Semas, ao consolidar essas práticas, contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa em relação às políticas e ações ambientais no Pará.

4 O que pretendemos fazer em 2024

Como desdobramento de todas as políticas lançadas nos últimos anos voltadas para as questões climáticas, o ano de 2024 tem um foco principal: implementar e dar escala às políticas já em andamento como forma de potencializar os resultados alcançados até aqui e garantir o protagonismo nacional dos esforços que garantem uma transição socioeconômica de baixo carbono. Nesse sentido, a SEMAS irá Implementar o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa através de um plano de ação com metodologias estratégicas; Lançar o Sistema Jurisdicional de REDD+ com toda estrutura necessária para o funcionamento, tais como: o desenvolvimento dos mecanismos financeiros; do sistema de Monitoramento Reporte e Verificação – MRV, e as salvaguardas; Expandir para mais produtores o Pagamento por Serviços Ambientais nas modalidades de restauração e desenvolver a metodologia para a modalidade conservação e Expandir a atuação do Programa Territórios Sustentáveis para mais regiões de integração.

Para as ações de Bioeconomia a SEMAS planeja, para o ano de 2024, continuar a implementação das ações previstas no Plano Estadual de Bioeconomia, dentre as quais destaca-se: o lançamento da Plataforma de Monitoramento das ações do PLANBIO como forma de garantir mais transparência; a realização de reuniões da Câmara Técnica de Bioeconomia, criada no âmbito do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas; o lançamento de novos editais para estender o projeto “InovaSocioBio” para mais 20 comunidades como forma de fortalecimento das atividades econômicas dos povos e populações Indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (PIQCT’s), visando beneficiar principalmente jovens e mulheres; lançar os conceituais dos Centros de Sociobioeconomia, do Centro de Turismo de Base Local, Centro de Cultura Alimentar e Escola de Saberes da Floresta; acompanhar as obras do Parque de Bioeconomia; estender o “Biobusiness” para mais municípios; promover as mesas executivas para destrave de gargalos das cadeias prioritárias da bioeconomia, realizar junto ao Banpará ações voltadas para a customização de crédito voltado para as populações Indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (PIQCT’s) para fomentar o desenvolvimento de uma nova economia de baixo carbono; e, por fim, realizar a “revisitação” do Plano com objetivo de aprimorar e atualizar essas ações, tornando-as mais efetivas e viáveis para realidade atual do Estado, através da

realização de 13 reuniões informativas nos territórios das Populações Indígenas, Quilombolas e comunidades tradicionais (PIQCT's).

No âmbito da regularização ambiental, a SEMAS pretende continuar as ações previstas no Programa Regulariza Pará, com ações voltadas a proprietários e produtores rurais visando a adequação dos imóveis rurais à legislação ambiental, através da regularização do passivo ambiental nas Áreas de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Uso Restrito identificadas por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Com a análise de 1.300 imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural em demanda estabelecida no PPA (PLANO PLURIANUAL 2024-2027), além da análise das respostas de notificação. Adicionalmente, serão realizados atendimentos aos municípios que objetivam se tornar órgãos conveniados com a Semas e/ou realizar a atualização cadastral dos órgãos já conveniados, promovendo treinamento em inscrição de CAR, objetivando o avanço da regularização ambiental de imóveis e atividades rurais. Outra maneira de escalar a Regularização Ambiental, serão através de atendimentos de apoio a realização do Cadastro Ambiental Rural - CAR da agricultura familiar, extrativistas, agroextrativistas, quilombolas e todas as categorias de povos e comunidades tradicionais conforme as especificidades normativas do instrumento Cadastro Ambiental Rural Povos e Comunidades Tradicionais - CAR/PCT, com respeito ao princípio da autonomia de povos e comunidades tradicionais na autodeclaração do território de uso tradicional e das formas de gestão ambiental coletiva. Além do incentivo à adequação ambiental de imóveis rurais por meio da adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, da execução dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA, realizando as devidas análises dos PRADAs protocolados nesta Secretaria através de sistema eletrônico ou protocolados de forma física; monitoramento da recomposição de áreas degradadas e alteradas de propriedades rurais no Pará, tendo em vista os Termos de Compromisso Ambiental - TCA assinados, e ainda a participação em mutirões regionalizados de apoio à regularização ambiental em que serão levadas orientações sobre o PRA para produtores rurais e consultores interessados.

Nas competências de SEMAS de promover a municipalização da gestão ambiental, em 2024 a SEMAS continuará apoiando os municípios através de capacitações institucionais de gestão ambiental municipal, com o fortalecimento e engajamento dos municípios em suas ações e atividades em âmbito local; dar continuidade às atividades voltadas para a política do ICMS Verde no Estado, promovendo incentivos tributários aos municípios em razão da aplicação e observação

de critérios e instrumentos de regularização ambiental no território local, realizando visitas técnicas, atendimentos com capacitações nas temáticas de licenciamento, fiscalização, monitoramento, educação ambiental, cadastro ambiental rural, gerenciamento costeiro e legislações pertinentes à agenda ambiental, e ainda apoio aos municípios aderentes ao Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal – SISLAM.

Para as ações de Educação ambiental a SEMAS pretende no ano de 2024 continuar promovendo atividades de educação ambiental para fortalecimento da gestão territorial e ambiental dos Territórios Quilombolas; para fortalecimento dos acordos de pesca, na zona costeira paraense, nas Usinas da Paz e Territórios da Paz. Adicionalmente continuar promovendo as feiras da Agricultura Familiar e da exposição dos produtos sustentáveis.

Para continuar garantindo a robustez das políticas ambientais desenvolvidas na SEMAS, é necessário investir no arcabouço jurídico, por isso em 2024 a SEMAS continuará suas atividades com estudos sobre a Lei que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e da Política Estadual de Manejo Comunitário e Familiar, bem como as demais propostas legislativas necessárias para auxiliar a Semas no cumprimento de sua missão institucional. Além disso, pretende-se elaborar a Portaria da Semas, que discipline sobre o processo de submissão de atos normativos à Consulta Pública e produzir um e-book com o tema “Mudanças Climáticas”, que conterá os principais marcos históricos nacionais e internacionais, as legislações construídas para auxiliar na adaptação e na mitigação das mudanças climáticas, dentre outros conteúdos que auxiliarão no entendimento dos desafios globais sobre o meio ambiente. Adicionalmente, propõe-se para 2024, a finalização de legislações em revisão, a fim de amparar os procedimentos técnicos para análises de licenciamento realizadas, sendo: Decreto N.º 216/2011, Instrução Normativa N.º 8/2015, e Instrução Normativa N.º 6/2011; Instrução Normativa N.º 2/2013 E N.º 03/2013, Instrução Normativa N.º 23/2009.

No âmbito da Transformação Digital a SEMAS pretende continuar os investimentos em sistemas e tecnologias e para isso, implementará o Modelo de Referência MPS.BR Software e Serviços, visando significativo aprimoramento na qualidade dos softwares desenvolvidos e nos serviços de Tecnologia da Informação (TI) oferecidos. Adicionalmente, será promovido um fortalecimento substancial da segurança da informação, pautado pela intensificação da integração entre sistemas e pela adoção de ferramentas especializadas em ciber segurança. Outra medida estratégica consiste no aperfeiçoamento da política de acesso a dados, através da

instauração do Data Lake da Semas, com robustos sistemas de gestão de acessos e de visualização de dados, proporcionando maior eficiência na administração de informações e garantindo uma abordagem seletiva e precisa em conformidade com as políticas internas. Além disso, um ponto crucial para 2024 será a consolidação do novo Datacenter Semas para assegurar alta disponibilidade para os sistemas e serviços online, promovendo melhorias substanciais na confiabilidade, escalabilidade e desempenho das operações de TI, garantindo assim a continuidade operacional de forma eficaz.

Na área de Recursos Hídricos a SEMAS finalizará a construção do novo Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pará (SIGERH-PA) que garantirá melhor gestão sobre os corpos hídricos paraenses; elaborará o segundo Relatório Estadual de Segurança de Barragem do Estado do Pará; iniciará a elaboração do Plano de Bacia do Comitê de Bacia do Rio Marapanim; Aumentará a rede estadual de monitoramento hidrológico, Meteorológico e Climático bem como expandirá o monitoramento de qualidade da água para a região oeste do estado, Cumprir as metas da componente gestão de Recursos Hídricos do Pacto pela Governança da Água; Planejar e iniciar a operacionalização da rede estadual de monitoramento de qualidade do Ar e continuar desempenhando as atividades previstas nos convênios e parcerias com a UFPA; Progestão/ANA e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Para as atividades agropastoris e industriais, considerando as maneiras de manter a floresta de pé, bem como as comunidades locais em suas atividades e territorialidades, para o desenvolvimento mais equitativo e sustentável do estado do Pará, propõe-se quatro planos de ação, nos seguintes campos: compilação de base de dados, inteligência e transparência; intensificação da regularidade ambiental; e, suporte às atividades e territorialidades de pequenos produtores: “Espacialização do Licenciamento”, “Novas Demandas e Benefícios da LAR em tempos de Crise Bioclimática”, “Licenciamento e suas especificidades”, “A Compensação Ambiental dos Grandes Empreendimentos como alternativa à permanência de Pequenas Atividades e Territorialidades e Enfrentamento da crise Climática”.

A SEMAS, por meio da CFISC, realizará em 2024 o monitoramento de 100% das Autorizações de Exploração Florestal (AUTEFs) ativas e planejará ações de vistoria para os empreendimentos que apresentarem alertas de inconsistências dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) licenciados pela Semas. Além disso, Serão monitorados também 100% dos barramentos encaminhados pela Diretoria de Recursos Hídricos, além dos barramentos monitorados que estejam na área de

influência. Daremos seguimento às principais ações de combate ao desmatamento no Estado do Pará, reforçando nossa parceria com os órgãos de segurança pública, garantindo a continuidade das ações de competência do setor no combate aos ilícitos ambientais em geral no Estado do Pará.

Com o foco na desconcentração da gestão ambiental estadual, continua-se atuando na capilarização das ações da Semas em regiões afastadas da capital e região metropolitana através do Núcleos Regionais, que em 2024 pretende dar continuidade à execução do Projeto KFW Estruturante, com a construção dos centros integrados que possibilitarão a ampliação das ações de desconcentração da gestão ambiental, bem como uma maior integração com os membros do SISEMA, superando o obstáculo da distância geográfica entre interior e capital devido ao tamanho continental do Pará.

No ano de 2024, a Secretaria-Executiva do Coema almeja fazer as seguintes entregas: i) Trazer para debates do Pleno as normas ambientais vigentes, bem como colocar em pauta as novas regulamentações ambientais para debates, no intuito de proteção ao meio ambiente; ii) Elaborar minuta normativa do Coema, em conjunto com os setores colaborativos, no intuito de agregar informações e, em especial, atualizar o regimento interno; iii) Auxiliar, de forma ampla e célere, o Secretário e seus respectivos setores colaborativos, nas demandas de processo de licenciamento ambiental, bem como as demandas externas existentes; iv) Colocar em prática e de forma habitual, as reuniões das Câmaras temáticas, a fim de que procedam, junto com seus respectivos membros, suas atividades conforme a legislação do Coema; v) Criar e colocar em prática grupo de trabalho visando o estudo, a análise e solução do descarte de lixo ilegal nas praias/balneários do Estado (sugestão feita em sessão plenária).

O TRA pretende instruir, deliberar e julgar o quantitativo de 380 processos administrativos infracionais, oriundos de auto de infração ambiental, no ano de 2024.

A Corregedoria, incluiu em seu planejamento para o ano de 2024 ter uma abordagem mais proativa junto aos demais setores da SEMAS, buscando não apenas corrigir, mas sobretudo prevenir condutas que possam comprometer a integridade e eficácia do serviço público e para isso, divulgará a Cartilha sobre Boas Práticas na Administração Pública da Semas. Planeja também realizar vistorias, inspeções e visitas nos Núcleos Regionais (NURE) de forma permanente, em conformidade com o art. 5º-G da Lei Estadual nº. 5.752, de 26/07/1993.

Em 2024, Semas por meio da Consultoria Jurídica planeja atualizar os manuais utilizados na análise jurídica de Processos Administrativos de Licenciamento Ambiental, visando à padronização da análise. Além disso, em consonância com a COP 30, que ocorrerá em Belém/PA, a Consultoria Jurídica promoverá cursos de capacitação sobre mudanças climáticas e seus impactos, a fim de preparar a equipe para o evento. Não obstante, a fim de esclarecer o fluxo das medidas cautelares e sanções administrativas, será desenvolvido um fluxograma geral com procedimentos internos e externos para a resolução de litígios.

Para o ano de 2024, a Diretoria de Gestão Socioeconômica (DGSOCIO) desenvolverá o Projeto Executivo (PE) Turismo de Base Comunitária (TBC) Sustentável, centrado na valorização da floresta em pé e na governança comunitária de populações tradicionais, com vistas a promover o diálogo sobre o tipo de ecoturismo desejado na Amazônia, envolvendo as comunidades em ações de conservação, uso sustentável, e valorização da sociobiodiversidade. Adicionalmente, a DGSOCIO assume a responsabilidade de articular, mobilizar e executar a Participação Social para todos os Planos e Projetos desenvolvidos na SEMAS que necessitam de escuta ou oficinas informativas.

Para que todas essas políticas, ações e projetos sejam executadas de maneira eficiente e eficaz, a SEMAS pretende em 2024 continuar investindo em capacitação, e ações de valorização do servidor, equipamentos e infraestrutura, garantindo que o corpo técnico entregue serviços com qualidade cada vez mais elevada, gerando impactos positivos para a sociedade Paraense.